

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O PLANEJAMENTO URBANO NO CURRÍCULO DOS CURSOS DE
ARQUITETURA: UM ESTUDO DE CASO

Autora: Valéria Amorosino do Amaral
Orientador: Prof. Dr. Hilário Fracalanza

Este exemplar corresponde à redação final da
dissertação defendida por *Valéria Amorosino do
Amaral* e aprovada pela comissão julgadora.

Data: 23 / 02 / 01

Assinatura : *Hilário Fracalanza*

COMISSÃO JULGADORA:

Hilário Fracalanza
Elza J. M. V.
Margarida
Chyri Cunha

Campinas, SP
2001

UNIDADE B2
 N.º CHAMADA:
T/ UNICAMP
Am.13p
 V. Ex.
 TOMBO BC/ 46842
 PROC. 16-392101
 C ☐ D ☒
 PREÇO R\$ 11,00
 DATA 14/09/01
 N.º CPD

CM00159593-6

**CATALOGAÇÃO NA FONTE ELABORADA PELA BIBLIOTECA
 DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP
 Bibliotecário Rosemary Passos - CRB-8ª/5751**

Am13p

Amaral, Valéria Amorosino do.

O planejamento urbano no currículo dos cursos de arquitetura : um estudo de caso / Valéria Amorosino do Amaral. -- Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador : Hilário Fracalanza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Planejamento urbano. 2. Arquitetura.
 3. Currículos. 4. Ensino superior I. Fracalanza, Hilário. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

RESUMO

Estuda a área de Planejamento Urbano do Currículo de Arquitetura e Urbanismo de Instituição de Ensino Superior do Estado de São Paulo.

Analisa a posição das disciplinas, a carga horária, as ementas e as bibliografias das disciplinas que constituem os conjuntos de Planejamento Urbano e História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo dos currículos Antigo (1990) e Novo (1996).

Identifica que o currículo Novo apresenta maior aproximação com as tendências manifestas na Arquitetura Contemporânea e expressas pelas habilidades presentes no Estatuto UNESCO/UIA/96, envolvidas na educação do arquiteto e urbanista.

ABSTRACT

It examines the field of Urban Planning of the Architecture and Urban Studies curriculum from an institution of higher learning in the State of São Paulo.

It analyses the status of the courses, the course load, the course descriptions and the bibliographies of the subjects which constitute the Old (1990) and New (1996) curricula for both Urban Planning and The History and Theory of Architecture and Urban Studies programs.

It establishes that the New curriculum reflects a closer relationship with the trends shown in Contemporary Architecture and revealed by the strengths present in the UNESCO/UIA/96 by laws, and relevant to the education of the architect and the urban planner.

AGRADECIMENTOS

Agradecer a algumas pessoas é uma maneira de lembrar e, injustamente, de esquecer de muitas a quem são devidos os meus agradecimentos. Por isso prefiro não as nominar.

Porém, como em todas as situações da vida há uma exceção, agradeço infinitamente aos meus queridos pais, João e Iolanda, por virem se desdobrando por mim e minha felicidade desde que nasci, pela forma como se relacionaram comigo e por toda a ética e dignidade que aprendi com eles. Espero estar correspondendo.

Assim também espero corresponder às inumeráveis pessoas que no decorrer dessa vida e, principalmente, do ano que passou me rodearam de carinho, estímulos dos mais variados e confiança. Não sei ao certo porque se dedicaram tanto a mim, mas com certeza não vou discriminá-las, pois elas sabem exatamente quem são e como lhes sou grata.

“Cidade é um espaço único, polarizado entre
repressão conservadora (*polis-polícia*) e
expressão libertária (*polis-política*).”

Carlos Nelson F. dos Santos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
CAPÍTULO 1 ARQUITETURA E URBANISMO: PANORAMA HISTÓRICO	3
INTRODUÇÃO	5
ARQUITETURA E URBANISMO MODERNOS	5
PODER PÚBLICO E PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO URBANA	9
A RUPTURA COM O MOVIMENTO MODERNO	11
A INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA E A TEORIA DA ARQUITETURA	14
O CONTEXTO DA PÓS-MODERNIDADE	18
O PLANEJAMENTO URBANO E A TECNOBUROCRACIA	22
O PÓS-MODERNISMO	26
AS NOVAS TENDÊNCIAS E REPERTÓRIOS FORMAIS	26
PANORAMA BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO	29
CONCLUSÕES	30
CAPÍTULO 2 ENSINO DE ARQUITETURA NO BRASIL	35
INTRODUÇÃO	37
OS PRIMEIROS ENSINAMENTOS	37
A MISSÃO ARTÍSTICA FRANCESA	38
A INDEPENDÊNCIA DO CURSO DE ARQUITETURA	40
ORGANIZAÇÃO DAS FACULDADES DE ARQUITETURA	41
ALGUMAS REFLEXÕES	44
A REALIDADE ATUAL DO ENSINO DE ARQUITETURA	47
A INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	48
ESTUDO DE CASO	49
PERÍODO DO ESTUDO	49

CAPÍTULO 3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA **51**

INTRODUÇÃO	53
OBJETIVOS	55
PROCEDIMENTOS	55

CAPÍTULO 4 ANÁLISE **57**

INTRODUÇÃO	59
CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS	59
CONJUNTO PLANEJAMENTO URBANO (CURRÍCULO ANTIGO) X CONJUNTO PLANEJAMENTO URBANO (CURRÍCULO NOVO) X DURAÇÃO TOTAL DO CURSO	60
CONJUNTO HISTÓRIA E TEORIA (CURRÍCULO ANTIGO) X CONJUNTO HISTÓRIA E TEORIA (CURRÍCULO NOVO) X DURAÇÃO TOTAL DO CURSO	61
POSIÇÃO DAS DISCIPLINAS NOS SEMESTRES	63
CONJUNTO PLANEJAMENTO URBANO – POSIÇÃO DAS DISCIPLINAS NOS SEMESTRES DO CURSO	63
CONJUNTO HISTÓRIA E TEORIA – POSIÇÃO DAS DISCIPLINAS NOS SEMESTRES DO CURSO	64
EMENTAS	65
CONJUNTO PLANEJAMENTO URBANO (CURRÍCULO ANTIGO) X CONJUNTO PLANEJAMENTO URBANO (CURRÍCULO NOVO)	65
CONJUNTO HISTÓRIA E TEORIA (CURRÍCULO ANTIGO) X CONJUNTO HISTÓRIA E TEORIA (CURRÍCULO NOVO)	70
CONJUNTOS PLANEJAMENTO URBANO (CURRÍCULO ANTIGO) E HISTÓRIA E TEORIA (CURRÍCULO ANTIGO)	73
CONJUNTOS PLANEJAMENTO URBANO (CURRÍCULO NOVO) E HISTÓRIA E TEORIA (CURRÍCULO NOVO)	76
BIBLIOGRAFIA	80
CONJUNTO PLANEJAMENTO URBANO (CURRÍCULO ANTIGO) X CONJUNTO PLANEJAMENTO URBANO (CURRÍCULO NOVO)	80
CONJUNTO HISTÓRIA E TEORIA (CURRÍCULO ANTIGO) X CONJUNTO HISTÓRIA E TEORIA (CURRÍCULO NOVO)	88
CONJUNTO PLANEJAMENTO URBANO (CURRÍCULO ANTIGO) X CONJUNTO HISTÓRIA E TEORIA (CURRÍCULO ANTIGO)	95
CONJUNTO PLANEJAMENTO URBANO (CURRÍCULO NOVO) X CONJUNTO HISTÓRIA E TEORIA (CURRÍCULO NOVO)	95

CAPÍTULO 5 QUANTO AO CURRÍCULO **97**

CONCLUSÕES	99
RELAÇÕES ENCONTRADAS	99
OS CURRÍCULOS ANTIGO E NOVO	103
CURRÍCULO COMO PROJETO PEDAGÓGICO	103

BIBLIOGRAFIA DA DISSERTAÇÃO **107**

BIBLIOGRAFIA 109

ANEXOS I / II / III / IV / V / VI / VII **113**

ANEXO I PERFIS DA ÁREA E PADRÕES DE QUALIDADE 115

ANEXO II CURRÍCULOS MÍNIMOS OFICIAIS 135

ANEXO III GRADE CURRICULAR FAP/FAAP 1994/95/96/97 151

ANEXO IV FAP/FAAP CURSO DE ARQUITETURA 2000 155

ANEXO V EDITAL SESU Nº 4/97 MEC / DOCUMENTO: AOS CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO 159

ANEXO VI RELAÇÃO BIBLIOGRÁFICA CONSTANTE NAS EMENTAS 177

ANEXO VII QUADROS 11 E 12 187

APRESENTAÇÃO

O tema central deste trabalho é a abordagem acadêmica do ensino de Planejamento Urbano, a partir de um estudo de caso desse campo disciplinar, no curso de Arquitetura e Urbanismo de uma Instituição de Ensino Superior.

Os primeiros quinze anos de exercício profissional como arquiteto – a partir de 1971 – foram, quase exclusivamente, dedicados a projetos urbanísticos desenvolvidos em órgãos públicos. Em consequência dessa atividade, estava atuante e sofrendo a influência da manifestação de diversas posturas de arquitetos e urbanistas e das reações do grande público usuário aos planos de urbanização.

Atualmente os debates de arquitetos e urbanistas e a literatura produzida vêm refletindo as sucessivas crises da Arquitetura Moderna – entendida como o Estilo Internacional difundido a partir da Primeira Guerra Mundial –, a manifestação de diversas correntes da Arquitetura Contemporânea e a discussão de novos marcos teóricos. Estarão também os currículos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo refletindo essa busca por novos caminhos?

Tais mudanças são devidas, fundamentalmente, às alterações gerais dos planos urbanísticos face, de um lado, à inexistência de resultados concretos das metas delineadas nesses planos. Por outro lado, o crescimento desordenado e rápido das cidades, a descontinuidade das políticas públicas e as várias mudanças econômico-político-sociais podem ser caracterizados como os determinantes dessas alterações. E, sem dúvida alguma, as mudanças nos marcos teóricos do Urbanismo acabaram por influenciar as alterações que se processaram nos cursos superiores de formação dos profissionais de Arquitetura. No entanto, com que intensidade essas transformações estão sendo elaboradas e transmitidas para a esfera acadêmica?

É preciso salientar que as políticas educacionais não são analisadas neste trabalho, entretanto, as legislações que as representam servem de referência para o estudo proposto.

O trabalho está organizado em dois momentos principais. No **primeiro momento**, no Capítulo 1, é feito um recorte na história da Arquitetura e do Urbanismo, a partir da consolidação das premissas estabelecidas pelo Movimento Moderno (principalmente no

período compreendido entre 1920–1945), estendendo-se até um quadro de caracterização da Arquitetura Contemporânea. Esse capítulo traz referências teóricas e críticas de autores que assinalaram, de forma profundamente enriquecedora, o processo de mudança. A produção brasileira do período, no Capítulo I, é mencionada sem aprofundamentos, pois a referência mais ampla é o panorama internacional.

Ainda no primeiro momento, no Capítulo 2, são expostas as origens e a evolução do ensino de Arquitetura no Brasil, a criação das faculdades e como foram sendo definidos os campos disciplinares considerados essenciais aos cursos de Arquitetura. Desse quadro geral, é destacada a formação da Instituição de Ensino Superior na qual foi criado o curso de Arquitetura e Urbanismo que será objeto deste trabalho.

O **segundo momento** é composto pelos Capítulos 3 e 4. O Capítulo 3 estrutura o corpo do trabalho, seus objetivos e os procedimentos adotados. O foco principal do trabalho é a pesquisa das relações existentes entre o panorama histórico da Arquitetura e as disciplinas que, no curso analisado, constituem a área do Planejamento Urbano e as que pertencem à área de História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo.

No Capítulo 4 é desenvolvida a análise dos dados da pesquisa e são apresentadas as conclusões do trabalho, cuja maior contribuição talvez seja a de procurar organizar algumas idéias em torno do que se entende atualmente por “fazer arquitetura”, no mais amplo sentido, e das relações do campo disciplinar Planejamento Urbano com esse processo, no currículo dos cursos de Arquitetura e Urbanismo.

ARQUITETURA E URBANISMO: PANORAMA HISTÓRICO

Durante a década de 60 surgiram as primeiras críticas e protestos dirigidos aos processos de desenvolvimento do meio urbano, à qualidade duvidosa do que era produzido tanto pelo poder público como pelos empreendimentos privados. As críticas nasciam principalmente no seio da população diretamente afetada, além de partir dos estudiosos, dos acadêmicos e da imprensa em geral.

Em primeira instância tratar-se-á do que ocorreu nos países do chamado Primeiro Mundo, sendo importante ressaltar que todas as propostas e soluções adotadas no Brasil tiveram inspiração nos modelos importados. E, para que essa afirmação fique bem clara, serão expostos a seguir, em linhas gerais, os fatores considerados relevantes para o tratamento dado aos problemas a serem discutidos.

Arquitetura e Urbanismo Modernos

Depois da Segunda Guerra Mundial, as políticas públicas iniciaram seus planos de recuperação de áreas urbanas atingidas pelos bombardeios ou indiretamente deterioradas pelos efeitos dramáticos da guerra; essas áreas, em muitos casos, eram os centros antigos das grandes cidades e, quando se iniciou sua reconstrução, grandes somas de verbas públicas foram aplicadas nesse esforço. Os planos de intervenção que surgiram naquele momento, não por acaso, seriam elaborados conforme os paradigmas enunciados pelas vanguardas propulsoras do Movimento Moderno.

Antes de prosseguir a análise das conseqüências desse momento marcante da história da arquitetura, do urbanismo e das artes em geral, quando arquitetos, urbanistas, escritores, escultores, pintores se engajaram numa reflexão apaixonada, tendo como objeto a solução das questões prementes que se colocavam, é imprescindível esclarecer como se define conceitualmente o Movimento Moderno.

A entrada em cena da classe operária, gerada pela Revolução Industrial, começa a criar problemas no campo da arquitetura no final do século XVIII, problemas que podem ser caracterizados como de desestruturação da morada humana, do hábitat e da habitação. “*Coketown*”, descrita por Charles Dickens, foi a forma literária de profundo realismo que retratou a cidade da Revolução Industrial: o lugar do congestionamento, da imundície, da

feição, da miséria dos alojamentos e dos moradores. É a partir dessa crise profunda que se iniciou um novo processo de transformações da arquitetura, certamente mais profundas e revolucionárias que as anteriores. Apesar das manifestações de caráter modernista havidas na arquitetura, ainda no século XIX, as mudanças que se sucederam à Primeira Guerra Mundial, na Europa, provocaram a emergência do modernismo com todo o vigor. O que se procurava era responder a programas de necessidades estreitamente vinculados às exigências das grandes massas de trabalhadores assalariados e desalojados, abordando simultaneamente o espaço edificado, o espaço urbano, o espaço rural e a tecnologia mais avançada para sua realização.

Estabelecido o contexto desse acontecimento tão importante na arquitetura, revolucionário na sua origem, o que se entende por Movimento Moderno é a corrente de tendência internacional que nasce das vanguardas européias do princípio do século XX e vai se expandindo ao longo desse século. Parte-se do critério de entender por vanguardas os autores que propõem inovações transcendentais entre os anos de 1910 e 1930 e, por Movimento Moderno, a extensão, a difusão internacional e produção dessas propostas a partir do final dos anos 20.

O Movimento Moderno, não obstante sua riqueza e complexidade, deixou claramente estabelecida uma série de conceitos, atitudes e formas: uma defesa funcionalista da atuação do homem, a utilização de um sistema de projetar em que o método e a razão são primordiais, a confiança em que os novos meios tecnológicos estão realmente transformando de maneira positiva o cenário humano e a certeza do valor social da arquitetura e do urbanismo, quase uma visão onipotente desse processo. Em grande parte da obra do Movimento Moderno se tenta sugerir uma associação – ainda que inconsciente – entre a forma e a política do ponto de vista ético. Assim, a transparência das fachadas, conseguida com a estrutura independente e as paredes de vidro, é associada à honestidade; a planta livre – originalmente sem paredes divisórias, deixando ao usuário a divisão do espaço, conforme suas necessidades –, associada à democracia e à liberdade de eleição; a ausência de ornamentos, à economia e integridade ética. Portanto, ainda que se evidencie daqui para frente a evolução e, posteriormente, a crise dessa manifestação, é necessário deixar claro, sempre, que o imenso valor dos aportes das primeiras décadas do século não é colocado em dúvida.

A partir de 1928, com o primeiro CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) – os seguintes realizaram-se irregularmente entre 1928 e 1956: 1929, 1930,

1933, 1937, em 1947 realizou-se o congresso que estava previsto para 1939 e que fora impedido pela guerra, 1949, 1951, 1953 –, qualificou-se esse amplo período de difusão da arquitetura moderna internacional, iniciado por meio das vanguardas e registrado pela documentação oficial dos quatro primeiros congressos, que foi publicada com o nome de “Carta de Atenas” (1941), versão organizada por Le Corbusier, em que se definiram a dimensão e abrangência dos planos de reordenação das cidades.

É necessário citar aspectos fundamentais preconizados na “Carta de Atenas”, na qual está sintetizado o conteúdo do Urbanismo Funcionalista, também chamado de Urbanismo Racionalista, documento que inclui resoluções que vão desde as propostas do socialismo utópico, passando por Ebenezer Howard – taquígrafo inglês, autodidata e militante socialista que em 1898 lança a sua concepção de cidade-jardim – até as da escola da Bauhaus¹ e de Walter Gropius, percorrendo quase um século de arquitetura.

O Urbanismo Funcionalista compreendia a obrigatoriedade do planejamento regional e intra-urbano, a submissão da propriedade privada do solo aos interesses coletivos, a industrialização dos componentes e a padronização das construções, a limitação do tamanho e da densidade das cidades, edificações concentradas porém relacionadas com grandes áreas de vegetação. Previa também técnicas modernas na organização das cidades, o zoneamento funcional, a separação da circulação de veículos e pedestres, eliminação da rua corredor, e pregava uma estética geometrizar.

A habitação foi entendida como objeto principal das preocupações, e assim se enfatizaram os fatores condicionantes de sua higiene: “... o sol, a vegetação, e o espaço são as três matérias-primas do urbanismo”⁽¹⁾. Dessa forma, o modelo implícito de cidade seria sempre reprodutível, pois atenderia necessidades básicas do ser humano que seriam as mesmas em todo o mundo, e esse modelo deveria se arranjar a fim de atender quatro necessidades: habitar, trabalhar, recrear-se e circular.

¹ A escola da Bauhaus foi criada em 1918 por Walter Gropius. É a concretização de todo o trabalho desenvolvido pelo pintor Henry van de Velde, desde 1902 organizando a Escola de Arte Industrial de Weimar, que teve seu trabalho interrompido pela Primeira Guerra Mundial, levando-o a retirar-se para a Holanda. Em 1918, com o término da guerra, ele indica Walter Gropius como o único sucessor possível para dar continuidade ao seu trabalho, e Gropius assume a direção da nova escola que recebe o nome de Staatliches Bauhaus. Segundo Gregori Warchavchik: “Que foi a Bauhaus? A Bauhaus foi o sonho de uma Universidade de Arte, em que todas as sementes lançadas por Morris e van de Velde amadureceram pelas mãos de Gropius. Houve um momento em que o seu criador agrupou ali os nomes mais representativos de um ‘momento culminante’ da história das artes do século XX. Pois houve um momento em que eram professores, na Bauhaus, Paul Klee, Gerhard Marks, Lyonel Feininger, Johannes Itten, Oskar Schlemmer, Wassily Kandinsky, Adolf Mayer, Lothar Schreyer, Georg Muche e alguns mais. Uma equipe de altitudes nas artes contemporâneas, como jamais se reuniram, como nunca mais houve oportunidade de ver reunidas, para um trabalho artístico e didático, plasmador de gerações a responderem pela convicção de que todos esses mestres estavam imbuídos.” (GROPIUS W.. Bauhaus: Nova arquitetura, pp. 12-13).

A partir desse ponto de vista, os homens seriam apenas a soma de aspectos biopsicológicos, ignorando-se as diferenças entre as diversas culturas e as diferenças de classes existentes na sociedade, encaradas como se não fossem estruturalmente antagônicas; assim também eram afastadas as dificuldades a serem superadas pelas diversas condições vigentes de apropriação do espaço urbano. Pretendia-se negar, nesse momento, os procedimentos classistas manifestados ao longo da história.

O Urbanismo Racionalista, afirmando que “A arquitetura preside os destinos da cidade”⁽²⁾, pretendia, instrumentado pela técnica e apoiado pela postura supostamente correta dos governantes, acabar com as injustiças sociais que vigoravam nas cidades desde a Revolução Industrial. Segundo essa visão nascida no período entre guerras, que faz do arquiteto o demiurgo, delineou-se uma atitude reformista por temor a uma postura mais drástica como a revolução⁽³⁾.

Considerava-se o Estado e a administração pública como elementos neutros, engajados numa ação conjunta em prol do bem comum, com suporte do conhecimento técnico e científico. Essa visão não considera o acesso preferencial que as classes dominantes têm ao poder do Estado e nem os grupos de poder inerentes ao aparelho estatal. No entanto, a ênfase era dada ao Estatuto do Solo e a Planos que não deixassem nada ao acaso, de modo a afiançar a justiça social.

Na verdade, o Urbanismo Racionalista explicitou e avalizou uma nova etapa do capitalismo, reforçando o caráter interventor do Estado, pressupondo a submissão da sociedade às suas determinações e dando um caráter ideológico à competência técnica e científica. A análise desses procedimentos, certamente, tornará mais claros esses processos que vigoraram até muito recentemente.

Torna-se fundamental citar os três princípios básicos que definiram alguns cânones dessa arquitetura e urbanismo modernos, também denominados Estilo Internacional: a arquitetura como volume, como jogo dinâmico de planos mais do que como massa; o predomínio da regularidade na composição, substituindo a simetria axial acadêmica; o banimento da ornamentação postiça e, em seu lugar, a busca da perfeição técnica e expressividade do edifício a partir do detalhe arquitetônico e construtivo. A formulação desses cânones levou a alguns desvios contraditórios em relação às propostas das vanguardas e das experiências, como o próprio edifício da escola da Bauhaus e todos os trabalhos lá produzidos. De fato, com essa interpretação se estava traindo e reduzindo a base da arquitetura do Movimento Moderno, ao não se entender que muito além da

forma e da linguagem havia uma nova metodologia de pensar e projetar a arquitetura, de propô-la dentro da cidade racional e de propô-la como fator social essencial. Destacavam-se, de maneira claramente reacionária, somente os aspectos formais da arquitetura, aqueles sobre os quais é mais difícil de se exercer uma crítica, marginalizando os aspectos relacionados com a vontade de inovação contínua propugnada pelos mestres, as propostas mais vanguardistas e experimentais, os critérios urbanos, as proposições metodológicas e ideológicas. Estava sendo introduzida, definitivamente, uma versão domesticada do Movimento Moderno, mesmo considerando que outras experiências estavam sendo realizadas no sentido de deixar para trás a ortodoxia racionalista, já academicista, e tomar novos rumos, fato esse ocorrido nos campos da arquitetura e urbanismo – com a contribuição dos construtivistas, dos futuristas –, da pintura, da escultura, etc. Não se pode esquecer que todos tinham em comum a certeza de que a máquina transformaria radicalmente a qualificação de objetos, obras de arte, edifícios e cidades. A ciência e a técnica foram tomadas como paradigmas das novas configurações.

Na Europa, a consolidação do Movimento Moderno valeu-se das dimensões dos problemas que só poderiam ser enfrentados pelo Estado, que se tornou, então, o grande cliente dos arquitetos. Na União Soviética, a revolução socialista foi a grande alavanca dos programas de habitação de massa em escala inédita. Nos EUA houve uma produção intensa no ramo da sociologia urbana e se deu início a projetos de organização territorial que se desenvolveram em sete estados por muitos anos. O Brasil, por sua vez, não ficou alheio a essa movimentação internacional, pois, a serviço do Estado ou do setor privado, arquitetos como Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Reidy, Gregori Warchavchik participavam das pesquisas da arquitetura contemporânea e desenvolviam trabalhos que os levaram a se tornar grandes nomes do cenário mundial.

Poder Público e Programas de Intervenção Urbana

Grandes intervenções do Poder Público, ou por ele apoiadas, buscariam adequar as áreas em foco às novas funções preconizadas pelos planos diretores e processos de renovação que interessassem politicamente, de forma a viabilizar os mercados imobiliário e financeiro. Impunham-se os centros de negócios, grandiosos sistemas viários, esplanadas monumentais, extensos conjuntos habitacionais nas periferias, *shopping-centers*. O que se criou foi uma nova maneira de enxergar as cidades: do ponto de vista

da otimização funcional, maximização da eficiência, aplicação de investimentos, reprodução e acumulação do capital. Essa visão, ferramenta dos processos, não levou em conta fatores como os valores da população e os longos investimentos sociais e econômicos das comunidades no seu *lugar de morar*. As novas condições daquilo que foi gerado ignoravam a complexidade das relações entre as funções da vida urbana e da atividade humana, o patrimônio histórico, as relações afetivas dos cidadãos com o seu lugar e outros elementos vitais.

Para citar um exemplo, nos anos 50, os EUA aprovaram legislação que permitia aos governos locais adquirir compulsoriamente imóveis considerados abandonados, revendendo-os, no “estado” ou depois de fazer pequenas melhorias no entorno, a investidores que construíssem de acordo com o que o Poder Público achasse bom para a comunidade. Porém os verdadeiros objetivos eram o desenvolvimento da economia formal, aumento dos impostos pela valorização fundiária e lucros imediatos; políticas que ficaram conhecidas como *bulldozer*, *urban removal* e até *negro removal*, pelo seu caráter segregacionista e preconceituoso.

Medidas semelhantes aconteceram em todo o mundo, e no Brasil, onde esta prática já vinha sendo adotada desde o começo do século, não foi diferente: programas “arrasa quarteirão” foram implantados no Rio de Janeiro, desde a administração de Francisco Pereira Passos (1902 a 1906)⁽⁴⁾, “o bota abaixo do dito popular”, medidas de remodelação e alargamento do sistema de vias da cidade, que foram, por um lado, objeto de protestos da população desalojada, e, por outro, de fervorosos elogios de Le Corbusier, em 1936, por ocasião da sua estada no Brasil; esses programas foram retomados, no Rio de Janeiro, na época do milagre econômico. Essa ideologia, cujo discurso é de ser “o remédio para doenças patológicas dos centros decadentes”, foi seguida à risca por Jânio da Silva Quadros quando assumiu a prefeitura do município de São Paulo pela segunda vez (1984 a 1988). Enfim, o que se cristalizou foi uma urbanização de cunho meramente funcionalista, paternalista e possivelmente autoritária, em que o plano prevê e evita, de toda forma, a introdução de mudanças. A boa urbanização era fundamentalmente o planejamento de um conjunto lógico e coerente.

A reação a essa situação redundou, em muitos casos, em confrontos violentos para enfrentar as remoções de grupos de baixa renda, e os protestos passaram a ser encampados pela opinião pública, imprensa, pelos estudos acadêmicos e os próprios

técnicos conscientes, formando-se, assim, uma condição de resistência aos programas de renovação e intervenções urbanísticas de caráter meramente funcionalista.

Jane Jacobs, jornalista americana, em seu livro⁽⁹⁾ publicado pela primeira vez em 1961, é implacável ao criticar a ideologia dos planejadores da época e seu distanciamento da realidade; há que se ressaltar a ignorância dos planos modernistas no que diz respeito à diversidade de funções e suas inter-relações, à necessidade de adensar as atividades nas áreas públicas para se obter maior segurança, e à monotonia e limitações de ordem visual impostas por esse tipo de proposta urbanística.

Nesse momento foram muito saudáveis os estudos realizados pelas Ciências Sociais e pela Antropologia referentes às incompatibilidades dos planos urbanísticos e seus usuários, enfatizando a importância dos valores e relações sociais das populações atingidas. No Brasil, tornaram-se relevantes os estudos, feitos por Valladares, L. P. (1978) e Santos, C.N.F. (1981), dirigidos à política de remoção de favelas, programas de financiamento e conjuntos habitacionais, mostrando como a maior parte dos mutuários repassou seu imóvel e retornou às favelas.

A Ruptura com o Movimento Moderno

Durante a década de 60 iniciaram-se as manifestações indicadoras de uma nova consciência que surgia, não só por parte das populações atingidas pelos planos de urbanização e reordenação das cidades, mas também nos diversos extratos intelectuais que se propuseram a levantar questões pertinentes a partir dos resultados obtidos desse planejamento moderno e ortodoxo. Paradoxalmente, as proposições modernistas obtiveram absoluto sucesso durante 40 anos por terem atendido, no contexto vigente após duas guerras, às necessidades prementes da vida urbana e por terem cumprido sua função junto às economias centrais.

Os paradigmas do urbanismo racionalista se desenvolvem essencialmente durante a Segunda Guerra Mundial; os princípios da “Carta de Atenas” tornam-se especialmente manipuláveis para elaborar-se o modelo neocapitalista de cidade, facilitando o controle, a fragmentação, a produção em série e a pré-fabricação, de modo que a produção da cidade passa a fazer parte dos objetivos e métodos da empresa capitalista. Pode-se citar exemplos dos casos mais modelares de aplicação estrita do urbanismo racionalista: na

Europa, a construção dos bairros e cidades novas, principalmente as *new towns* inglesas – misto de cidade-jardim (proposta de Ebenezer Howard em 1898) e das novas propostas urbanas –, utilizando o método de projetar em equipe e o conhecimento cumulativo a partir das experiências anteriores; Le Corbusier elaborou vários planos sobre a cidade e a moradia, dos quais só foi executado o Plano de Chandigarh, na Índia, em 1951.

Nesse ínterim, é considerada uma das realizações mais ambiciosas do urbanismo moderno a criação da cidade de Brasília para ser o novo Distrito Federal do Brasil: o plano piloto é datado de 1957, quando o país dá prosseguimento à tradição de desbravamento e interiorização rumo ao centro-oeste, e segue à risca os princípios da cidade racionalista, surpreendentemente no momento em que esses princípios começam a entrar em crise e a evidenciar suas disfunções: o zoneamento urbano setorizado e o privilégio ao tráfego de automóveis criou uma cidade sem vida espontânea e uma população de faixas privilegiadas, exacerbando a discriminação social que o projeto, idealmente, se propunha a eliminar.

Durante a década de 50, no entanto, o paradigma da máquina já havia começado a desmoronar, basicamente por causa da aplicação dos princípios gerais e universais das vanguardas do Movimento Moderno em diferentes contextos culturais, sociais e materiais. As manifestações começam a ter eco inclusive nos congressos internacionais (CIAM), quando os arquitetos da **terceira geração** do Movimento Moderno iniciam a ruptura com a ortodoxia vanguardista, marcada por um espírito otimista, doutrinário, preocupado com a cidade e baseado numa metodologia científica de comparação e discussão. Estava-se dando um passo definitivo em direção ao arquiteto liberal que tratava de promover uma utopia do possível, aceitando os valores e as necessidades das pessoas. A partir daí, começam a lançar mão de novos conceitos como: relação estrita entre forma física e necessidades sociopsicológicas do ser humano e diversidade dos modelos culturais e sociais, neste caso recorrendo a idéias como coração da cidade, identidade, vizinhança, iniciando a transição da linguagem da máquina para a linguagem orgânica.

Esse despertar, não só dos arquitetos e urbanistas, abriu ângulos de visão voltados para o patrimônio histórico, valores tradicionais, produção vernacular, culturas alternativas e cuidados não existentes até então com o excesso de consumo; poderíamos dizer que o processo foi um renascer do Humanismo, com conotações mais amplas e positivas. Muitos estudiosos se engajaram na produção de conhecimento para reforço dos

novos pontos de vista. Tudo o que havia sido realizado ao longo dos anos 50 redunha num fenômeno complexo: a realidade da reconstrução das cidades e do desenvolvimento dos novos bairros residenciais demonstra que a pretensão do zoneamento monofuncional, segregando as diversas atividades da cidade, é nefasta, como bem expressam as palavras do professor e sociólogo francês Raymond Ledrut quando diz que “...Uma cidade despedaçada em zonas monofuncionais não pode captar a diversidade cultural, nem, por conseguinte, levá-la até seu mais alto grau de intensidade” ⁽⁶⁾. Aos poucos espalhou-se entre os arquitetos e sociólogos a crença no fenômeno contrário: a vida urbana existe onde se mesclam e superpõem as funções: residência, comércio, trabalho, lazer, etc. Isso não significa renunciar ao planejamento urbano nem misturar funções incompatíveis – industrial tóxica com prestação de serviços, ou sistema viário de alta velocidade com áreas residenciais –, mas significa zelar pelo equilíbrio urbano, buscando que as zonas centrais não se terceirizem excessivamente, provocando o desaparecimento da vida cotidiana, ou que bairros residenciais não fiquem marginalizados dos equipamentos culturais e sociais ou das áreas de comércio. No entanto, a proposta do Movimento Moderno de zoneamento restrito tem uma lógica intrínseca: é muito mais fácil de se explorar e controlar cada área da cidade quando elas são monofuncionais. A cidade capitalista desenvolve uma tendência própria no sentido da separação de funções que pode destruir a essência da cidade. A questão que se coloca então é: como bloquear o avanço da cidade da especulação e do automóvel em benefício da cidade na escala das necessidades humanas?

Pesquisou-se a dimensão cultural e antropológica das cidades, surgiram os estudos de morfologia urbana na busca dos elementos formadores do tecido urbano, sua evolução, as transformações, as relações e os processos sociais que os provocaram. Nos EUA, publicaram-se trabalhos sobre o vernacular entendido como linguagem, técnicas e valores transmitidos tradicionalmente na cultura de um povo, sem sofrer influências externas. O arquiteto e antropólogo Amos Rapoport estudou – entre 1967 e 1969 – as relações entre espaço construído e a cultura e enfatizou a complexidade de significados e a importância das conotações dos elementos vernaculares e indígenas.

Essa ênfase na leitura do meio ambiente ensejou os estudos de semiologia voltados para a Arquitetura e para o Urbanismo, fazendo a transposição da linguagem simbólica para os elementos arquitetônicos e de estruturação das cidades.

A constatação que se pode fazer é que tantas especulações acabam influenciando definitivamente novas correntes de pensamento na arquitetura e no urbanismo para se contraporem ao Movimento Moderno: surge a chamada arquitetura Pós-Moderna que, segundo vários autores, tenta uma recuperação e reinterpretação de símbolos e linguagens tradicionais e/ou populares.

A Interpretação Histórica e a Teoria da Arquitetura

O panorama internacional dos anos 60 traz à tona posturas importantíssimas da Teoria da Arquitetura: os italianos Bruno Zevi, Giulio Carlo Argan e Ernesto Nathan Rogers, que, além de influenciarem com seus escritos a geração mais jovem de arquitetos italianos da época, trouxeram uma grande contribuição para o entendimento de uma etapa mundialmente conturbada para a cultura em geral e, em particular, para a arquitetura, como foi a década de 60.

Bruno Zevi, com uma produção teórica e crítica que pontuou nitidamente as transformações que estavam ocorrendo na arquitetura, propõe uma revisão desinibida da tradição moderna. Desencadeia uma atitude de desconfiança para com o exclusivismo da tecnologia, valorizando as pesquisas em torno de uma arquitetura orgânica e humanista. Por esse motivo, foi um dos propagadores mais entusiastas da arquitetura nórdica, que até a década de 50 pouco havia significado para a velha Europa central. Zevi enfatiza essa arquitetura que faz uma síntese entre o racionalismo e o empirismo ao harmonizar o meio ambiente natural com o construído, integrando os materiais, o clima, os valores culturais e estabelecendo um vínculo profundo entre o homem e o lugar. No entanto, outro grande crítico, o arquiteto e teórico Manfredo Tafuri, interpreta o neo-empirismo nórdico e o realismo italiano como pseudo-utopias pequeno-burguesas e como propostas retrógradas de recuperação do estatuto artesanal da arquitetura, com realizações de baixa qualidade.

Argan e Rogers desenvolveram suas idéias principalmente na revista *Casabella-Continuità*, o primeiro como diretor da revista, de 1953 até 1964, e o segundo como editorialista; além disso, publicaram livros e antologias de arquitetura.

Giulio C. Argan, crítico e historiador, construiu uma visão histórica global imprescindível para que se pudesse interpretar a arquitetura a partir de um marco histórico e cultural definido com muitas de suas contribuições. Ele trabalhou sobre a

relação dialética entre duas metodologias predominantes adotadas, então, pelas artes e pela arquitetura: a interpretação formalista, que leva em conta a capacidade criativa do autor e as características formais de cada obra por si mesma; e a corrente marxista, que fundamenta a análise da evolução da arte em suas relações com a sociedade, com o poder, o trabalho e a luta de classes como o fizeram os historiadores Arnold Hauser e Herbert Read. Argan procurou uma síntese entre as duas metodologias, propondo que as qualidades artísticas da obra sejam entendidas no seio da sociedade. Ele aponta a perda da capacidade conceitual da cultura contemporânea como consequência do pragmatismo e parte para a defesa do trabalho artesanal, a fim de enfrentar a perda da dimensão artística provocada pela indústria; critica também as leis da sociedade de consumo como resultado das leis da sociedade capitalista.

A obra de Ernesto N. Rogers constitui uma das contribuições mais importantes como referência para a produção arquitetônica dos anos 50 e 60. Devem ser evidenciados dois aspectos fundamentais do conjunto do seu trabalho: a extrema coerência da sua visão unificadora da arquitetura vinculada à cidade, tendo desenvolvido exaustivamente essa questão; por outro lado, ele destaca a importância de se dar continuidade às idéias do Movimento Moderno, adequando-as ao contexto da arquitetura de cada lugar. Desse modo, suas idéias se tornaram paradigmáticas do pensamento da arquitetura dos anos 50, que pregava apenas uma revisão dos princípios modernistas; eram idéias que pleiteavam uma atualização constante das propostas universais, de acordo com a maneira de pensar e viver de cada momento. Conforme Rogers, dever-se-ia dar continuidade ao ensinamento dos mestres do Movimento Moderno, no que diz respeito tanto à metodologia como à moral, mais do que às suas propostas formais, sempre em discussão: "...Se os mestres nos haviam dado o exemplo da luta, e a haviam iniciado em *nome de uma humanidade teórica*, nós devíamos continuar a batalha e ir a campo braço a braço com os outros homens. Se a bandeira de nossos antecessores imediatos se chamava **Vanguarda**, a nossa se denomina **Continuidade**"⁽⁷⁾. Tornou-se vital para Rogers discernir, entre os princípios do Movimento Moderno, quais os conjunturais e com vigência limitada e quais os essenciais e duradouros, de maneira que insistia na citação: "Indagar teoricamente sobre o fenômeno arquitetônico, sobre as preexistências ambientais, sobre a utopia da realidade, sobre a evolução do Movimento Moderno, sobre o conceito de tradição..."⁽⁸⁾.

Rogers, já influenciado por Argan, armou-se, na época, com outras referências: de um lado, o pensamento filosófico da Escola de Frankfurt, especialmente um texto de

Theodor W. Adorno, *Minima Moralia*, publicação de 1951, em que o autor critica o funcionalismo e o Movimento Moderno por sua intenção reducionista, alienante e coercitiva ao subordinar tudo à funcionalidade e ao potencial de utilização; de outro lado, Rogers sofreu grande influência da contraditória tradição filosófica e estética italiana, a qual vai desde a estética de Benedetto Croce, a crítica de arte, a crítica de arquitetura, e do pensamento político de Antonio Gramsci até a reformulação do pensamento marxista a partir dos pressupostos da escola fenomenológica, entendida como um método que busca a volta "às coisas mesmas", numa tentativa de reencontrar a verdade nos dados originários da experiência. Ao adotar essa interpretação, Rogers introduz a idéia de crise no centro de suas reflexões. No primeiro editorial da revista *Casabella-Continuità*, em 1953, escreveu: "Nós cremos no fecundo ciclo homem-arquitetura-homem e queremos representar seu dramático desenvolvimento: as crises, as poucas indispensáveis certezas e as muitas dúvidas, ainda mais necessárias; posto que pensamos que estar vivos significa, sobretudo, aceitar a fadiga da renovação cotidiana, contradizendo as posições adquiridas na aflição até atingir a angústia, na perpetuação da luta, na expansão do campo da simpatia humana" ⁽⁹⁾. Fica muito claro que Rogers luta contra o conformismo moderno e, nesse sentido, a visão fenomenológica o ajuda a compreender a variedade de modos de habitar. No mesmo editorial, mais adiante, ele assinala: "Considerando a história como processo, se poderia dizer sempre que há continuidade ou sempre que há crise, em função de se querer acentuar as permanências ou as mudanças" ⁽¹⁰⁾. Frente ao dilema, ele decide pela continuidade dos horizontes ainda não desbravados do Movimento Moderno; o importante era a rejeição de todos os dogmas e a busca sem amarras, porém mantendo a constância metodológica proposta pelos pioneiros do modernismo.

Os grandes temas abordados por Rogers giram, necessariamente, em torno da ética, de uma nova sociedade, da tradição e da continuidade. Então, ao estabelecer um vínculo entre suas preocupações e as duas metas principais que o Movimento Moderno pretendeu resolver rapidamente e de forma direta – a relação com a história da arquitetura e a cidade existente –, ele passa a fazer uma interpretação e revisão desses temas centrais, assim como aconteceu com a maioria dos arquitetos dos anos 50, mas de forma bastante diversa do que foi entendido pelos arquitetos dos anos 20.

Segundo Rogers, a arquitetura é uma disciplina que descobre a modernidade na sua própria essência; e esta recuperação da tradição e da história não é um ato de mero formalismo, o que se quer abstrair da história é a sua condição de aporte

de um método. Outra questão básica colocada é a carga ética do trabalho do arquiteto: mesmo que, na realidade, a forma e a estética fossem fatores de decisão em muitas obras, Rogers travou uma dura batalha contra o formalismo, em defesa das atitudes éticas e humanistas e pela responsabilidade do intelectual. Abordou a tradição ética da modernidade ao dizer que “a beleza é verdade, é coerência, é intransigência”⁽¹¹⁾, e mais, “ser livre não é uma condição que se possui ao nascer: é um valor potencial que, através dos anos, se conquista ou se perde para sempre”⁽¹²⁾. Conforme Antonio Gramsci, com o qual Rogers concorda, o papel do intelectual é estabelecer uma ponte entre a tradição – entendida como o acúmulo do esforço humano – e a modernidade, como vontade e necessidade de transformação e crescimento coletivo. Esse papel deve ter como objetivos a análise e a transformação da realidade. Traçada essa linha de conduta, o intelectual e o artista teriam a responsabilidade de reconstituir o tecido cultural nacional esgarçado pela Segunda Guerra Mundial.

Diante dessa formulação do trabalho de Rogers, torna-se imprescindível a transcrição de alguns conceitos essenciais por ele emitidos, como o das “preexistências ambientais” – que está ligado a uma nova visão de maior respeito para com a cidade tradicional bem como ao relacionamento com a realidade –, assim expresso pelo autor: “Para combater o cosmopolitismo, que age em nome de um sentimento universal porém não suficientemente arraigado e levanta as mesmas arquiteturas em Nova York, em Roma, em Tóquio ou no Rio de Janeiro (em pleno campo do mesmo modo que nas cidades), devemos tratar de harmonizar nossas obras com as preexistências ambientais, isto é, com as da natureza, ou melhor, com as criadas historicamente pelo engenho humano”⁽¹³⁾. Assim, apesar de reconhecer os méritos da “Carta de Atenas”, ele aponta os desvios urbanísticos que se sucederam – segregação, falta de vitalidade, monotonia – e aponta a necessidade de reconstruir uma nova teoria e prática urbana. As idéias de Rogers estão bem contidas em outra citação: “Teremos administrado bem a herança de nossos mestres e perseguido o sentido de sua mensagem se conseguirmos dar uma estrutura cada vez mais real à nossa cultura arquitetônica e se, explorando mais detidamente o sentido da tradição, assim como o de futuro, chegarmos a ter clareza das metas do presente para benefício cada vez mais amplo de nossos contemporâneos. Algo se fez, mas ainda resta muito mais para realizar. Não quero fechar nenhum balanço; a vida, que é mutação, não o permite”⁽¹⁴⁾.

Desta forma, o trabalho de Rogers é claramente uma mola propulsora no sentido de construir uma teoria da arquitetura contemporânea que satisfaça às necessidades intrínsecas da disciplina e, ao mesmo tempo, esteja alinhada com os objetivos sociais, culturais e políticos de momentos tão complexos.

O trabalho de teóricos como Zevi, Argan e Rogers redundou na formação de uma verdadeira escola de história e crítica contemporânea da arquitetura: Leonardo Benevolo, Manfredo Tafuri, Francesco Dal Co, Reyner Banham, etc.

O Contexto da Pós-Modernidade

Transcorridos os anos subseqüentes ao Movimento Moderno até o surgimento de uma nova geração de arquitetos e urbanistas, as manifestações no sentido de submeter os princípios ortodoxos a uma gradativa revisão e crítica se deram ao longo da segunda metade da década de 60, quando se evidenciam mudanças radicais e o afastamento da arquitetura em relação aos cânones do Movimento Moderno.

Correntes e facções diversas, resultantes da crítica exercida nos anos 50, dão corpo à crise do Movimento Moderno e buscam desvendar novos horizontes e idéias para sair do dilema e atingir um estágio de propostas de caráter metodológico, com a finalidade de viabilizar novas maneiras de entender e projetar a arquitetura. Assim, emergem conceitos como tipologia, estrutura da cidade, morfologia urbana e linguagem arquitetônica como instrumento de comunicação simbólica. Esses novos conceitos, não por acaso, são contemporâneos aos movimentos metodológicos das ciências sociais e relacionados, sobretudo, com o seu método articulador, o pensamento estruturalista.

O ano de 1965 é entendido analiticamente como um divisor de águas, como assinalado por Josep Maria Montaner em sua obra⁽¹³⁾, indicando uma etapa qualitativamente diferente na busca de estratégias teóricas e projetuais. Isso se deve a alguns acontecimentos, como, por exemplo, o desaparecimento, entre os anos de 1965 e 1969, de alguns mestres do Movimento Moderno, Le Corbusier, Mies van der Rohe, Walter Gropius. Por outro lado, arquitetos jovens definem, gradativamente, uma mudança de rumo que se manifesta, inclusive, na produção editorial de arquitetura, sinalizando a transição de uma etapa com clara identidade, entre 1945 e 1965, para o nascimento de uma nova situação: trata-se, com muita lucidez, de reconsiderar os instrumentos críticos

necessários à interpretação das mudanças, com o aval de acontecimentos de toda ordem, social, política e cultural.

Entre 1960 e 1970 é publicada grande quantidade de obras com abordagem geral e local da produção arquitetônica e urbanística desenvolvida a partir da Segunda Guerra até meados dos anos 60. São obras dedicadas à questão urbana, como a da economista e jornalista americana Jane Jacobs, que em 1961 publica sua obra *Morte e vida das grandes cidades*, discutindo o legado do urbanismo racionalista nas grandes cidades; ou como o texto *Urban Structuring*, de 1967, dos ingleses Alison e Peter Smithson, tratando das novas possibilidades que a revisão formal poderia levar às intervenções urbanas; a obra do sociólogo marxista Henry Lefebvre, *O direito à cidade*, de 1968; ou dos historiadores e críticos de arquitetura como Roberto Segre⁽¹⁶⁾ e Leonardo Benevolo, Manfredo Tafuri, Aldo Rossi, etc. Dessa forma, marca-se nitidamente o caminho percorrido pelo Movimento Moderno e o fim de uma etapa.

O crescente descontentamento dos habitantes das áreas sujeitas aos processos dos planos modernistas e a resistência aos programas de intervenções urbanas nesses moldes provocaram uma abertura das políticas urbanas à participação das comunidades envolvidas, as quais alcançaram conquistas significativas, tanto na Europa como nos EUA, principalmente no que diz respeito aos projetos habitacionais. Simultaneamente, o questionamento relativo ao progresso e ao desenvolvimento adquiria novas nuances acentuando questões fundamentais à sobrevivência da espécie humana, como a proteção do meio ambiente e o enfoque científico da ecologia. No momento seguinte, a própria noção de produtividade econômica começa a ser contraposta pela de produtividade social. Propagam-se os movimentos em prol da adoção de novas tecnologias e de processos alternativos, a fim de maximizar a utilização dos recursos disponíveis e da mão-de-obra e a participação dos cidadãos no seu meio ambiente construído, aspectos todos inter-relacionados num contexto de amplitude global.

As novas gerações, por intermédio dos movimentos estudantis, enfatizavam a busca de novas ideologias alternativas e formas comunitárias de vida, e o grande símbolo dessa inflexão foi a manifestação de maio de 1968, na França; em outro contexto, a Primavera de Praga desvendou o sufocamento da liberdade nos países socialistas submissos à União Soviética – que assim permaneceram até a derrocada do império soviético no final dos anos 80. Nos países do Primeiro Mundo ficou evidente a falência das velhas formas de representação política que, sem o apoio dos cidadãos para as

medidas governamentais de gestão urbana, ficaram cada vez mais distantes das reais necessidades da população. A partir desse enclave, os governantes se sentiram forçados a introduzir, paulatinamente, a participação popular nos procedimentos para execução dos planos, viabilizando assim soluções populistas e mais econômicas, com a vantagem adicional de evitar os confrontos diretos; isso, no entanto, não significou uma garantia de participação popular nos processos decisórios, que continuaram devidamente resguardados. Em alguns países, conseqüentemente, a obrigatoriedade da participação popular na elaboração de planos diretores e dos relatórios de impacto ambiental passou a fazer parte da legislação, possibilitando o acompanhamento da aplicação de recursos e da definição de prioridades de investimentos.

Esse novo contexto levou as universidades e os técnicos a redefinirem seus papéis nos processos de desenvolvimento urbano, incorporando a dimensão participativa em seus programas e na produção de novas metodologias. Assistiu-se ao surgimento de novas atividades profissionais e novos cursos superiores – nos EUA, cursos de graduação em Planejamento Comunitário (*“community planning”*) – foram incorporados aos currículos vigentes.

Algumas experiências participativas de vulto, como a que foi realizada na cidade de Newcastle, na Inglaterra, durante o projeto e a implantação de um conjunto habitacional, chegaram a se estender por mais de 10 anos (1969-1982), envolvendo os 9 mil moradores na decisão de diversos aspectos do projeto arquitetônico e urbanístico até o final da obra.

Essa movimentação, que se difunde nos países da Europa e nos EUA, atinge os países do Terceiro Mundo que, envolvidos com a escalada dos problemas habitacionais, iniciam, no final dos anos 60, as primeiras experiências enfatizando a importância dos programas de autoconstrução e de mutirões, viabilizando economicamente o investimento dos usuários conforme suas condições de gastos a longo prazo para aquisição da casa própria; considerando a participação do Estado nessa alternativa, criavam-se condições de otimizar a aplicação do dinheiro público para as habitações de interesse social voltadas para populações de baixa renda. Os exemplos mais claros de grandes operações de intervenção dos usuários, de fato, se produziram na arquitetura latino-americana e, em especial, nos momentos mais problemáticos, em que todos os setores sociais se unem para intervir na construção e reconstrução do território, após grandes calamidades como terremotos e inundações.

No Brasil, algumas experiências demonstraram as possibilidades da participação popular na produção habitacional, em nível de projeto e construção, como o conjunto Vila Nova Cachoeirinha, situado em terreno ocupado por uma favela com mais de 100 famílias, e que passou a alojar mais 300 famílias a partir de um processo de participação e ajuda mútua para se executar o conjunto durante 15 meses, com a assistência técnica da prefeitura de São Paulo⁽¹⁷⁾.

Sucedem que em algumas sociedades é mais fluida a relação entre cultura local e arquitetura, o que possibilita, assim, em muitos países latino-americanos, o surgimento de arquitetos que se desvinculam dos padrões internacionais dominantes e se tornam capacitados para tratar questões arquitetônicas – tais como adaptabilidade material ao clima, à topografia –, utilizando técnicas construtivas e materiais autóctones, em condições econômicas modestas, e integrar todos esses fatores com a expressão de elementos culturalmente peculiares.

Durante a década de 70 adquirem vulto, também, as investigações dirigidas ao aproveitamento de fontes alternativas de energia – solar, eólica, etc. –, que têm, com certeza, grande influência na mudança formal das edificações, das cidades e do território.

O outro lado da mesma moeda revela fatos concretos que vêm reforçar as mudanças decorrentes dos problemas causados pela rigidez do urbanismo Modernista, como, por exemplo, a implosão, em 1972, dos edifícios do conjunto habitacional de Pruitt-Igoe, construído entre 1952 e 1955, em St. Louis, EUA. O projeto premiado do arquiteto Minoru Yamasaki foi elaborado absolutamente de acordo com os critérios do racionalismo: era um imenso complexo com 33 prédios idênticos, com 11 pavimentos, para moradia de 2.764 famílias. Em 1972 foi implodido, depois de tentativas inúteis do governo para sanar o estigma social, o abandono das unidades, o vandalismo, a insegurança, bem como a insatisfação dos que o habitavam e que assim reagiram ao ambiente estéril e impessoal, totalmente desvinculado da estrutura da cidade “normal”, como observou Charles Jencks⁽¹⁸⁾.

No Brasil, a manifestação de maior porte do urbanismo Modernista foi a cidade de Brasília, que também constituiu objeto de estudo para os profissionais envolvidos com a questão: soluções urbanísticas polêmicas, sobretudo no que se refere ao uso do solo pouco eficiente, gerando altos custos de infra-estrutura e de instalações de serviços públicos, como também criando condições de acessibilidade restritas em demasia ao sistema viário e desestimulando os deslocamentos de pedestres. De certa forma, foram

abolidas as possibilidades de se desenvolverem as atividades que as pessoas experienciam em cidades mais tradicionais: variedade de tipologias construtivas, diversidade de oportunidades socioculturais, como pontos de encontro, esquinas, botequins, ruas com uso misto, em suma, todos os aspectos que propiciam e perpetuam uma real animação urbana. É inegável, por outro lado, a importância histórica e inovadora de Brasília: em um momento de máximo estímulo a uma política pública nacional-desenvolvimentista e de necessidade de projetar o país no cenário internacional, como era a meta do presidente Juscelino Kubitschek – realizar 50 anos de desenvolvimento do Brasil em 5 anos –, foi esse um dos marcos mais significativos dos avanços tecnológicos no campo da arquitetura e engenharia brasileiras. Acrescente-se a isso a qualidade da produção arquitetônica e plástica desenvolvida nos projetos para a cidade de Brasília e a conseqüente atenção que despertou no universo da arquitetura e das artes contemporâneas, em vários cantos do mundo.

É importante se refletir sobre o que diz o arquiteto Jonathan Barnett (1982) – que foi, por alguns anos, o responsável pelo departamento de Desenho Urbano de Nova York – sobre os desdobramentos do Movimento Moderno: “O que começou com uma visão romântica da tecnologia moderna, libertando o indivíduo das limitações da tradição, revelou-se admiravelmente adaptável à repetição burocrática inconsciente e aos cortes de despesas de empresários gananciosos”⁽¹⁹⁾.

O Planejamento Urbano e a Tecnoburocracia

É imprescindível ampliar o questionamento sobre o instrumental utilizado, que se firmou e aglutinou diretrizes significantes nos primórdios do Movimento Moderno e que, especificamente ao tratar das cidades, denominou-se Planejamento Urbano. Quando se teve a oportunidade de ver expostos os resultados e as limitações dos processos e sobretudo das práticas do planejamento, a desordem maior verificou-se nos países do Primeiro Mundo, em que a institucionalização dos processos está sempre aliada a economias capitalistas avançadas. Dois grandes motivos são identificados como promotores do insucesso dos procedimentos modernistas para se projetar ambientes satisfatórios, social e economicamente.

O primeiro motivo encontra suas raízes no jogo político e, conseqüentemente, nos objetivos dos planos. Há uma distância insuperável entre os programas políticos dos partidos e as necessidades imediatas das comunidades. Alguns autores atribuem à crescente ineficiência dos governos de democracia representativa a razão da desesperança dos cidadãos e o aumento de pressão por parte dos grupos de representatividade não formal, como por exemplo o Partido Verde, na Alemanha, que nasceu de um movimento de protesto. O mesmo fenômeno se repetiu em vários outros países desenvolvidos, inclusive nos EUA, e da mesma forma ocorreu no nosso país, com a submissão dos assuntos locais aos interesses dos políticos e com o destroçamento da base comunitária da sociedade.

O outro motivo apontado reside no excesso de tecnocracia que permeou as teorias e métodos de implantação. A ambição de se fazer a análise de todos os aspectos da realidade e do controle total desses aspectos levou ao traçado de modelos rígidos, aos quais a realidade insistiu em não se amoldar. Algumas considerações feitas por Luís Carlos Bresser Pereira (1982), expostas a seguir, ilustram bem essa faceta do planejamento.

... “O problema da intervenção no urbano e em particular o planejamento urbano adquiriu uma importância muito grande na segunda metade do século XX. E eu acho que há três motivos fundamentais para isso, que são mais ou menos óbvios. De um lado, o crescimento das grandes cidades, o processo de urbanização generalizada e o crescimento mundial da população. De outro lado, as grandes despesas de consumo social que as cidades passam a exigir e a importância econômica dessas despesas. E, em terceiro lugar, os grandes interesses que se constituíram em torno da cidade, das grandes cidades. Esses grandes interesses partem de quatro tipos de atores que correspondem aproximadamente a classes sociais: os grandes interesses dos moradores que perceberam que seu bem-estar e seu salário indireto dependiam em grande parte das despesas de consumo social urbano; em segundo lugar, dos empresários capitalistas que viram na cidade uma oportunidade de grandes investimentos públicos, de grandes investimentos habitacionais e de especulação imobiliária. Em terceiro lugar, dos rentistas, que passaram a ter na renda urbana uma fonte de rendimentos muito importante. E, quarto, dos ‘tecnoburocratas estatais urbanos’, que surgiram para administrar a cidade e multiplicaram-se através de extensa rede de aparelhos burocráticos. Os planejadores urbanos, que são um tipo dentro dessa categoria que eu estou chamando ‘tecnoburocratas estatais urbanos’, tornaram-se os agentes por excelência da intervenção no urbano, porque monopolizaram o saber técnico e as informações necessárias para essa

intervenção. Essa intervenção no urbano significa fundamentalmente controlar as despesas de consumo social e legislar sobre o solo urbano, sobre o uso do solo e sobre a tributação do solo. O que implica a definição das receitas que vão depois financiar as despesas de consumo social. Nessa qualidade de controle das despesas de consumo social, de legislação sobre o solo urbano e de obtenção de receitas, os planejadores urbanos assumiram ou tenderam a assumir uma postura que eu chamaria de 'utópico-autoritária'. Imaginando poder construir a cidade dourada graças à racionalidade superior que possuiriam. Essa atitude se acentuou no Brasil porque o planejamento urbano alcançou pleno desenvolvimento nos quadros de um regime autoritário. Nesse processo os planejadores urbanos não perceberam quais seriam os limites da intervenção no urbano. Que são limites muito claros, mas ao mesmo tempo muito diferentes dos limites que os planejadores econômicos encontram”...

Mais adiante, ainda falando sobre os limites dos planejadores urbanos e, conseqüentemente, apontando para os interesses políticos em jogo, ele diz o seguinte:

... “Outro limite importante é que os efeitos distributivos dessas despesas de consumo social são muito grandes. Elas beneficiam os moradores, de um lado, e beneficiam os proprietários capitalistas, de outro. De forma que os interesses sobre essas despesas são muito grandes também. E é claro que daí vem o passo imediato para os limites que são realmente importantes para os planejadores urbanos, que são os limites políticos. A política urbana é afinal o resultado não da vontade dos planejadores urbanos, mas das pressões, ou das lutas de classe dos quatro agentes a que eu me referi, os moradores, divididos eles próprios em três classes: a burguesia, a tecnoburocracia e os trabalhadores. Os proprietários rentistas, que ao mesmo tempo em que são parte da burguesia têm uma parte especial como atores desse drama, são os proprietários dos imóveis de aluguel. Terceiro, os empresários, as empresas empreiteiras. E quarto, a vontade dos próprios planejadores. Ora, essa vontade dos planejadores é apenas uma das forças, portanto. Acho que é uma força significativa, mas apenas uma delas. E essa vontade dos planejadores é condicionada por pelo menos três fatores: primeiro, pela situação de classe do próprio planejador, que é um tecnoburocrata, um homem que vive de salário, de ordenado especificamente trabalhando para o Estado, e isso é uma condição de classe. Em segundo lugar, ela é condicionada pela hegemonia burguesa. Em terceiro lugar, ela é condicionada pelos ideais utópicos dos próprios planejadores, que portanto não se confundem com a vontade do planejador. A vontade do planejador é uma coisa concreta, os ideais utópicos são uma coisa que ele eventualmente exerce. Se essa análise faz algum sentido, uma conclusão mais ou menos óbvia emerge. Essa conclusão é a seguinte: para aumentar o seu poder, para fazer com que sua vontade ganhe vigência,

não resta muita alternativa aos planejadores senão fazer alianças. Fazer alianças com aqueles agentes ou com aquelas classes que fazem parte dos interesses existentes sobre a cidade. Quando eles pensam que estão agindo com neutralidade e independência tecnocrática, eles na verdade estão servindo normalmente às classes dominantes, à sua própria classe tecnoburocrática e principalmente à burguesia. Se isso é verdade, no Brasil pós-64 essa ilusão de neutralidade foi facilitada pela relativa autonomia que a tecnoburocracia estatal obteve. E foi facilitada pelo regime autoritário que se estabeleceu então. Essa ilusão de neutralidade, afinal, levou a maus resultados, porque fez com que os planejadores econômicos não se apercebessem de quanto eles estavam sendo condicionados, de quanto eles estavam afinal servindo aos interesses da burguesia. A gente acaba percebendo que a lógica da acumulação de capital e a lógica da expansão tecnoburocrática que marcaram o período é que realmente definiram a sua 'vontade', ou a sua ação. A vontade utópica dos planejadores foi impotente diante da lógica da acumulação, diante da lógica da expansão burocrática. Entretanto, nesses últimos anos observou-se, ao nível dos planejadores urbanos, um processo muito claro de autocritica. E, mais do que autocritica, o que se percebeu foi um processo de definição de uma nova estratégia. Essa nova estratégia eu chamaria de estratégia de aliança com os movimentos sociais populares. Quer dizer, para construir a cidade mais justa, mais humana, mais bela, enfim, para construir a utopia, não basta a frágil racionalidade dos tecnoburocratas; é necessário mobilizar interesses. E fundamentalmente é necessário mobilizar interesses daqueles que se quer beneficiar, ou seja, os moradores das classes populares. O que se começou a perceber claramente é que o planejamento urbano, muito mais que um processo econômico e técnico, é um processo político. Essa aliança é uma aliança naturalmente contraditória. Há uma contradição inerente entre a racionalidade dos planejadores e os interesses particularistas dos moradores. Mas eu creio que é só a dialética entre a razão e o interesse que permitirá o avanço social, desde que naturalmente o interesse que ganhe maior peso seja o interesse dos moradores populares. E isso só será possível, evidentemente, através de um processo de organização política das próprias classes populares. Processo em que os próprios tecnoburocratas planejadores vão ter que se envolver também" (20).

Está bastante clara a explanação de Bresser Pereira ao evidenciar os interesses que compõem o processo de planejamento urbano, bem como a maneira como sintetiza uma nova estratégia: a aliança a ser feita é com a população e, principalmente, levando-se em conta as suas necessidades e reivindicações de caráter mais concreto e de curto prazo, muito mais do que as manipulações políticas a serviço dos interesses das classes dominantes. Quando observado sob esse ângulo, o que se constata é que o planejamento urbano tecnoburocrata provocou, numa reação vigorosa, o surgimento de propostas

caracterizadas por modelos dinâmicos, participação comunitária, flexibilidade e a especificidade, que vão se opor frontalmente às suas características intrínsecas, tais como o formalismo, a rigidez, a suposta amplitude de abrangência, os modelos estáticos, a tecnoburocracia.

No entanto, as experiências participativas nos países em desenvolvimento, ou os movimentos alternativos nos grandes centros ocidentais, foram silenciados. Os motivos são diversos: do ponto de vista econômico, é inviável qualquer alternativa contrária às diretrizes produtivas dominantes; do ponto de vista arquitetônico, a possível participação dos usuários é mais uma aspiração sociológica do que um rumo formal, metodológico e disciplinar.

Todas as formulações apresentadas até esse momento denunciam a confusa situação atual da arquitetura e do urbanismo.

O Pós-Modernismo

Quando se fala em pós-modernismo, do que mais se poderia tratar senão de um paradoxo? Tudo aquilo que se produz no tempo em que se vive é moderno, apesar da tentativa do pós-modernismo em abraçar, essencialmente, a negação da seqüência do Movimento Moderno. A mais acirrada polêmica com relação ao pós-modernismo teve início nos Estados Unidos, o que se explica pela sua tradição *kitsch* e pela constante reprodução dos acontecimentos arquitetônicos da Europa, onde esse fato não poderia ter ocorrido, apesar da sua tradicional primazia na elaboração das questões estéticas, tendo em vista a carga histórica, as vanguardas da arquitetura moderna e os ícones do passado. Mesmo assim, os principais centros em que se postulavam as transformações na arquitetura contemporânea foram, além dos Estados Unidos, a Inglaterra, a Itália e os países escandinavos.

As Novas Tendências e Repertórios Formais

Torna-se indispensável a referência à obra de Robert Venturi, arquiteto americano que se tornou um dos líderes desse movimento e cujos projetos podem ser considerados marcos cronológicos no início da década de 60, assim como seu livro *Complexity and*

Contradiction in Architecture⁽²¹⁾. Na verdade, Venturi defende uma atitude contrária à tendência de simplificação desenvolvida pela modernidade. Frente a isso, propõe uma arquitetura nada óbvia e de significados superpostos e afirma que o utilitarismo leva à desolação e ao esgotamento do mundo.

Porém, as diversas tendências manifestadas pela arquitetura, no mundo, vão sendo expressas de acordo com as respectivas raízes culturais e organizações sociais. As várias correntes se apresentam como modificações parciais da antiga linguagem da arquitetura. E, dessa forma, o historicismo, o revivalismo, o neo-vernacular, o contextualismo e os mais diversos "ismos" trabalham para a transformação do mundo atual, mas, diferentemente da vanguarda modernista, rompem com a noção de inovação a qualquer preço e de revolução arquitetônica incessante.

Assim, a arquitetura italiana abriu diversos caminhos a partir de uma cultura arquitetônica de alto nível, sempre buscando um equilíbrio delicado e instável entre a tradição e a inovação, entre respeito às preexistências, como enfaticamente pregado por Ernesto Nathan Rogers, e a introdução de novidades, entre a continuidade com os mestres do racionalismo e os mestres da própria cultura, entre formalismo e capacidade didática de suas obras. O realismo italiano, por exemplo, se firma na literatura, no cinema e na arquitetura como palavra de ordem, como idéia liberadora e da ideologia de esquerda. Esse conceito foi tomado como ambíguo e contestado por críticos americanos que identificaram o realismo com totalitarismo, usando como referência a arte e a arquitetura na Alemanha de Hitler e na União Soviética de Stalin.

Novos enfoques da arquitetura enquanto expressão tecnológica levam ao surgimento de propostas radicais na Inglaterra, como as do grupo Archigram ao fazer a apologia do futurismo, da cultura do consumidor, da cibernética, da *science fiction*, do automóvel, da publicidade, etc.; supõem que todo o cenário humano pode modificar-se, desde objetos de uso cotidiano – móveis e eletrodomésticos – até a estrutura das cidades, e que a arquitetura deva ser produzida como qualquer outro objeto de consumo, obedecendo às leis da produção em série e à perfeição das peças industriais.

Na França, a manifestação dessa arquitetura de alta tecnologia teve seu auge com o Centro Georges Pompidou, projeto do arquiteto inglês Richard Rogers em conjunto com o italiano Renzo Piano, ganhadores do concurso internacional realizado no início da década de 70. Sem dúvida que nos termos propostos pelo concurso – um novo edifício urbano que fosse um grande recipiente para alojar de forma homogênea todo tipo de

funções relacionadas à cultura e ao lazer –, o Centro Pompidou popularizou-se e tornou-se um marco dos anos 70, indo ao encontro do movimento culturalista dos governos da época. O Centro abriga, nos seus diferentes níveis, salas de exposições temporárias, o Museu de Arte Contemporânea, o Centro de Criação Industrial, midiateca e biblioteca, bares, restaurantes e outros serviços. O edifício, tipologicamente, faz referência à arquitetura industrial, inclusive leva ao extremo a intenção de deixar toda a estrutura e instalações aparentes. O Centro Pompidou tornou-se o símbolo da Paris contemporânea, da capital burguesa do século XIX que não abriu mão de ser a capital cultural do século XX.

A década de 70 trouxe também a eclosão, no mundo ocidental, da arquitetura japonesa, que surgiu com grande força depois da Segunda Guerra, utilizando a mais avançada tecnologia. A obra do arquiteto Kenzo Tange é, talvez, a maior expressão do novo caminho da arquitetura japonesa, procurando conciliar a arquitetura moderna, sem o rigor funcionalista, com a arquitetura tradicional japonesa. Esse processo de busca formal vem na esteira de uma ocidentalização da cultura, da economia e dos costumes japoneses. Tange pesquisou um novo tipo de cidade, sua idéia básica abrangendo desde o desenho industrial até o urbanismo; para tanto, os avanços tecnológicos e os sistemas de agregação das chamadas “cápsulas residenciais” tornaram-se fundamentais. Essas buscas de Kenzo Tange e de seus discípulos visavam resolver os problemas gerados pelos poucos recursos territoriais em contraposição à florescente economia do Japão pós-guerra. Frente ao caos urbano crescente, eles pensam em escalas tais como urbes oceânicas, cidades aéreas, unidades agrícolas, unidades residenciais móveis, etc.

Nesse período surgem outras construções teóricas, como a das ciências sociais, que vão influenciar os métodos e critérios componentes de uma nova arquitetura voltada para os reais usuários. Sem abandonar os avanços tecnológicos, passa-se à abordagem dos seus aspectos negativos, como o consumismo, a poluição, os altos riscos de contaminação. Começa a ser levada em consideração, além da clássica oposição entre Europa e América, a existência de um fosso profundo entre os países cada vez mais ricos e os cada vez mais pobres, de onde se extraem muitas experiências no campo do urbanismo, da arquitetura, das artes, da literatura. John F. Turner, arquiteto inglês, N. J. Habraken, arquiteto holandês e Christopher Alexander, norte-americano, desenvolvem teorias em torno da “arquitetura sem arquitetos”, a partir das experiências de participação das comunidades locais na criação de seus espaços públicos e privados.

No final da década de 50 e início da década de 60, enquanto os arquitetos e urbanistas brasileiros estavam ainda envolvidos com a síntese arquitetônica e urbanística concentrada na nova capital, outros setores do país se voltavam para a superação do subdesenvolvimento asfixiante acreditando que seria possível compor com os países desenvolvidos e angariar benefícios a partir de algum modelo de desenvolvimento. No entanto, nos dias de hoje, o país continua na periferia de um sistema econômico cruel e nem compartilha mais das benesses da dependência. A grande competitividade globalizada do mercado mundial colocou o Brasil no enorme contingente dos possíveis perdedores.

A arquitetura brasileira, que constituía o instrumento de divulgação do Estado, inclusive pelos avanços tecnológicos que proporcionou, perdeu, depois de 1964, a justificativa ideológica que a sustentava.

Atualmente, a iniciativa de alguns governos locais propõe a recuperação de valores e a busca das identidades perdidas, com medidas de intervenções urbanas que, inversamente aos seus propósitos originais, estão gerando situações de exclusão social e econômica, compensadas por aparente inclusão cultural. Assim se refere a essa questão a Prof.^a Otília Arantes⁽²²⁾, de forma bastante contundente:

“Em contrapartida, o que surge de fato como Nova Arquitetura?

Sem esquecer o esforço sério de reciclagem de alguns arquitetos, muitos dos quais até então identificados com a grande arquitetura moderna brasileira, no geral, o que se vê por todos os lados é uma arquitetura medíocre, de citação, feita para embasbacar uma burguesia que persegue todas as marcas de ‘modernidade’ – dos carros importados, aos condomínios de pórticos monumentais, vidros espelhados, formas e materiais em profusão... Sem falar na arquitetura dos *shoppings* ou dos grandes prédios de escritórios – em geral do capital financeiro e das multinacionais. Este, o lado mais visível e mais próspero da nossa arquitetura. Assim, na parte integrada (de São Paulo a Los Angeles) encontramos certamente a mesma arquitetura: um novo *estilo internacional* bastardo, perverso, etc., de uma arquitetura perdulária, aparatosa, publicitária, que basculou de vez no campo do *marketing* – Dallas pode estar em Hong Kong como em Santiago do Chile, na Av. Berrini de São Paulo ou no Centro Empresarial de Salvador. Aliás, lá como aqui, fazendo *pendant* ao esforço de requalificação das regiões mais antigas das cidades em questão, num esforço de *gentrification*, comandado pelas administrações locais, mas em

geral amparado pela iniciativa privada diretamente interessada (como os banqueiros do centro de São Paulo).”

Conclusões

Todavia, a tendência de consumo cultural que se observou a partir da década de 60, nos anos em que se gera uma ampla cultura de massa, apresenta diversas faces. Se, por um lado, volta-se para o cumprimento das promessas de socialização do saber e das técnicas, por outro traz consigo o perigo da manipulação e da homogeneização. Mais uma vez vem ao encontro, oportunamente, da necessidade dos governantes de encontrar uma forma de administrar contradições, escamotear conflitos, esconder a miséria, criar imagens de uma cidade aparentemente “comunicante”, onde a diversidade é apenas um grande cenário.

As posturas metodológicas novas, alternativas ao Movimento Moderno, geradas nos anos 60 e 70, principiam, no entanto, a fragmentar-se no decorrer dos anos 80. O que se vê é uma diversidade de posturas individuais, principalmente entre os arquitetos mais jovens que, durante a década de 90, passaram a abraçar referências fora de seu contexto, aculturadas, e que colocaram a arquitetura em risco de se tornar uma moda eclética como se fora uma colagem. Ela se dirige a um duplo interlocutor: de um lado, os arquitetos e uma minoria envolvida com a arquitetura, e, de outro, o público em geral, cujas preocupações giram em torno de conforto, de construções tradicionais e do próprio modo de vida.

No entanto, essa arquitetura alienada, adotando estilos como temática, fazendo meras alusões ao passado, veio quebrar, de forma ambígua, a ortodoxia do Movimento Moderno e, assim, abrir novas possibilidades à arquitetura e ao urbanismo contemporâneos. Tantas foram as possibilidades desencadeadas pelo desafio pós-modernista com sua produção multifacetada, que se pode preconizar o advento de um mundo futuro modificado com as novas formas de comunicação e informação. A sociedade industrializada dará lugar à sociedade informatizada, e todas as artes, a arquitetura e o urbanismo expressarão essa sociedade, como consequência de tantos anos de produção intensa e, vista sob ângulo do rompimento de amarras e dogmas ortodoxos, profundamente libertária.

Ao buscar as causas desse afunilamento das estratégias de planejamento urbano, não se deve levar em conta apenas os interesses em jogo dos promotores do espaço público e dos reais agentes urbanos: governos preocupados em transformar as cidades em imagens positivas de suas gestões e especuladores imobiliários. Fundamentalmente é necessário atentar para os resultados do capitalismo, responsável por uma urbanização intensa e caótica, desde que praticamente 50% da população mundial está concentrada nas megalópoles e sem acesso aos benefícios da modernização. Essa população urbana, no entanto, é usada em todos os lugares do mundo como justificativa para os investimentos, sejam culturais ou urbanísticos, partindo do pressuposto que apenas uma minoria discute o significado da arquitetura e do urbanismo, enquanto o grande público, desinformado, se presta a esse papel.

Notas Bibliográficas

1. LE CORBUSIER. **A Carta de Atenas**. [versão Le Corbusier; trad. Rebeca Scherer]. São Paulo HUCITEC/EDUSP, 1993. pp. 50 e 64.
2. Ibid. p.141.
3. ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo, Cia das Letras, 1993.
4. SANTOS, Paulo F. **Quatro séculos de arquitetura**. Rio de Janeiro, IAB, 1981.
5. JACOBS, J. **Muerte y vida de las grandes ciudades**. Madrid, Ed. Peninsula, 1973.
6. LEDRUT, R. **Sociologie urbaine**. Paris, Presses Universitaires de France, 1968.
7. ROGERS, Ernesto Nathan. **Esperienza dell'architettura**. Turim, Giulio Einaudi ed., 1958.
8. _____ **Editoriali de architettura**. Turim, Giulio Einaudi ed., 1958.
9. _____ **"Continuità"** in Casabella-Continuità, nº 199, dezembro 1953, Milão. Apud MONTANER, Josep Maria.
10. _____ **"Continuità o crisi?"** in Casabella-Continuità, nº 215, abril-maio 1957, Milão. Apud MONTANER, Josep Maria.
11. _____ **Esperienza dell'architettura**. Op. Cit.
12. IBID.
13. IBID.
14. IBID.
15. MONTANER, J. M. **Después del movimiento moderno – arquitectura de la segunda mitad del siglo XX**. Barcelona, Ed. Gustavo Gili, 1997.
16. Roberto Segre, arquiteto argentino, radicado em Cuba desde 1963. Historiador e crítico de arquitetura. Em seu livro *Historia de la arquitectura y el urbanismo en los países desarrollados, Siglos XIX y XX*, Instituto de Estudios de la Administración Local, 1985, interpreta a doutrina dos Ciam e a Carta de Atenas como instrumento para a especulação, a segregação e expulsão dos grupos sociais de poucos recursos.
17. REINACH, H. **Projeto Vila Nova Cachoeirinha: Construção Habitacional por Ajuda Mútua**, in revista Espaço e Debates nº 14, São Paulo.
18. JENCKS, Charles. **The Language of Post Modern Architecture**. Academy Editions, London, 1977. p. 9.
19. BARNETT, J. **An Introduction to Urban Design**. Harper & Row, Nova York, 1982.
20. Transcrição parcial do debate publicado por Espaço e Debates Revista de Estudos Regionais e Urbanos, nº 6, pp. 89-90. **Debate em E & D: O governo da cidade e a utopia**. O debate teve a participação de Luis Carlos Bresser Pereira, Marilena Chauí e José Álvaro Moisés.
21. Nesse livro, Robert Venturi lança o seu manifesto da arquitetura pós-moderna, cujo conhecimento é importante para que o movimento seja entendido:

"Gosto de complexidade e contradição em arquitetura. Não gosto da incoerência ou arbitrariedade de uma arquitetura incompetente, nem do preciosismo intrincado do pitoresco ou do expressionismo. Pelo contrário, refiro-me a uma arquitetura complexa e contraditória, baseada na riqueza e ambigüidade da experiência moderna, inclusive na experiência que é inerente à arte. Em toda parte, exceto em arquitetura, complexidade e contradição sempre foram reconhecidas: da comprovação da máxima inconsistência da Matemática, por Gödel, à análise de T. S. Eliot sobre a poesia 'difícil', até a definição de Joseph Albers sobre a qualidade paradoxal da pintura.

Mas a arquitetura é necessariamente complexa e contraditória, até no inclusivismo dos tradicionais elementos vitruvianos: comodidade, solidez e encanto. E hoje as necessidades de programa, estrutura, equipamentos mecânicos e expressão, mesmo de edifícios simples em simples contextos, são diversas e conflitantes de modo anteriormente inimaginável. Somam-se às dificuldades a dimensão e a escala sempre crescentes da arquitetura no planejamento urbano e regional. Acolho os problemas e exploro as incertezas. Ao abraçar a contradição e a complexidade, tenho como objetivos tanto a vitalidade como a validade.

Os arquitetos não podem mais aceitar a intimidação da linguagem puritaneamente moral da arquitetura moderna ortodoxa. Gosto mais de elementos híbridos do que 'puros', de comprometidos mais do que 'limpos', dos distorcidos mais do que dos 'diretos', ambíguos mais do que 'articulados', dos perversos e impessoais, dos convencionais mais do que dos 'projetados', de acomodações em vez de 'exclusões', dos redundantes em vez dos 'simples', tanto conhecidos quanto inovadores, inconsistentes e equívocos em lugar de 'diretos e claros'. Sou pela vitalidade confusa, contra a 'unidade óbvia'. Incluo o *non sequitur* e proclamo a dualidade.

Prefiro a riqueza de significados à clareza do significado; a função implícita à função explícita. Prefiro 'ambos, um e outro' a 'ou um ou outro'; preto e branco, e às vezes cinza, a preto ou branco. Uma arquitetura válida evoca muitos níveis de significado e combinações de focos: seu espaço e seus elementos tornam-se legíveis e trabalháveis de diversas formas simultaneamente.

Mas uma arquitetura de complexidade e contradição tem uma obrigação especial para com o todo: sua verdade deve estar em sua totalidade ou em suas implicações de totalidade. Deve incorporar a difícil unidade da inclusão ao invés da fácil unidade da exclusão. More is not less."

22. ARANTES, Otilia B. Fiori. **Urbanismo em Fim de Linha**. São Paulo, EDUSP, 1998. p. 119.

ENSINO DE ARQUITETURA NO BRASIL

Os acontecimentos históricos relevantes que precederam a instalação dos cursos de Arquitetura no nosso país nos levam a apresentar um quadro dos primeiros ensinamentos nessa área, para avaliar os fatos determinantes da formação das escolas de Arquitetura no Brasil.

Os antecedentes das escolas de Arquitetura remontam à arquitetura naval desenvolvida na Escola de Sagres, a partir de 1416, por empenho do infante D. Henrique, que lá reuniu cosmógrafos, navegantes, geômetras, construtores e arquitetos.

Mais tarde, em 1582, outro fato marcante é a fundação em Madri, por Juan de Herrera, arquiteto-mor de Felipe II, da Escola de Matemática, com a participação de mestres de matemática, perspectiva, topografia e desenho.

Os Primeiros Ensinamentos

A partir do século XVI, no período de conquista da nova terra brasileira pelos portugueses, estavam sempre presentes nas viagens um *mestre das obras do Rei*, algum *pensionista de arquitetura* e, às vezes, um *arquiteto de El-Rei*, bem como alunos de belas-artes.

Com o passar do tempo, a fim de atender à defesa militar e à construção civil, criou-se, em 1699 no Brasil, a *Aula de Fortificação do Rio de Janeiro*, com estudo aprofundado de desenho, e a *Aula de Fortificação e Artilharia da Bahia*.

Sucederam-se, em Pernambuco (1719), os conhecimentos de desenho, de geometria e de arquitetura divulgados pela *Aula de Fortificação*, pela *Academia Militar* e pela *Aula de Geometria*.

Em São Paulo, Matias Aires Ramos da Silva escreve o livro *Problema de arquitetura civil*, publicado em Lisboa em 1770.

Dessa forma se deram os primeiros ensinamentos de arquitetura no Brasil, até a conversão, em 1792, no Rio de Janeiro, da *Aula Militar do Regimento de Artilharia* na *Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho*; nessa escola tem início o estudo oficial de arquitetura civil no Brasil, com desdobramentos posteriores para outras áreas.

A Missão Artística Francesa

Com a chegada ao Rio de Janeiro, em 1816, da *Missão Artística Francesa*, é fundada a *Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios*, que se firmou definitivamente com a inauguração, em 1826, da *Academia Imperial de Belas-Artes*, graças ao empenho de D. Pedro I. Compunham a Missão: Joaquim Lebreton, chefe; Nicolau Antonio Taunay, pintor; Augusto Maria Taunay, escultor; João Batista Debret, pintor; Augusto Henrique Vitor Grandjean de Montigny, arquiteto; Carlo Simão Pradier, gravador; Segismundo Neukomm, compositor, organista e mestre-capela, e muitos outros mestres nas mais diversas artes e ofícios. E nessa academia Grandjean de Montigny formou 50 discípulos, dos quais alguns foram os precursores no ensino do curso de arquitetura da *Escola Nacional de Belas-Artes*.

Sob a influência da Missão Francesa já se estabelece, na época, a distinção entre trabalho *artístico* e *fabril*; o Liceu de Artes e Ofícios, no século XIX, já enfatizava a necessidade de aliar a arte com o fazer, a fim de atender à demanda do crescimento populacional e à industrialização, em contraposição ao exercício profissional vigente, isto é, o arquiteto convocado como “fachadista”, para dar um “toque de gosto”, aspectos remanescentes do Brasil Colônia.

A vinda da Corte para o Rio de Janeiro traz consigo a Imprensa, a Biblioteca e, posteriormente, sob a influência da Missão Francesa, favorece a fundação da Academia Imperial de Belas-Artes (1820). A Missão Francesa trouxe o ideário bonapartista e, intrinsecamente, a dicotomia de interesses que logo se manifesta nas discussões dos mestres da Academia; discussões que se estabeleceram em torno da prevalência das artes ou dos ofícios mecânicos, a fim de se otimizar a captação dos recursos humanos e naturais do reino promissor.

O Rio de Janeiro, que abrigou a partir de D. João VI a sede do Governo, mantém por intermédio da Academia Imperial sua tradição cortesã. Já no que concerne a São Paulo, o desenvolvimento industrial com grande repercussão econômica e social norteou os rumos do ensino veiculado pela Escola Politécnica.

Essas manifestações tão distintas rapidamente deixaram clara a formação original dos mestres. Assim, os neoclássicos defendiam a distância entre o pensar e o fazer, a pureza do ensino artístico e a seleção rigorosa dos alunos, privilegiando o homem ideal, o

“belo” e as proporções perfeitas como objetivo final; por outro lado, um dos discípulos do pintor João Batista Debret, Manuel de Araújo Porto Alegre, ao dirigir a Academia (1855), retomou o interesse pela indústria e postulava uma atuação nacionalista, de modo que nas Exposições Internacionais o Brasil se apresentasse dignamente, conforme diz: ... “com o intuito de ver o meu país aparecer nesta nova festa, para não passar por uma terra inculta, sem artes e sem indústria, como passou na Exposição do Palácio de Cristal em Londres”⁽¹⁾.

Diz o mesmo Porto Alegre sobre o que entendia da Academia: ... “em cada um desses artistas haverá sempre uma qualidade que o tornará um homem útil e prestativo em qualquer parte do nosso país onde há falta de especialistas”⁽²⁾... Nomeado diretor da Academia em 1854, promove uma reforma do ensino, descentralizando o regime pedagógico, com a criação das cadeiras de “Desenho de Ornatos”, “Esculturas de Ornatos”, “Desenhos Geométricos”, “História das Artes e Estética”, “Arqueologia” e a de “Matemáticas Aplicadas”, que abrangia Aritmética, Geometria Descritiva, Perspectiva e Sombras, Estereotomia, Trigonometria, Óptica, Desenho Industrial, etc.; acabou-se, então, com o sistema anterior, em que cada professor transmitia a totalidade dos conhecimentos necessários, na época, à formação dos arquitetos.

A visão anterior à de Porto Alegre estabelecia ideais que distanciavam os alunos do contato direto com a maioria da população; os preconceitos arraigados dos neoclássicos europeus na sua relação com o proletariado manifestavam-se na relação dos neoclássicos locais com o elevado contingente de escravos existente no país.

Todos os elementos desses conflitos se fizeram presentes no campo das Belas-Artes, mesmo depois da proclamação da República, com a polêmica entre **positivistas** e **modernistas**: os positivistas não queriam continuar sujeitos à academia, pois diziam que era elitista e eles mesmos buscavam o ideal da classe média brasileira, isto é, “uma posição definida e uma vida estável”; os modernistas, por sua vez, ansiando pelo aval do pensamento liberal europeu, buscavam a renovação dos métodos e a oportunidade de entrar no “mundo das artes”.

Essas posturas influenciaram profundamente, à época, a própria regulamentação da profissão de arquiteto.

Retomando aspectos pertinentes à profissão, até 1822 fazia-se arquitetura de qualquer jeito, sem normas ou legislação específica; quanto à qualificação, da Colônia ao Império, foram os poucos mestres construtores, formados nas escolas européias, que deram o “tom” às edificações. A partir de 1830, definiram-se as primeiras exigências de

apresentação de projetos para o trabalho dos “empreiteiros”, e essa pressão alcançou o Brasil como reflexo das consequências da Revolução Industrial; o advento das estradas de ferro no Brasil, por volta de 1883, também precipita a necessidade de quadros nacionais para as missões técnicas exigidas. As instituições já existentes em 1886 no Rio de Janeiro, a Escola Politécnica e a Academia de Belas-Artes, não cumpriam o papel necessário aos novos tempos: a primeira por ser extremamente teórica e a segunda por não instruir os profissionais sobre o domínio da natureza, devido ao desconhecimento do instrumental técnico existente. Mas as pressões continuaram, como, por exemplo, do Instituto Politécnico, da época em que, em ofício dirigido ao Governo Imperial, postulava:

... “dá-se ainda um outro fato que reclama também uma providência do Governo Imperial: é a notável disparidade dos respectivos cursos na Escola Politécnica e na Academia de Belas-Artes, ... naquela o curso não é completado com a precisa instrução prática, e nesta subsiste a ausência radical e a mais completa de certos conhecimentos científicos, atualmente indispensáveis ao engenheiro-arquiteto, em consequência da diversidade de elementos, que a arte moderna aplica às construções.”⁽³⁾

A Independência do Curso de Arquitetura

Também era colocada no mesmo ofício a necessidade de qualificar o ensino científico e prático do país, a independência do curso de Arquitetura em relação ao de Engenharia e ao de Belas-Artes, para que cada um deles tivesse atenção específica, como também a necessidade de projetos e planos para as edificações e as cidades, geridos por profissionais arquitetos devidamente formados para o exercício de tanta responsabilidade.

Com a proclamação da República, o apostolado positivista cria dificuldades para essas formulações, lutando, inclusive, para incluir emenda na Constituinte de 1890-91:

“Art. 72 § 2º: A República não admite também privilégios filosóficos, científicos, artísticos, clínicos ou técnicos, sendo livre no Brasil o exercício de todas as profissões, independentemente de qualquer título escolástico, acadêmico ou outro, seja de que natureza for”⁽⁴⁾.

Essa emenda foi rejeitada, mas não desprezada no seu conteúdo. Tanto foi apreciada que permeia até hoje os debates sobre a prática, a formação de arquitetos e o ensino de Arquitetura, prejudicando-os profundamente: o Desenho era considerado

linguagem menor e do supérfluo, sendo valorizados os estudos das áreas técnicas, sem levar em conta os estudos necessários para se otimizar funcional e esteticamente as edificações e as cidades. Em decorrência, os cursos de Arquitetura tinham pouquíssimos alunos se comparados com os das “ciências exatas” encabeçados pela Engenharia.

A partir desses fatos, definiram-se duas vertentes de grande relevância: uma, a *Escola Nacional de Belas-Artes do Rio de Janeiro* (originalmente Academia Imperial de Belas-Artes), que mantinha a cadeira de arquitetura civil e a respectiva aula de desenho; a outra, a *Escola Politécnica de São Paulo* (1894), onde se iniciou um curso especial de arquitetura em paralelo aos cursos de engenharia existentes. Nessa ocasião, engenheiros-arquitetos como Ramos de Azevedo e Alexandre Albuquerque eram os grandes mestres do curso e tinham alunos como Francisco Prestes Maia e Luís Anhaia de Melo.

Em 1917, o arquiteto Cristiano Stockler das Neves introduz o estudo de arquitetura no *Mackenzie College*, apoiado pelos mestres norte-americanos que dirigiam a instituição.

Regulamentam-se as profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor em 1933, por meio do Decreto 23.569, primeiro instrumento legal nacional de regulamentação das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Agrimensor. Com essa medida é valorizada a carreira de arquiteto a ponto de aumentar, consideravelmente, o número de alunos e a qualidade dos trabalhos executados, de forma a demandar, como consequência natural, o aperfeiçoamento do currículo escolar.

Mas os primeiros movimentos para efetivar a independência do curso de arquitetura se fazem sentir com o lançamento do livro *A Regulamentação da Profissão de Arquiteto* (1934), em São Paulo, no qual está claramente expressa a idéia da criação da *Faculdade de Arquitetura*.

Organização das Faculdades de Arquitetura

E, sucessivamente, vão sendo fundadas: a Escola de Arquitetura em Belo Horizonte (1944) – atualmente faz parte da Universidade Federal de Minas Gerais; a Faculdade Nacional de Arquitetura no Rio de Janeiro (1946) – atual FAU/UFRJ; a Faculdade de Arquitetura Mackenzie em São Paulo (1947); a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (1948) – FAUUSP.

No entanto, para o arquiteto Vilanova Artigas, foi o movimento de arte moderna de 1922 o caminho encontrado pelos arquitetos – que se juntaram aos pintores,

escultores, escritores – para continuar a luta de recuperação do ... “prestígio histórico da arte de projetar”⁽⁵⁾ ... E diz mais:

... “O sucesso destes anos posteriores a 1922 até o fim da Segunda Guerra Mundial, são bastante conhecidos para que precisemos percorrê-los aqui. Entretanto, é agradável salientar que Lúcio Costa e Gregori Wachavchik, enquanto escandalizavam o provincianismo da época construindo ‘casas modernas’ (porque tiveram que começar construtores) e publicando manifestos, não esqueceram de reformar o curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas-Artes, isto em 1930, preparando o grupo de arquitetos cariocas que mais tarde tão grande desempenho vieram a ter, a serviço da Revolução de 1930 e da ‘descoberta’ da Arquitetura Moderna brasileira”⁽⁶⁾.

Dessa forma, todos esses percalços culminaram com a emancipação dos cursos de Arquitetura e desembocaram nas Faculdades de Arquitetura. Por exemplo, a organização da FAUUSP: o currículo adaptou-se ao padrão da Escola Nacional de Belas-Artes, com as disciplinas de Plástica, Modelagem, Arquitetura de Interiores, Grandes e Pequenas Composições, conservando, porém, o programa de ensino técnico do curso de Arquitetura da Escola Politécnica, acrescentado da formação urbanística; assim, organizou-se o currículo – como somatório de disciplinas – e, portanto, tornou-se indispensável maior compreensão e maturidade para se delinear o papel do arquiteto.

A afirmação da Arquitetura Moderna explicitou a condição de arquitetos e artistas se beneficiarem com os novos meios de produção, intervindo na construção habitacional, no desenho industrial, na comunicação visual, na vida urbana e sua organização territorial. Daí ...

... “se configurou um quadro de proposições fundamentais para o ensino de Arquitetura. E para atuar na implantação das novas escolas de Arquitetura, a da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP subdividiu o campo de trabalho, facilitando a compreensão das áreas de interesse necessárias a uma visão de totalidade da atividade do arquiteto. São as seguintes áreas:

- a) Comunicação visual, cuja tônica recai sobre problemas de *linguagem*;
- b) Desenho Industrial, onde dominam as preocupações sobre *objetos*, produtos e *sistemas industriais*;
- c) Edifício, com a sistematização de problema de *construção*, na área de *edifícios* e *espaços habitáveis*;
- d) Urbanismo e suas implicações com os problemas das *cidades*, *metrópoles*, *paisagismo*, *ocupação territorial*.”⁽⁷⁾ ...

As noções de habitação, projeto, história e técnica, relacionadas ao contexto cultural brasileiro, fizeram-se necessárias na implantação de Departamentos.

“O *Departamento de Projeto* (projeto como *design*) é área reservada, principalmente, às atividades criativas de ‘atelier’, laboratórios e oficinas. A atividade criativa é entendida como ‘um humano existir ainda não existido’. Isso pressupõe uma atitude de apropriação humana da natureza e uma afirmação do indivíduo-social.

O *Departamento de Tecnologia* examina as possibilidades do arquiteto influir nos aspectos técnicos e absorver a contribuição da Ciência e da produção industrial na atualidade.

O *Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto* estuda as transformações da Arquitetura e da Arte através da História, os aspectos socioeconômicos, as contribuições criativas dos projetos e da noção de habitação no Brasil, avivando a consciência histórica como fator participante da atividade criadora.”⁽⁸⁾.

Fica, dessa forma, pressuposto que o ensino de Arquitetura visa uma formação humanística, estreitando os vínculos entre o *artístico* e o *fabril*, pois essa discussão é interminável, sempre sujeita a revisões para que se obtenham melhores respostas e se proponham novas condições históricas e brasileiras de trabalho e lazer.

A década de 50, entretanto, caracterizou-se como marco para a história da arquitetura brasileira com a planificação e construção de Brasília: ficou claro, nacionalmente, que os nossos arquitetos não mais precisavam da “cobertura” técnica ou cultural estrangeira para levar adiante obras de tal porte. Essa segurança levou os arquitetos, professores e estudantes a lutarem por uma separação clara entre Engenharia e Arquitetura, voltando a discutir o Decreto de 1933 e, como decorrência, uma reforma dos currículos das escolas a fim de enfatizar a questão do “projeto” e não só a condição de construir, que estivera nas mãos de leigos por muito tempo e se tornara a luta dos engenheiros. O que se estava reivindicando era a condição *sine qua non* da existência de projetos realizados por arquitetos, que vinham sendo confundidos com os engenheiros, tanto quanto estes com os construtores⁽⁹⁾. A partir daí, em várias reuniões nacionais, professores e estudantes debateram a criação de mais faculdades de Arquitetura.

A compreensão de projeto em geral, como manifestação de soberania, tornou-se indispensável aos arquitetos brasileiros a partir do final da década de 50: passou a

significar a emancipação cultural técnica e artística, por carregar, implícita na sua elaboração, a necessidade da apreensão do contexto brasileiro.

A FAUUSP implanta sua primeira reforma em 1962, a qual vinha sendo discutida em reuniões e congressos realizados no IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil): o ensino de Arquitetura organizado em torno do “ateliê”. No que diz respeito aos departamentos criados, História, Projeto e Técnicas, os dois primeiros foram muito elaborados: instituiu-se a pesquisa nas seqüências de comunicação visual, desenho industrial, edifícios e planejamento urbanístico, enfim, nas áreas que demandam muitos projetos; um estudo aprofundado ampliou consideravelmente as atribuições do departamento de História.

Outras cinco faculdades de Arquitetura foram criadas dentro de uma ampliação especial do ensino no país: o curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná, em 1961; a Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará, em 1964; e os cursos de Arquitetura da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal do Pará, em 1965.

Durante a década de 70, para responder à crescente demanda de vagas, foram criadas outras 14 Faculdades ou cursos de Arquitetura e Urbanismo:

- em 1970: “Santa Úrsula”, no então Estado da Guanabara; “Elmano Veloso”, em São José dos Campos, São Paulo; Barra do Pirai, Rio de Janeiro;
- em 1971: “Brás Cubas”, em Mogi das Cruzes, São Paulo; Santos, em São Paulo; Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em São Leopoldo, Rio Grande do Sul; “Silva e Sousa”, no Estado da Guanabara;
- em 1972: “Bennet” e “Gama Filho”, no Estado da Guanabara, e o curso da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro;
- em 1973: “Farias Brito”, em Guarulhos, São Paulo; curso da Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul;
- em 1974: Curso da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e da Universidade de Mogi das Cruzes, ambas em São Paulo.

Algumas Reflexões

Não se pode prescindir, nessa altura, da lembrança da contribuição dos arquitetos de todo o mundo para a melhoria da convivência entre os povos e para o fim do colonialismo cultural. Para tanto, segue a transcrição do que diz Artigas sobre esse

momento e como se posicionavam as escolas de Arquitetura para a formação dos seus currículos:

...“É importante que se compare o significado de movimentos culturais-artísticos como os CIAM por exemplo dentro do primeiro pós-guerra e a política cultural em que se baseia a UIA.

Os CIAM também tinham na paz ameaçada a base de sua política de exportação do modernismo. Um dos livros de Le Corbusier tem como título ‘Des canons, des munitions? Non, des logis S.V.P.’. No dizer de Argan, ofereciam casas aos operários para que abrissem mão da revolução social enquanto pediam às classes dominantes que desistissem da guerra.

Na UIA a convivência dos arquitetos de todas as nações para um mundo de paz, pretende a valorização da cultura arquitetônica de cada país, a descolonização destas culturas. A distribuição entre todas as culturas das melhores conquistas da técnica universal a par do respeito e reconhecimento à história de cada uma delas.

Não é por acaso que a educação dos arquitetos em todos os países do mundo desperta o interesse da UIA e da UNESCO.

A descolonização na Arquitetura não se fez pela proibição da importação de modelos de solução de problemas estético-construtivos. Mas principalmente pela descolonização da consciência dos arquitetos dentro da cultura em que trabalham. Por isso são importantes as escolas de Arquitetura nacionais. À elas cabe educar os arquitetos na direção de conhecerem a fundo as questões de suas pátrias para versarem-nas eles mesmos. Em nosso meio foi, e ainda é, comum entre os arquitetos a noção de que ‘não sabemos’. Ela aparece no trabalho cotidiano, nas discussões e nas formas que propomos com mais frequência do que se pode julgar à primeira vista. Como, a partir dos recursos modernos de análise, as informações sobre determinada questão se multiplicam, vivem alguns arquitetos a fazer propaganda de um trabalho de equipe em que desaparecem, inibem-se e furtam-se de assumirem a responsabilidade de enfrentar a síntese em obra projetada que as sofisticadas informações complicam deveras. Confunde-se a informação dos planejamentos com os projetos. A posição colonizada que se caracteriza pelo ‘não sabemos’ atribui a outros setores da cultura responsabilidades nossas. Entretanto o pior desta atitude é que com ela também se atribui a estrangeiros na constante procura de liderança metropolitana, como se constata nas declarações sobre a crise da Arquitetura brasileira e tantas outras”⁽¹⁰⁾.

Nos artigos e nos discursos aos estudantes feitos por Artigas, aparecem com frequência as referências à busca de uma identidade nacional no interior da arquitetura moderna, independente das influências colonizadoras de arquitetos europeus ou

americanos. Refletem parte da luta do autor, sempre dedicada ao combate político e cultural dos intelectuais.

... “No começo de 1967 fizemos um estudo sobre a palavra desenho cuja intenção era mostrar como na história do desenvolvimento econômico-social brasileiro tinha ele perdido parte do seu significado, o significado de designio, de projeto. Como o desenho é emancipação. Como o projeto é demonstração de soberania.

Levado por estas indagações é que participamos do fórum de 1968 que completou o que a FAU desejava fazer em 1962 para reformar a sua organização interna e o programa de educação de arquitetos ...

... Voltando às reformas, em 1968 pudemos reformular o departamento de estudos técnicos de construção e definir-lhes o caráter, o significado, a linha de pesquisas possíveis. Estudamos a definição para o estudo das Ciências Humanas no Departamento de História e pudemos introduzir modificações no estúdio, tornando-o mais maleável do que era. Na verdade, a principal modificação de nossas definições do curso da FAUUSP em 1968 foi integrar o curso de forma a não precisar mais da concentração em torno do estúdio.

A organização curricular que a FAUUSP introduziu no ensino de Arquitetura dentro da USP foi adotada totalmente ou em parte pela grande maioria das escolas de Arquitetura de todo o país. Em discordância com a orientação chamada oficial. Parece-me que isso é mais ou menos inegável. Entretanto a tendência é neste momento para uma diversificação um tanto caótica dos currículos e programas. Parece-me que a causa está em não termos fixada uma orientação básica capaz de unir todas as escolas para um mesmo objetivo.

Esta seria a missão da ABEA [Associação Brasileira das Escolas de Arquitetura]...”⁽¹¹⁾

Os aspectos considerados por Artigas fazem parte, até hoje, dos debates que envolvem a organização dos currículos das escolas de Arquitetura. Evidentemente a formação dos arquitetos deve capacitá-los a compreender a realidade e intermediar as mais diversas situações de apropriação do meio ambiente. A preocupação manifesta no relato de Artigas, por ocasião da reformulação dos departamentos da FAUUSP, é no sentido de caracterizar a atuação multifacetada do arquiteto, sem perder a visão humanística tanto dos meios de tratar o espaço físico quanto das relações entre os homens e o espaço em questão.

A Realidade Atual do Ensino de Arquitetura

Neste momento de intensa urbanização do país, em que praticamente 78% da população está fixada nas cidades e apenas 22% no campo², o ensino de Arquitetura e Urbanismo precisa ter um papel de extrema importância. Essa urbanização desenfreada requer um urbanismo adequado, com conhecimento das causas dessa concentração. O ensino de Arquitetura não pode distanciar-se desses problemas³. Grande parte da população urbana vive em condições degradantes e torna-se fundamental que as novas gerações de arquitetos enfrentem o problema da produção de unidades habitacionais, bem como da organização territorial adequada, tendo como objetivo um desenvolvimento que possa ser sustentável.

A partir de 1956, quando o país iniciou a implantação das indústrias de base (ferro, aço, produtos químicos, papel, vidro, petróleo), os grandes empreendimentos alocaram recursos para obras de infra-estrutura e de construção civil a fim de viabilizar aquela transformação.

Por outro lado, as grandes empresas precisaram se organizar em todos os setores de forma bastante complexa, o que redundou num aumento considerável de oportunidades ocupacionais para pessoal com nível superior de escolarização. O mesmo aconteceu no Estado, que passou a absorver grandes contingentes de profissionais de nível médio e superior.

Esse foi o contexto que justificou a criação de inúmeras novas escolas, em grande maioria particulares, e também o aumento do número de vagas nas escolas oficiais existentes, como consequência da ampliação acelerada dos programas de ensino de Arquitetura para atender às metas governamentais traçadas para o Brasil.

Em novembro de 1973, por solicitação do Instituto de Arquitetos do Brasil, o MEC (Ministério da Educação e Cultura) criou a CEAU (Comissão Especial de Ensino de Arquitetura e Urbanismo), com a tarefa de fazer um diagnóstico da situação do ensino nas diversas escolas e, também, definir critérios e medidas para o seu aperfeiçoamento.

² Fonte: Censo IBGE/2000.

³ A designação como arquiteto e urbanista é decorrente da designação atribuída ao curso de Arquitetura e Urbanismo desde 1969. O domínio dos conhecimentos relativos ao urbanismo é fundamental ao exercício da profissão nas cidades, onde vive a maior parte da população mundial.

Atualmente, a CEAU, respondendo às necessidades prementes de análise dos pedidos de abertura de cursos novos em instituições isoladas, apresenta ao CNE (Conselho Nacional de Educação) documentos sistematizando contribuições anteriores e novas propostas para o trabalho a ser realizado. Esses pedidos somam 120 solicitações e se inscrevem na análise de expansão de cursos de Arquitetura e Urbanismo no país, dentro do processo em curso, de avaliação e fortalecimento dessa área de ensino superior.

O processo de avaliação da área de ensino de Arquitetura e Urbanismo está estruturado em quatro tempos, a saber: reconhecimento da área, auto-avaliação conjunta da área, avaliação interna dos cursos e avaliação externa dos cursos e dos estudantes a se formarem. (Anexo I)

Em 1990, na esteira desses acontecimentos, foi criado o curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Artes Plásticas da Fundação Armando Álvares Penteado – FAP/FAAP.

A Instituição de Ensino Superior

A Instituição de Ensino Superior à qual este trabalho se refere, Fundação Armando Álvares Penteado, carrega uma tradição de ensino na área de artes desde sua inauguração, em 1947.

A Fundação nasceu a partir da fantasia de um mecenas, Armando Álvares Penteado, descendente de família abastada que fez fortuna no ramo têxtil. Um dos dois filhos de Antônio Álvares Leite – conde por outorga papal –, considerado um *bon-vivant*, enquanto seu irmão gradativamente assumia os negócios da família, ele dedicava a maior parte do tempo às artes: pintava, desenhava, esculpia, pesquisava a fonografia. Havia estudado na Inglaterra e falava com fluência francês, inglês e italiano, o que lhe garantia fácil acesso aos meios artísticos internacionais de sua época; enveredou também pela arquitetura, cursando durante um certo tempo as aulas oferecidas pela Escola Politécnica de São Paulo.

Ainda em vida, havia doado uma de suas propriedades, a Vila Penteado na R. Maranhão, para que lá se instalasse, recém-desligada da Escola Politécnica, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Falecido em 1947, deixou um testamento no qual “criou” a Fundação: o documento datado de 1938 determinava que uma parte específica de seus bens fosse vendida a fim de construir, no bairro do Pacaembu, no terreno compreendido entre as ruas Alagoas, Itápolis e uma rua sem nome,

uma “Eschola de Bellas Artes, compreendendo Pintura, Esculptura, Decoração e Architectura, com uma Pinacoteca para quadros originaes, assim como cópias em oleogravuras das obras-primas que hoje se exprimem com perfeição” ⁽¹²⁾.

Na atualidade, a Fundação abriga cursos que desenvolvem o ensino de 2º Grau, no Colégio FAAP, e o ensino superior, nas faculdades de Engenharia, Administração, Economia, Direito, Comunicação e Artes Plásticas, e diversos cursos livres.

Estudo de Caso

O presente estudo tem por objeto o curso de Arquitetura e Urbanismo oferecido pela Faculdade de Artes Plásticas da FAAP. Essa Faculdade, organizada em 1967 e reconhecida oficialmente em 1972, iniciou o curso de Arquitetura em 1990 – por sua vez reconhecido pela Portaria Ministerial nº 1.386, de 10/11/95 – como parte integrante do curso básico unificado com duração de dois semestres, prosseguindo, a partir do 2º ano, com os cursos de Artes Plásticas, Desenho Industrial e Arquitetura.

O curso de Arquitetura foi estruturado, na FAP/FAAP, de acordo com a legislação oficial que organizou o Currículo Mínimo para essa área do ensino superior, Parecer nº 384/69 (**Anexo II**), até a publicação em dezembro de 1994 da Portaria 1.770 – MEC, de 21/12/94 (**Anexo II**), quando foram definidas as novas Diretrizes Curriculares, de tal forma que se encerrou o curso básico unificado e a área de Arquitetura e Urbanismo passou a montar sua grade curricular específica.

Período do Estudo

O período focalizado pelo estudo foi limitado entre os anos de 1994 e 2000, espaço de tempo que corresponde, respectivamente, aos últimos anos de vigência (1994 a 1997) da grade curricular implantada nos moldes do Currículo Mínimo de Arquitetura / Parecer nº 384/69, e ao início da implantação (1º semestre de 1996) de nova grade definida pela Portaria nº 1.770 – MEC, de 21/12/94.

Notas Bibliográficas

1. Galvão, A. **Manuel de Araújo Porto Alegre: sua influência na Academia Imperial de Belas Artes e no meio artístico.** Revista do DPHAN, Rio de Janeiro, pp. 19-20, 1959.
2. Ibid., p.54.
3. Extraído de: **Sobre a História do Ensino de Arquitetura no Brasil**, São Paulo, ABEA, p. 31, 1977.
4. Ibid., p. 32.
5. ARTIGAS, J.B. Vilanova. **Contribuição para o Relatório sobre ensino de Arquitetura UIA-UNESCO 1974.** Apud ABEA, p. 33.
6. Op. Cit., p. 33.
7. MOTTA, Flávio L. **Subsídios para Relatório sobre Ensino de Arquitetura no Brasil UIA-UNESCO 1974.** Apud ABEA, p. 18.
8. ARTIGAS, J. B. Vilanova. op..cit. pp. 35-36.
9. _____ **Caminhos da Arquitetura.** São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, pp 28-29, 1981.
10. _____ op. cit. pp. 35-36.
11. Op. cit. pp. 37-38.
12. BRANDÃO, I. de Loyola. **FAAP: 50 anos.** São Paulo, DBA artes gráficas, p. 35, 1997.

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A pesquisa estuda conjuntos de disciplinas do curso de Arquitetura da FAP/FAAP.

A investigação se atém às formulações curriculares de 1990 e 1996, denominadas, neste caso, respectivamente de Currículo Antigo (**Anexo III**) e Currículo Novo (**Anexo IV**).

Dentre as disciplinas constituintes dos currículos analisados foram estudados especificamente os conjuntos que compõem as áreas de Planejamento Urbano e História e Teoria.

Tais conjuntos foram escolhidos tendo em conta as seguintes habilidades contidas na publicação "Charter of Architectural Education", datada de junho de 1996, que traz o Estatuto UNESCO/UIA/96 (**Anexo V**):

- Adequado conhecimento de história e teorias da arquitetura e urbanismo envolvendo o contexto histórico da produção da arquitetura e urbanismo, abrangendo os aspectos de fundamentação conceitual e metodológica.
- Conhecimento de técnicas de conservação, restauro, reestruturação e reconstrução de edifícios e conjuntos urbanos.
- Habilidade para criar projetos de arquitetura, urbanismo e de paisagismo que satisfaçam às exigências estéticas e técnicas, levando em consideração: 1- o adequado conhecimento dos problemas físicos e tecnológicos; 2- adequado conhecimento do desenho urbano, das relações entre pessoas e edifícios e do edifício e seu entorno; 3- a compreensão dos problemas construtivos e estruturais do edifício; 4- a resolução de projetos conciliando as exigências dos usuários às restrições de custos e regulamentos edilícios; 5- a compreensão da profissão e do papel do arquiteto na sociedade e em particular levando em conta fatores sociais mediante atenção crítica às necessidades sociais.
- Habilidade nas atividades de estudos, análise e intervenções no espaço urbano, metropolitano e regional, considerando: 1- habilidades envolvidas no processo de planejamento; 2- conhecimento do desenho urbano; 3- necessidade de relacionar o edifício e os espaços entre eles à

escala humana; 4- fatores sociais, quando da elaboração de programas de intervenção; 5- infra-estrutura urbana.

De fato, o que se propõe para a formação do arquiteto é assegurar a sua aptidão para compreender e dar respostas às necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, com relação ao planejamento do espaço, ao urbanismo, à construção de edifícios, à conservação e valorização do patrimônio construído, proteção do equilíbrio natural e utilização racional dos recursos disponíveis.

A constatação é que esses princípios da educação dos arquitetos vêm ao encontro das concepções formuladas a partir da década de 70, que geraram novas maneiras de pensar, um novo esforço cognitivo, expressando assim a busca de diferentes caminhos de como “fazer arquitetura”.

Levando-se em conta os currículos Antigo e Novo é possível, portanto, agrupar as disciplinas na organização dos dois conjuntos apresentados a seguir.

CONJUNTO	CURRÍCULO ANTIGO	CURRÍCULO NOVO
PLANEJAMENTO URBANO	Planejamento Urbano Engenharia de Trânsito	Projeto de Arquitetura e Urbanismo Projeto de Urbanismo Planejamento Urbano e Regional Projeto de Paisagismo Técnicas Retrospectivas
HISTÓRIA E TEORIA	Estética e História das Artes História da Arquitetura Teoria da Arquitetura Arquitetura no Brasil	Estética e História das Artes História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo

A obtenção de melhor qualidade de vida, o respeito às necessidades sociais, culturais e estéticas de cada povo, o equilíbrio ecológico e o desenvolvimento sustentável do ambiente construído, a arquitetura valorizada como patrimônio e responsabilidade de todos, são os aspectos que levaram à inclusão da disciplina Engenharia de Trânsito no conjunto PLANEJAMENTO URBANO do Currículo Antigo, bem como das disciplinas Projeto de Paisagismo e Técnicas Retrospectivas no conjunto PLANEJAMENTO URBANO do Currículo Novo.

A disciplina Engenharia de Trânsito tinha por objetivo dar, ao futuro profissional em Arquitetura, conhecimento de fundamentos de projeto e de planejamento urbano sob o enfoque do trânsito urbano e do transporte urbano individual e coletivo, ressaltando suas inter-relações e seus impactos no meio ambiente. A inclusão da disciplina Projeto de Paisagismo, por sua vez, significa ampliar o quadro de abordagem do planejamento urbano, com os estudos da paisagem urbana e dos seus elementos estruturadores, básicos na compreensão da conformação do desenho urbano e da produção do espaço das cidades. No que diz respeito à disciplina Técnicas Retrospectivas, a inclusão se dá por se tratar de um campo de conhecimento voltado para as ações de preservação do patrimônio cultural, entendido como um dos vetores da memória social, a qual norteia os rumos das intervenções em áreas urbanas. A disciplina Estética e História das Artes também é incluída no conjunto de HISTÓRIA E TEORIA dos dois currículos, por abordar o conhecimento das belas-artes como contribuição à qualidade dos projetos.

Objetivos

Considerando os elementos que compõem o corpo do trabalho e a maneira como foram organizados, a pesquisa tem os seguintes objetivos:

- Identificar as semelhanças e diferenças entre os conjuntos de disciplinas PLANEJAMENTO URBANO e HISTÓRIA E TEORIA que fazem parte dos currículos Antigo e Novo da FAP/FAAP. Essas relações serão pesquisadas entre:
 - as disciplinas do conjunto PLANEJAMENTO URBANO, nos currículos Antigo e Novo;
 - as disciplinas do conjunto HISTÓRIA E TEORIA, nos currículos Antigo e Novo;
 - os conjuntos PLANEJAMENTO URBANO e HISTÓRIA E TEORIA, nos currículos Antigo e Novo.
- Caracterizar a aproximação ou afastamento dos conjuntos de disciplinas PLANEJAMENTO URBANO e HISTÓRIA E TEORIA, nos currículos Antigo e Novo, das atuais tendências e busca de caminhos no “fazer arquitetura”.

Procedimentos

A seguir são explicitados os procedimentos adotados respectivamente para cada um dos objetivos:

- Serão perseguidos os indícios que permitam sinalizar as diferenças e semelhanças existentes entre as duas grades curriculares. Tais indícios poderão ser percebidos por meio de alterações de denominações das disciplinas, conteúdos, cargas horárias, posição das disciplinas, bem como acréscimo ou supressão de disciplinas e inclusão ou exclusão da bibliografia básica sugerida para as disciplinas. Sendo esses os fatores que interessam ao estudo, serão tomados como parâmetros da análise: a Carga Horária, a Posição das Disciplinas nos Semestres da grade curricular, as Ementas na forma como estão sugeridas e a Bibliografia constante nas ementas das disciplinas, tendo como referência os currículos Antigo e Novo do curso.
- Serão buscadas evidências que permitam detectar a aproximação ou o afastamento dos conjuntos de disciplinas PLANEJAMENTO URBANO e HISTÓRIA E TEORIA das tendências atuais das pesquisas em Arquitetura, a partir de:
- acréscimo de novas disciplinas;
 - mudanças de posição e do significado de disciplinas;
 - incorporação de literatura mais recente, associada às tendências atuais;
 - relacionamento entre as ementas dos conjuntos de disciplinas e os temas atuais.

Introdução

A partir do agrupamento das disciplinas em conjuntos, será realizada a análise dos currículos Antigo e Novo do curso de Arquitetura da FAP/ FAAP, restrita aos conjuntos PLANEJAMENTO URBANO e HISTÓRIA E TEORIA.

O trabalho de análise a ser empreendido tem por objetivo evidenciar as diferenças e semelhanças – alterações e manutenções de aspectos – que ocorreram na passagem do Currículo Antigo para o Currículo Novo e, nesse processo de identificação das grades curriculares, procura estabelecer a maior ou menor relevância das alterações. De acordo com os procedimentos já expostos vai buscar esses indícios na Carga Horária, na Posição das Disciplinas nos Semestres, nas Ementas e na Bibliografia sugerida nas ementas.

Carga Horária das Disciplinas

Para o desempenho da análise das cargas horárias foram organizados quadros comparativos das disciplinas dos conjuntos PLANEJAMENTO URBANO e HISTÓRIA E TEORIA, dos currículos Antigo e Novo do curso de Arquitetura e Urbanismo, a fim de verificar as seguintes variações:

- 1) Do conjunto PLANEJAMENTO URBANO (currículos Antigo e Novo) em relação à Duração Total do curso de Arquitetura (currículos Antigo e Novo).
- 2) Do conjunto PLANEJAMENTO URBANO (currículo Antigo) em relação ao conjunto Planejamento Urbano (Currículo Novo).
- 3) Do conjunto HISTÓRIA E TEORIA (currículos Antigo e Novo) em relação à Duração Total do curso de Arquitetura (currículos Antigo e Novo).
- 4) Do conjunto HISTÓRIA E TEORIA (Currículo Antigo) em relação ao conjunto HISTÓRIA E TEORIA (Currículo Novo).

A Duração Total do curso de Arquitetura é de 4.170 horas, no Currículo Antigo, e 4.095 horas, no Currículo Novo.

Conjunto PLANEJAMENTO URBANO (Currículo Antigo) x conjunto PLANEJAMENTO URBANO (Currículo Novo) x Duração Total do curso

O QUADRO 1 apresenta as disciplinas constitutivas dos conjuntos e as respectivas cargas horárias, nos currículos Antigo e Novo.

QUADRO 1 – Comparativo das disciplinas do conjunto PLANEJAMENTO URBANO, nos currículos Antigo e Novo

CURRÍCULO ANTIGO	CARGA HORÁRIA	CURRÍCULO NOVO	CARGA HORÁRIA
Disciplinas	TOTAL	Disciplinas	TOTAL
Planejamento Urbano	450	Projeto de Arquitetura e Urbanismo	30
Engenharia de Trânsito	120	Projeto de Urbanismo	330
		Planejamento Urbano e Regional	195
		Projeto de Paisagismo	150
		Técnicas Retrospectivas	45
Total	570	Total	750

O QUADRO 1, para o Currículo Antigo, mostra que o conjunto PLANEJAMENTO URBANO era constituído pela disciplina Planejamento Urbano propriamente dita, que envolvia as diversas escalas de abordagem do planejamento urbano até o planejamento regional, e pela disciplina Engenharia de Trânsito, que, pelas suas necessidades e decorrências, constitui um dos aspectos urbanisticamente determinantes das soluções de planejamento urbano.

Por outro lado estão agrupadas, no Currículo Novo, as disciplinas: Projeto de Urbanismo – que analisa as características formais, culturais e técnicas do espaço urbano, formulando alternativas de organização espacial, desde escalas restritas até a escala da cidade, por intermédio da compreensão dos aspectos funcionais, comportamentais e ambientais; Planejamento Urbano e Regional – que aborda a evolução histórica das cidades e introduz a investigação de problemas regionais, critérios de divisão regional, metodologia de planejamento regional integral e territorial, bem como suas consequências nos planos locais; Projeto de Paisagismo, disciplina incluída parcialmente

– os semestres em que são desenvolvidos os conceitos de paisagem natural e cultural, as intervenções vinculadas ao sistema de áreas verdes urbanas e às áreas de reservas; e finalmente Técnicas Retrospectivas, também parcial – a etapa que compreende as técnicas de recuperação urbana, objetivando a preservação da memória histórica, artística e cultural. Essas disciplinas constituem enfoques diferentes e indispensáveis a todas as dimensões de intervenções urbanísticas.

O QUADRO 1 denota as correspondências existentes entre as disciplinas dos dois currículos, até onde as particularidades de cada uma as separa, por exemplo: Planejamento Urbano e Engenharia de Trânsito correspondendo a Projeto de Arquitetura e Urbanismo, Projeto de Urbanismo e Planejamento Urbano e Regional; neste caso, o QUADRO mostra também que há um desdobramento, no Currículo Novo, das disciplinas do Currículo Antigo. Já, Projeto de Paisagismo e Técnicas Retrospectivas são introduzidas a partir da vigência do Currículo Novo⁴.

Observando o QUADRO 1 verificamos que: o conjunto PLANEJAMENTO URBANO que constituía 13,6% da Duração Total do Curso de Arquitetura, no Currículo Antigo, passa a constituir 18,3%, no Currículo Novo, havendo portanto um aumento de 4,7% (180 horas) na carga horária. Tal aumento se justifica exclusivamente pela introdução, nesse conjunto, de parte da carga horária das disciplinas Projeto de Paisagismo e Técnicas Retrospectivas, pois, se essas disciplinas fossem excluídas, haveria uma diminuição da carga horária total do conjunto PLANEJAMENTO URBANO, isto é, passaria de 570 horas do Currículo Antigo para 555 horas do Currículo Novo. Entretanto, se for considerada apenas a relação entre os conjuntos de PLANEJAMENTO URBANO, dos currículos Antigo e Novo, a inclusão dessas duas disciplinas corresponderia a uma ampliação de 31,5% de carga horária total do conjunto, no Currículo Novo.

Conjunto HISTÓRIA E TEORIA (Currículo Antigo) x conjunto HISTÓRIA E TEORIA (Currículo Novo) x Duração Total do curso

O segundo quadro comparativo refere-se às disciplinas do conjunto de História e Teoria nos Currículos Antigo e Novo do curso.

QUADRO 2 – Comparativo das disciplinas do conjunto HISTÓRIA E TEORIA, nos currículos Antigo e Novo

CURRÍCULO ANTIGO	CARGA HORÁRIA	CURRÍCULO NOVO	CARGA HORÁRIA
Disciplinas	TOTAL	Disciplinas	TOTAL
Estética e História das Artes	120	Estética e História das Artes	120
História da Arquitetura	60	História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo	180
Teoria da Arquitetura	60		
Arquitetura no Brasil	60		
Total	300	Total	300

No Currículo Antigo, o conjunto HISTÓRIA E TEORIA era constituído pelas disciplinas: Estética e História das Artes, que privilegiava uma visão global do panorama artístico no decorrer dos séculos; as disciplinas História da Arquitetura e Teoria da Arquitetura, que analisavam, também com enfoque geral, as condições históricas e as linhas de reflexão presentes nos desdobramentos dos caminhos da arquitetura; e a Arquitetura no Brasil, que se voltava para o estudo e análise das manifestações arquitetônicas brasileiras e as relações culturais implícitas.

No Currículo Novo, o conjunto é formado pelas seguintes disciplinas: Estética e História das Artes, que expõe as manifestações artísticas da Antigüidade; História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo, que desenvolve os acontecimentos históricos e a visão crítica que permeia a leitura da história.

Também no QUADRO 2, é explicitada a correspondência entre as disciplinas dos dois currículos. Esta correspondência é mais visível para Estética e História das Artes. História da Arquitetura, Teoria da Arquitetura e Arquitetura no Brasil, do Currículo Antigo, correspondem à História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo no Currículo Novo.

Este QUADRO traz uma informação que diz respeito à alteração de denominação e do agrupamento das disciplinas do conjunto, isto é, História da Arquitetura, Teoria da Arquitetura e Arquitetura no Brasil, que no Currículo Antigo eram oferecidas separadamente, passam a constituir no Currículo Novo uma única disciplina – História e

⁴ Inclusão parcial da carga horária dessas duas disciplinas no conjunto PLANEJAMENTO URBANO.

Teoria da Arquitetura e Urbanismo – desenvolvida ao longo dos seis semestres iniciais do curso.

O referido QUADRO mostra que, apesar da manutenção do total da carga horária para o conjunto das disciplinas, o conjunto HISTÓRIA E TEORIA constituía 7,1% do Total do Curso de Arquitetura, no Currículo Antigo, e passa a constituir 7,3%, no Currículo Novo, havendo um pequeno aumento de 0,2% de carga horária. No entanto, devemos considerar que esse aumento não ocorre em consequência da alteração dos números absolutos do conjunto, mas é o resultado da diminuição da Duração Total do curso, no Currículo Novo.

Posição das Disciplinas nos Semestres

Os quadros organizados para os conjuntos PLANEJAMENTO URBANO e HISTÓRIA E TEORIA possibilitarão a verificação das variações ocorridas na Posição das Disciplinas nos Semestres para:

- 1) Conjunto PLANEJAMENTO URBANO, nos currículos Antigo e Novo.
- 2) Conjunto HISTÓRIA E TEORIA, nos currículos Antigo e Novo.

Conjunto PLANEJAMENTO URBANO – Posição das disciplinas nos semestres do curso

O QUADRO 3 refere-se ao conjunto PLANEJAMENTO URBANO, nos currículos Antigo e Novo, e mostra a variação da posição das disciplinas que o compõem.

QUADRO 3 – Posição das disciplinas do conjunto PLANEJAMENTO URBANO nos semestres

CURRÍCULO ANTIGO Disciplinas	POSIÇÃO NOS SEMESTRES	CURRÍCULO NOVO Disciplinas	POSIÇÃO NOS SEMESTRES
Planejamento Urbano	3º a 10º	Projeto de Arquitetura e Urbanismo	1º
Engenharia de Trânsito	6º e 7º	Projeto de Urbanismo	2º a 8º
		Planejamento Urbano e Regional	5º a 8º
		Projeto de Paisagismo	6º a 8º
		Técnicas Retrospectivas	7º

Observando o QUADRO 3, nota-se que as disciplinas componentes do conjunto desenvolviam-se, no Currículo Antigo, do 3º ao 10º semestre, visto que o 1º e 2º semestres pertenciam ao curso básico comum aos três cursos da Faculdade de Artes Plásticas – Artes Plásticas, Desenho Industrial e Arquitetura. No 6º e 7º semestres, além de Planejamento Urbano, era oferecida a disciplina Engenharia de Trânsito.

No Currículo Novo, com a extinção do curso básico, o conjunto PLANEJAMENTO URBANO é desenvolvido durante os oito primeiros semestres do curso. No 7º semestre, ele abrange simultaneamente todas as disciplinas pertencentes ao conjunto: Projeto de Urbanismo (desde o 1º semestre), Planejamento Urbano e Regional (desde o 5º semestre), Projeto de Paisagismo (desde o 6º semestre) e Técnicas Retrospectivas⁵ (no 7º semestre).

Conjunto HISTÓRIA E TEORIA – Posição das disciplinas nos semestres do curso

O QUADRO 4 refere-se às disciplinas do conjunto HISTÓRIA E TEORIA, nos currículos Antigo e Novo, e mostra a variação de posição das disciplinas que o compõem.

QUADRO 4 – Posição das disciplinas do conjunto HISTÓRIA E TEORIA nos semestres

CURRÍCULO ANTIGO Disciplinas	POSIÇÃO NOS SEMESTRES	CURRÍCULO NOVO Disciplinas	POSIÇÃO NOS SEMESTRES
Estética e História das Artes	1º e 2º	Estética e História das Artes	1º e 2º
História da Arquitetura	3º e 4º	História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo	1º a 6º
Teoria da Arquitetura	3º e 4º		
Arquitetura no Brasil	5º e 6º		

O QUADRO 4 mostra que, no Currículo Antigo, as disciplinas desenvolviam-se nos seis primeiros semestres separadas em blocos de forma fragmentada. Além disso, nos dois semestres iniciais, apenas a disciplina Estética e História das Artes era oferecida como forma de garantir o curso básico comum.

No Currículo Novo, embora Estética e História das Artes continue a ser oferecida nos dois primeiros semestres, desde o início essa disciplina não mais se preocupa com o curso básico comum, mas se volta para a arquitetura. Além disso, a disciplina História e

Teoria da Arquitetura e Urbanismo agrupa disciplinas anteriormente fragmentadas no Currículo Antigo e se desenvolve durante os seis primeiros semestres do curso.

Ementas

Para proceder à análise, foram organizados quadros contendo as ementas das disciplinas que compõem os conjuntos Planejamento Urbano e História e Teoria, com o objetivo de verificar os seguintes aspectos:

1) Diferenças e semelhanças entre os conjuntos PLANEJAMENTO URBANO nos currículos Antigo e Novo (QUADRO 5).

2) Diferenças e semelhanças entre os conjuntos HISTÓRIA E TEORIA nos currículos Antigo e Novo (QUADRO 6).

3) Articulação entre os conjuntos PLANEJAMENTO URBANO e HISTÓRIA E TEORIA no Currículo Antigo (QUADRO 7).

4) Articulação entre os conjuntos PLANEJAMENTO URBANO e HISTÓRIA E TEORIA no Currículo Novo (QUADRO 8).

Conjunto PLANEJAMENTO URBANO (Currículo Antigo) x conjunto PLANEJAMENTO URBANO (Currículo Novo)

O QUADRO 5 possibilita verificar as diferenças e semelhanças existentes entre as ementas das disciplinas que constituem o conjunto PLANEJAMENTO URBANO, nos currículos Antigo e Novo.

QUADRO 5 – Ementas das disciplinas do conjunto PLANEJAMENTO URBANO, nos currículos Antigo e Novo

CURRÍCULO ANTIGO Conjunto PLANEJAMENTO URBANO	CURRÍCULO NOVO Conjunto PLANEJAMENTO URBANO
	Projeto de Arquitetura e Urbanismo (1º Sem.) Estudo e análise da estruturação do espaço construído e de seus componentes, tendo em vista a compreensão e a formalização da organização espacial, para atender a um plano de necessidades.

⁵ Apesar de as disciplinas Projeto de Paisagismo e Técnicas Retrospectivas serem desenvolvidas em diversos semestres letivos, para o conjunto PLANEJAMENTO URBANO foram considerados apenas os semestres nos quais os conteúdos das disciplinas se relacionam diretamente com o conjunto.

	Projeto de Urbanismo I (2º Sem.) Estudo do espaço urbano: análise das características formais, culturais e técnicas. Introdução à prática de projeto em escala urbana; desenvolvimento de propostas de requalificação espacial em setores urbanos de pouca complexidade.
Planejamento Urbano I (3º Sem.) Conhecimento da evolução histórica das cidades, por intermédio da estruturação física, para alcançar o entendimento da cidade contemporânea. A percepção da evolução será feita pela leitura e análise de área urbana com a qual o aluno convive.	Projeto de Urbanismo II (3º Sem.) Conceituação do espaço urbano por meio de análise e compreensão dos aspectos funcionais, ambientais e comportamentais. Compreensão do desenho da cidade através da análise do meio físico, da legislação, dos projetos urbanos e dos processos socioeconômicos de sua formação e transformação.
Planejamento Urbano II (4º Sem.) Fornecimento dos elementos que compõem a estruturação do espaço urbano, sua conceituação básica e o instrumental necessário para o desenvolvimento de Projetos Urbanos. Exercitar a leitura do espaço urbano, sua organicidade e sua dinâmica de vida e utilização.	Projeto de Urbanismo III (4º Sem.) Exercício de projeto do espaço urbano: formulação e avaliação de alternativas de organização espacial. Introdução dos conceitos de planejamento local, com análise das formas de organização espacial do ambiente construído e das atividades humanas e suas relações com o ambiente natural.
Planejamento Urbano III (5º Sem.) Conceituação preliminar dos aspectos estruturais da teoria e prática do planejamento urbano e regional e desenvolvimento no aluno da capacidade de resolução de problemas urbanos por meio da análise, interpretação, diagnóstico e definição da Configuração Urbana.	Projeto de Urbanismo IV (5º Sem.) Exercício de projeto do espaço urbano: formulação, avaliação e adoção de alternativas de organização do espaço em escala restrita. Desenvolvimento da capacidade de percepção do espaço, indispensável para a análise e o diagnóstico da estruturação de áreas urbanas. Planejamento Urbano e Regional I Conceituação do planejamento urbano e regional e evolução histórica das cidades. Conceituação e análise da urbanização como principal faceta da dimensão espacial do processo de desenvolvimento.
Planejamento Urbano IV (6º Sem.) Introdução ao estudo da percepção, atitudes e valores para com o meio ambiente, utilizando o equipamento fisiológico do experienciador como profissional e seu uso constante no planejamento urbano, para ampliar a abrangência do pensar e atuar no meio ambiente. Engenharia de Trânsito I Transmissão de conhecimento ao futuro profissional sobre Fundamentos de Projeto e de Planejamento Urbano, sob o enfoque do Transporte Urbano Individual e Coletivo, capacitando-o para analisar suas necessidades e decorrências, desde a origem até	Projeto de Urbanismo V (6º Sem.) Exercício de projeto do espaço urbano: formulação, avaliação e adoção de alternativas de organização do espaço em escala local. Ampliar o nível da percepção e do entendimento dos múltiplos aspectos que determinam a produção e transformação do espaço urbano. Planejamento Urbano e Regional II Introdução à investigação dos problemas regionais: tipos fundamentais de regiões e critérios básicos de divisão regional. Análise crítica em relação ao planejamento urbano e ao uso e ocupação do solo,

o destino de seus usuários, além de suas implicações no trânsito.	voltada ao desenvolvimento de projetos ligados ao transporte e suas implicações no trânsito. Projeto de Paisagismo III Conceito de paisagem. Paisagem natural e paisagem cultural. Processos naturais de modificação da paisagem. Metodologia de planejamento da paisagem.
Planejamento Urbano V (7º Sem.) Leitura da cidade/metrópole contemporânea em processo de transformação contínua. Reconhecimento dos principais agentes transformadores conforme diversas categorias de conhecimento. Engenharia de Trânsito II Visão abrangente das questões mais relevantes relacionadas ao Trânsito Urbano, suas inter-relações e seus impactos no meio ambiente, ressaltando a importância estratégica de sua gestão.	Projeto de Urbanismo VI (7º Sem.) Exercício de projeto do espaço urbano: formulação, avaliação e adoção de alternativas de organização do espaço em escala de bairro. Planejamento Urbano e Regional III Metodologia de planejamento regional. O fato urbano no âmbito regional. Projeto de Paisagismo IV Intervenção na paisagem urbana. Projetos paisagísticos de integração e valorização da vegetação nos espaços públicos urbanos. Técnicas Retrospectivas IV Desenvolvimento de critérios e conceitos quanto aos métodos de intervenções em áreas urbanas, com o objetivo de preservar a memória histórica/artística/cultural, ao mesmo tempo que estabelece sua revitalização e adequação a novos programas e/ou necessidades, infra-estruturas, serviços e equipamentos.
Planejamento Urbano VI (8º Sem.) Compreensão das possibilidades e limitações do planejamento urbano na esfera dos governos municipais. Noções básicas sobre instrumentos de competência municipal para intervenção no espaço urbano; influência das variáveis socioeconômicas na organização física do território; normas urbanísticas legais.	Projeto de Urbanismo VII (8º Sem.) Exercício do projeto do espaço urbano: formulação, avaliação e adoção de alternativas de organização espacial em escala ampla. Compreensão das possibilidades e limitações do planejamento urbano na esfera dos governos locais. Planejamento Urbano e Regional IV Importância da infra-estrutura sanitária no Planejamento Urbano. Desenvolvimento de projetos de saneamento básico. Relação com a infra-estrutura regional. Vinculação a planos locais. Análise de recursos. Projeto de Paisagismo V Projetos paisagísticos vinculados ao sistema de áreas verdes urbanas: parques urbanos, metropolitanos, temáticos e áreas de reserva e preservação ambientais.

Planejamento Urbano VII (9º Sem.) Conhecimento e experimentação sobre um processo para elaborar planos urbanos em nível local, desde a coleta e interpretação dos dados até propostas para transformação dos espaços.	
Planejamento Urbano VIII (10º Sem.) Desenvolvimento da questão da produção do espaço urbano nas grandes metrópoles em relação à preservação (patrimônio ambiental urbano) <i>versus</i> “Impactos Ambientais” (grandes obras de Renovação Urbana).	

Conforme se depreende do QUADRO 5, o conjunto PLANEJAMENTO URBANO do Currículo Antigo era organizado a partir do 3º semestre, apresentando a evolução histórica das cidades até alcançar o entendimento da cidade contemporânea. Todavia, ainda no 3º semestre, contraditoriamente, propunha o estudo da área urbana de convivência dos alunos, restringindo, assim, a ampla abordagem inicial. No 5º semestre a disciplina voltava-se para os aspectos estruturais da teoria e prática do planejamento urbano e regional, sem, no entanto, estabelecer uma sequência lógica e escalonada com os conteúdos dos semestres anteriores. O 6º semestre enfatizava a percepção do meio ambiente e a sensibilização cada vez maior do planejador para aprimorar sua atuação profissional, o que caracterizava mais a importância dada ao instrumental do que ao local escolhido para um exercício de projeto. Nesse semestre iniciava-se o estudo de Engenharia de Trânsito e eram explanadas as implicações do transporte individual e coletivo no trânsito urbano. No 7º semestre era proposta, para a disciplina Planejamento Urbano, a identificação dos processos e dos agentes transformadores da cidade e, dessa forma, ela se relacionava com o conteúdo de Engenharia de Trânsito proposto para esse semestre, que estudava, do ponto de vista técnico, a capacidade viária, o dimensionamento e os impactos do trânsito urbano no meio ambiente. Do 8º ao 10º semestre, quando voltava a ser ministrada isoladamente, a disciplina Planejamento Urbano introduzia tanto a visão da intervenção possível da esfera municipal no espaço urbano quanto a legislação urbanística vigente. O 9º semestre apresentava uma visão geral da elaboração dos planos urbanos, e o 10º semestre voltava a tratar das implicações das grandes obras de renovação urbana e do impacto no meio ambiente, o qual já fora delineado no 7º semestre.

O QUADRO 5 permite evidenciar que o Currículo Novo, já no 1º semestre do curso, em Projeto de Arquitetura e Urbanismo, apresenta os aspectos estruturais do espaço edificado, com ênfase na compreensão do que é esse espaço como resultante das necessidades humanas. No 2º semestre, a disciplina é denominada Projeto de Urbanismo e se propõe à análise morfológica e cultural do espaço urbano, iniciando o desenvolvimento de projeto em setores urbanos de baixa complexidade. O 3º e 4º semestres conceituam o espaço urbano por intermédio das suas funções e das dinâmicas comportamentais, buscando o desenho da cidade dentro das limitações impostas pelo meio físico, pela legislação e pelos processos socioeconômicos. No 5º semestre a disciplina Projeto de Urbanismo formula a organização espacial em escala restrita e inicia, com o acréscimo de Planejamento Urbano e Regional, a análise da urbanização em função do processo de desenvolvimento regional, tendo como subsídio a evolução histórica das cidades. A disciplina Projeto de Urbanismo, no 6º semestre, amplia a abordagem do projeto para escala local, com o acompanhamento de Planejamento Urbano e Regional, que vincula o planejamento urbano ao uso e ocupação do solo conforme as políticas de transporte e suas implicações. Ainda nesse semestre, a disciplina Projeto de Paisagismo passa a ter interfaces significativas com o Projeto de Urbanismo. No 7º Semestre, a disciplina Projeto de Urbanismo sugere o desenvolvimento do projeto em escala de bairro, no que é auxiliada por Planejamento Urbano e Regional, que sistematiza o estudo do espaço físico e a compreensão da interdisciplinaridade do planejamento urbano e regional. Também nesse semestre a disciplina Projeto de Paisagismo se vincula às questões urbanas propondo a formalização da transição entre o edifício e a paisagem urbana. Ainda no 7º semestre, a disciplina Técnicas Retrospectivas focaliza os métodos de intervenção em áreas urbanas, com o objetivo de preservar a memória histórica/artística/cultural, apresentando as técnicas de recuperação de áreas urbanas. No 8º semestre, a disciplina Projeto de Urbanismo trata da organização espacial urbana do ponto de vista da esfera dos governos locais, enquanto Planejamento Urbano e Regional desenvolve projetos de saneamento básico e sua relação com a infra-estrutura regional; e, nesse mesmo semestre, a disciplina Projeto de Paisagismo participa com projetos vinculados às áreas verdes urbanas, metropolitanas e áreas de reserva ambiental.

Assim o QUADRO 5 mostra que, ao se comparar as ementas de PLANEJAMENTO URBANO nos dois currículos, o conjunto, no Currículo Antigo, expõe uma desarticulação

entre as disciplinas no que se refere à sequência ao longo dos semestres, enquanto no Currículo Novo apresenta graus de complexidade crescente na abordagem do espaço urbano e regional. No que diz respeito à correspondência de conteúdos, a disciplina Engenharia de Trânsito, que anteriormente possuía um caráter bastante técnico, ao compor, no Currículo Novo, uma das abordagens da disciplina Planejamento Urbano e Regional, reveste-se de uma postura crítica quando analisa planejamento urbano em relação ao uso e ocupação do solo. Outro aspecto evidenciado pelo referido QUADRO é o acréscimo de disciplinas que complementam o instrumental do projeto urbanístico: a disciplina Projeto de Paisagismo – que introduz a concepção de paisagem natural e cultural, sistematização de fatores ambientais e intervenção na paisagem urbana –, bem como a disciplina Técnicas Retrospectivas, que, ao desenvolver as noções de restauro de edificações tombadas pelo Patrimônio Histórico e a tipologia construtiva, aborda as técnicas de recuperação, preservação, revitalização de áreas urbanas e adequação a novos programas e/ou necessidades, infra-estrutura e equipamentos.

Conjunto HISTÓRIA E TEORIA (Currículo Antigo) x conjunto HISTÓRIA E TEORIA (Currículo Novo)

O QUADRO 6 permite estabelecer as diferenças e semelhanças entre as ementas das disciplinas do conjunto HISTÓRIA E TEORIA, nos currículos Antigo e Novo.

QUADRO 6 – Ementas das disciplinas do conjunto HISTÓRIA E TEORIA, nos currículos Antigo e Novo

CURRÍCULO ANTIGO Conjunto HISTÓRIA E TEORIA	CURRÍCULO NOVO Conjunto HISTÓRIA E TEORIA
Estética e História das Artes I (1º Sem.) Apresentar visão global das atividades artísticas do homem, da Antiguidade ao século XIX.	História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo I (1º Sem.) Analisar aspectos da arquitetura e do urbanismo renascentista, barroco e iluminista (século XV-XVIII) e indiretamente da arquitetura e urbanismo greco-romano e medieval, para apresentar um repertório básico de conceitos, autores, obras e categorias estéticas necessários para a compreensão do período, bem como realizar um balanço crítico da historiografia sobre o assunto. Estética e História das Artes I Apresentar um panorama das principais manifestações artísticas da Antiguidade ao século XIX, com ênfase na arquitetura.

Estética e História das Artes II (2º Sem.) Apresentar visão global das atividades artísticas do homem, no século XX.	História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo II (2º Sem.) Analisar aspectos da arquitetura e do urbanismo do século XIX, estabelecendo paralelismo entre os fenômenos culturais internacionais e suas manifestações no Brasil. Estudar os princípios teóricos, conceitos e categorias estéticas do período. Refletir sobre a historicidade das soluções arquitetônicas e urbanísticas, verificando as condições culturais que permitiram a sua emergência em nosso país. Estética e História das Artes II Analisar a produção artística do século XX, enfocando aspectos da produção européia, norte-americana, japonesa e brasileira.
História da Arquitetura I (3º Sem.) Elaborar motivação e exigências humanas da construção de conjuntos arquitetônicos no decorrer da História. Estudar obras de culturas distantes (Oriente, Pacífico) a fim de verificar semelhanças e/ou diferenças e analisar em comparação com as civilizações ocidentais (América, Europa, etc.). Teoria da Arquitetura I Refletir sobre o ato de fazer arquitetura, com suas implicações do passado, presente e futuro, introduzindo os conceitos de Comportamento Ambiental e Bases Perceptivas no processo do projeto arquitetônico; estimular o interesse do aluno para os procedimentos de pesquisa por intermédio de modos comparativos de leitura da obra arquitetônica.	História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo III (3º Sem.) Analisar o Movimento Moderno em arquitetura e urbanismo no contexto internacional (século XX). Estudar as principais formulações teóricas do Movimento Moderno, com análise de um repertório básico de obras, autores, conceitos e categorias estéticas referentes às principais tendências internacionais do período, verificando os procedimentos projetuais e a concepção do espaço em questão.
História da Arquitetura II (4º Sem.) Apresentar a Arquitetura Oriental. Japão – Brasil – China. Arábia – Brasil. Religiões e Filosofia, como base estética e organização. Teoria da Arquitetura II O processo e os procedimentos metodológicos do projeto. Introduzir conceitos de planejamento local por meio de análise das formas de organização do ambiente construído e do ambiente natural e sua relação com as atividades humanas.	História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo IV (4º Sem.) Analisar a Arquitetura e o Urbanismo Modernos no Brasil e seus expoentes, estabelecendo paralelismo entre o contexto internacional e o Brasil. Refletir sobre a historicidade das soluções arquitetônicas e urbanísticas, verificando as condições culturais que permitiram sua emergência no país.

Arquitetura no Brasil I (5º Sem.) Despertar no aluno o interesse pela história, destacando sua importância enquanto conhecimento crítico necessário à elaboração da síntese que antecede o gesto projetual. Refletir sobre a historicidade das soluções arquitetônicas e urbanísticas, analisando as condições culturais da sua emergência.	História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo V (5º Sem.) Analisar as principais tendências da Arquitetura e Urbanismo Contemporâneos no contexto internacional. Refletir sobre as questões que envolvem a produção arquitetônica e urbanística na pós-modernidade, para fornecer repertório que permita uma análise e subsídios para a produção arquitetônica do aluno.
Arquitetura no Brasil II (6º Sem.) Analisar a Arquitetura e o Urbanismo Modernos no Brasil.	História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo VI (6º Sem.) Analisar as principais tendências da Arquitetura e Urbanismo Contemporâneos, focalizando seus desdobramentos no Brasil. Identificar as características de linguagem e conteúdo na Arquitetura e Urbanismo Contemporâneos, bem como analisar as reflexões do arquiteto como parte integrante da sua produção.

Conforme se depreende do QUADRO 6, as ementas do conjunto HISTÓRIA E TEORIA para o Currículo Antigo demonstram a abordagem genérica de Estética e História das Artes I e II, por se constituírem em disciplinas do curso básico. No 3º e 4º semestres, as disciplinas se voltavam especificamente para o curso de Arquitetura; nesse caso o conjunto era constituído por História da Arquitetura e Teoria da Arquitetura, e essas disciplinas, não obrigatoriamente, mantinham vínculos entre si, uma vez que Teoria da Arquitetura não especificava os espaços de tempo e os sujeitos sobre os quais refletia. O 5º e 6º semestres dedicavam-se à disciplina Arquitetura no Brasil, o que caracterizava, como opção curricular, a discussão da arquitetura brasileira somente após o desenvolvimento de elementos da história e da teoria da arquitetura.

As ementas das disciplinas do conjunto HISTÓRIA E TEORIA, no Currículo Novo, caracterizam a preocupação em proporcionar um desenvolvimento sequencial e articulado, tanto no que diz respeito às relações temporais dos conteúdos históricos tratados, quanto nas inter-relações espaciais – sempre inserindo o panorama brasileiro das diversas épocas no contexto internacional –, bem como na discussão dos aspectos da teoria. Ministrada nos dois primeiros semestres, a disciplina Estética e História das Artes, de forma global, caracteriza, como produção artística no decorrer dos séculos, as manifestações da arquitetura e do urbanismo.

Assim sendo, o QUADRO 6 demonstra que, no Currículo Antigo, existia uma fragmentação das disciplinas do conjunto HISTÓRIA E TEORIA, na forma com que se apresentam as ementas. No Currículo Novo, a disciplina Estética e História das Artes, no início do curso, procura apontar, como expressão artística, as manifestações da arquitetura e do urbanismo. Fica evidente a busca de articulação entre as disciplinas História da Arquitetura e Teoria da Arquitetura, desde que passam a constituir uma só disciplina, História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo. As ementas reforçam, também, a referência constante à história da arquitetura brasileira, na disciplina História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo, por sua presença do 1º ao 6º semestre.

Conjuntos PLANEJAMENTO URBANO (Currículo Antigo) e HISTÓRIA E TEORIA (Currículo Antigo)

O QUADRO 7 exhibe as ementas das disciplinas dos conjuntos PLANEJAMENTO URBANO e HISTÓRIA E TEORIA no Currículo Antigo, a fim de verificar a existência, ou não, de articulação entre os dois conjuntos.

QUADRO 7 – Ementas das disciplinas dos conjuntos PLANEJAMENTO URBANO e HISTÓRIA E TEORIA, no Currículo Antigo

CURRÍCULO ANTIGO Conjunto PLANEJAMENTO URBANO	CURRÍCULO ANTIGO Conjunto HISTÓRIA E TEORIA
	Estética e História das Artes I (1º Sem.) Apresentar visão global das atividades artísticas do homem, da Antigüidade ao século XIX.
	Estética e História das Artes II (2º Sem.) Apresentar visão global das atividades artísticas do homem, no século XX.
Planejamento Urbano I (3º Sem.) Conhecimento da evolução histórica das cidades, por intermédio da estruturação física, para alcançar o entendimento da cidade contemporânea. A percepção da evolução será feita pela leitura e análise de área urbana com a qual o aluno convive.	História da Arquitetura I (3º Sem.) Elaborar motivação e exigências humanas da construção de conjuntos arquitetônicos no decorrer da História. Estudar obras de culturas distantes (Oriente, Pacífico) a fim de verificar semelhanças e/ou diferenças e analisar em comparação com as civilizações ocidentais (América, Europa, etc.).

	Teoria da Arquitetura I Refletir sobre o ato de fazer arquitetura, com suas implicações do passado, presente e futuro, introduzindo os conceitos de Comportamento Ambiental e Bases Perceptivas no processo do projeto arquitetônico; estimular o interesse do aluno para os procedimentos de pesquisa através de modos comparativos de leitura da obra arquitetônica.
Planejamento Urbano II (4º Sem.) Fornecimento dos elementos que compõem a estruturação do espaço urbano, sua conceituação básica e o instrumental necessário para o desenvolvimento de Projetos Urbanos. Exercitar a leitura do espaço urbano, sua organicidade e sua dinâmica de vida e utilização.	História da Arquitetura I (4º Sem.) Apresentar a Arquitetura Oriental. Japão – Brasil – China. Arábia – Brasil. Religiões e Filosofia, como base estética e organização. Teoria da Arquitetura II O processo e os procedimentos metodológicos do projeto. Introduzir conceitos de planejamento local por meio de análise das formas de organização do ambiente construído e do ambiente natural e sua relação com as atividades humanas.
Planejamento Urbano III (5º Sem.) Conceituação preliminar dos aspectos estruturais da teoria e prática do planejamento urbano e regional e desenvolvimento no aluno da capacidade de resolução de problemas urbanos por meio da análise, interpretação, diagnóstico e definição da Configuração Urbana.	Arquitetura no Brasil I (5º Sem.) Despertar no aluno o interesse pela história, destacando sua importância enquanto conhecimento crítico necessário à elaboração da síntese que antecede o gesto projetual. Refletir sobre a historicidade das soluções arquitetônicas e urbanísticas, analisando as condições culturais da sua emergência.
Planejamento Urbano IV (6º Sem.) Introdução ao estudo da percepção, atitudes e valores para com o meio ambiente, utilizando o equipamento fisiológico do experienciador como profissional e seu uso constante no planejamento urbano, para ampliar a abrangência do pensar e atuar no meio ambiente. Engenharia de Trânsito I Transmissão de conhecimento ao futuro profissional sobre Fundamentos de Projeto e de Planejamento Urbano, sob o enfoque do Transporte Urbano Individual e Coletivo, capacitando-o para analisar suas necessidades e decorrências, desde a origem até o destino de seus usuários, além de suas implicações no trânsito.	Arquitetura no Brasil II (6º Sem.) Analisar a Arquitetura e o Urbanismo Modernos no Brasil.
Planejamento Urbano V (7º Sem.) Leitura da cidade/metrópole contemporânea em processo de transformação contínua. Reconhecimento dos principais agentes	

transformadores conforme diversas categorias de conhecimento.	
Engenharia de Trânsito II Visão abrangente das questões mais relevantes relacionadas ao Trânsito Urbano, suas inter-relações e seus impactos no meio ambiente, ressaltando a importância estratégica de sua gestão.	
Planejamento Urbano VI (8º Sem.) Compreensão das possibilidades e limitações do planejamento urbano na esfera dos governos municipais. Noções básicas sobre instrumentos de competência municipal para intervenção no espaço urbano; influência das variáveis socioeconômicas na organização física do território; normas urbanísticas legais.	
Planejamento Urbano VII (9º Sem.) Conhecimento e experimentação sobre um processo para elaborar planos urbanos em nível local, desde a coleta e interpretação dos dados até propostas para transformação dos espaços.	
Planejamento Urbano VIII (10º Sem.) Desenvolvimento da questão da produção do espaço urbano nas grandes metrópoles em relação à preservação (patrimônio ambiental urbano) <i>versus</i> "Impactos Ambientais" (grandes obras de Renovação Urbana).	

O QUADRO 7 mostra que o conjunto PLANEJAMENTO URBANO, no Currículo Antigo, iniciava-se no 3º semestre, com ampla visão de evolução histórica das cidades e desenvolvia, no decorrer do curso, enfoques que iam desde o planejamento em grande escala até o estudo de áreas de convivência dos alunos, e a essas questões se somava a abordagem técnica da disciplina Engenharia de Trânsito, retornando para escalas mais abrangentes nos dois últimos semestres. As questões eram focalizadas de maneira diferenciada, ora tendo a cidade como objeto de estudos, ora enfatizando o instrumental utilizado pelo profissional de planejamento do ponto de vista da percepção.

Este QUADRO, ao relacionar as ementas do conjunto HISTÓRIA E TEORIA no Currículo Antigo, evidencia a generalidade da disciplina Estética e História das Artes. As disciplinas História da Arquitetura e Teoria da Arquitetura, nos dois semestres em que eram oferecidas, não necessariamente estabeleciam relação clara no espaço e tempo entre

seus conteúdos. Ao apresentar a disciplina Arquitetura no Brasil apenas nos dois últimos semestres, ficava reforçado o caráter de fragmentação do conjunto HISTÓRIA E TEORIA.

O que se pode depreender do QUADRO 7 é que não há articulação entre os conteúdos dos conjuntos PLANEJAMENTO URBANO e HISTÓRIA E TEORIA, tendo em vista as concomitâncias nos diversos semestres serem apenas casuais. Esses aspectos tornam-se evidentes quando são observados alguns exemplos: no 3º semestre, História da Arquitetura focalizava obras de culturas distantes e sua comparação com as culturas ocidentais, enquanto Planejamento Urbano se preocupava com a leitura e análise da área urbana de convivência do aluno. No 4º semestre, a disciplina Planejamento Urbano propunha conhecimento do instrumental para exercício de projetos urbanos e leitura do espaço urbano e, por sua vez, História da Arquitetura estudava a arquitetura oriental, as religiões e filosofia como base estética e organização. Acrescente-se que apenas no 5º e 6º semestres o conjunto apresentava a disciplina Arquitetura no Brasil.

Conjuntos PLANEJAMENTO URBANO (Currículo Novo) e HISTÓRIA E TEORIA (Currículo Novo)

O QUADRO 8 focaliza as ementas dos conjuntos PLANEJAMENTO URBANO e HISTÓRIA E TEORIA, no Currículo Novo, a fim de verificar a existência de articulação entre os dois conjuntos.

QUADRO 8 – Ementas das disciplinas dos conjuntos PLANEJAMENTO URBANO e HISTÓRIA E TEORIA, no Currículo Novo

CURRÍCULO NOVO Conjunto PLANEJAMENTO URBANO	CURRÍCULO NOVO Conjunto HISTÓRIA E TEORIA
Projeto de Arquitetura e Urbanismo (1º Sem.)	História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo I (1º Sem.)
Estudo e análise da estruturação do espaço construído e de seus componentes, tendo em vista a compreensão e a formalização da organização espacial, para atender a um plano de necessidades.	Analisar aspectos da arquitetura e do urbanismo renascentista, barroco e iluminista (século XV-XVIII) e indiretamente da arquitetura e urbanismo greco-romano e medieval, para apresentar um repertório básico de conceitos, autores, obras e categorias estéticas necessários para a compreensão do período, bem como realizar um balanço crítico da historiografia sobre o assunto.

	Estética e História das Artes I Apresentar um panorama das principais manifestações artísticas da Antiguidade ao século XIX, com ênfase na arquitetura.
Projeto de Urbanismo I (2º Sem.) Estudo do espaço urbano: análise das características formais, culturais e técnicas. Introdução à prática de projeto em escala urbana; desenvolvimento de propostas de requalificação espacial em setores urbanos de pouca complexidade.	História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo II (2º Sem.) Analisar aspectos da arquitetura e do urbanismo do século XIX, estabelecendo paralelismo entre os fenômenos culturais internacionais e suas manifestações no Brasil. Estudar os princípios teóricos, conceitos e categorias estéticas do período. Refletir sobre a historicidade das soluções arquitetônicas e urbanísticas, verificando as condições culturais que permitiram a sua emergência em nosso país. Estética e História das Artes II Analisar a produção artística do século XX, enfocando aspectos da produção européia, norte-americana, japonesa e brasileira.
Projeto de Urbanismo II (3º Sem.) Conceituação do espaço urbano por meio de análise e compreensão dos aspectos funcionais, ambientais e comportamentais. Compreensão do desenho da cidade pela análise do meio físico, da legislação, dos projetos urbanos e dos processos socioeconômicos de sua formação e transformação.	História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo III (3º Sem.) Analisar o Movimento Moderno em arquitetura e urbanismo no contexto internacional (século XX). Estudar as principais formulações teóricas do Movimento Moderno, com análise de um repertório básico de obras, autores, conceitos e categorias estéticas referentes às principais tendências internacionais do período, verificando os procedimentos projetuais e a concepção do espaço em questão.
Projeto de Urbanismo III (4º Sem.) Exercício de projeto do espaço urbano: formulação e avaliação de alternativas de organização espacial. Introdução dos conceitos de planejamento local, com análise das formas de organização espacial do ambiente construído e das atividades humanas e suas relações com o ambiente natural.	História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo IV (4º Sem.) Analisar a Arquitetura e o Urbanismo Modernos no Brasil e seus expoentes, estabelecendo paralelismo entre o contexto internacional e o nosso país. Refletir sobre a historicidade das soluções arquitetônicas e urbanísticas, verificando as condições culturais que permitiram sua emergência no país.
Projeto de Urbanismo IV (5º Sem.) Exercício de projeto do espaço urbano: formulação, avaliação e adoção de alternativas de organização do espaço em escala restrita. Desenvolvimento da capacidade de percepção do espaço, indispensável para a análise e o diagnóstico da estruturação de áreas urbanas.	História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo V (5º Sem.) Analisar as principais tendências da Arquitetura e Urbanismo Contemporâneos no contexto internacional. Refletir sobre as questões que envolvem a produção arquitetônica e urbanística na pós-modernidade, para fornecer repertório que permita uma análise e subsídios para a produção arquitetônica do aluno.

Planejamento Urbano e Regional I Conceituação do planejamento urbano e regional e evolução histórica das cidades. Conceituação e análise da urbanização como principal faceta da dimensão espacial do processo de desenvolvimento.	
Projeto de Urbanismo V (6º Sem.) Exercício de projeto do espaço urbano: formulação, avaliação e adoção de alternativas de organização do espaço em escala local. Ampliação do nível da percepção e do entendimento dos múltiplos aspectos que determinam a produção e transformação do espaço urbano. Planejamento Urbano e Regional II Introdução à investigação dos problemas regionais: tipos fundamentais de regiões e critérios básicos de divisão regional. Análise crítica em relação ao planejamento urbano e ao uso e ocupação do solo, voltada ao desenvolvimento de projetos ligados ao transporte e suas implicações no trânsito. Projeto de Paisagismo III Conceito de paisagem. Paisagem natural e paisagem cultural. Processos naturais de modificação da paisagem. Metodologia de planejamento da paisagem.	História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo VI (6º Sem.) Analisar as principais tendências da Arquitetura e Urbanismo Contemporâneos, focalizando seus desdobramentos no Brasil. Identificar as características de linguagem e conteúdo na arquitetura e urbanismo contemporâneos, bem como analisar as reflexões do arquiteto como parte integrante da sua produção.
Projeto de Urbanismo VI (7º Sem.) Exercício de projeto do espaço urbano: formulação, avaliação e adoção de alternativas de organização do espaço em escala de bairro. Planejamento Urbano e Regional III Metodologia de planejamento regional. O fato urbano no âmbito regional. Projeto de Paisagismo IV Intervenção na paisagem urbana. projetos paisagísticos de integração e valorização da vegetação nos espaços públicos urbanos. Técnicas Retrospectivas IV Desenvolvimento de critérios e conceitos quanto aos métodos de intervenções em áreas urbanas, com o objetivo de preservar a memória histórica/artística/cultural, ao mesmo tempo que estabelece sua revitalização e adequação a novos programas e/ou necessidades, infra-estruturas,	

serviços e equipamentos.	
Projeto de Urbanismo VII (8º Sem.) Exercício do projeto do espaço urbano: formulação, avaliação e adoção de alternativas de organização espacial em escala ampla. Compreensão das possibilidades e limitações do planejamento urbano na esfera dos governos locais. Planejamento Urbano e Regional IV Importância da infra-estrutura sanitária no Planejamento Urbano. Desenvolvimento de projetos de saneamento básico. Relação com a infra-estrutura regional. Vinculação a planos locais. Análise de recursos. Projeto de Paisagismo V Projetos paisagísticos vinculados ao sistema de áreas verdes urbanas: parques urbanos, metropolitanos, temáticos e áreas de reserva e preservação ambientais.	

Conforme o QUADRO 8, o conjunto PLANEJAMENTO URBANO, no Currículo Novo, procura desenvolver no 1º semestre as implicações do espaço construído e suas relações com o entorno. No 2º semestre, amplia para o estudo da morfologia da cidade, do contexto cultural, sendo esses aspectos desenvolvidos em setor urbano de baixa complexidade. Para o 3º e 4º semestres, a proposta de analisar os fatores intervenientes nas soluções dos problemas urbanos, como legislação, meio físico e mecanismos socioeconômicos, gera um aumento gradativo da complexidade dos estudos. Do 5º semestre em diante são iniciados os exercícios, tendo como propostas de projetos desde áreas restritas, passando para áreas gradativamente mais amplas até se constituir na cidade como um todo. Também a partir do 5º semestre inicia-se a formalização dos conceitos de planejamento urbano e regional, de evolução da cidade, sendo a urbanização entendida como fator de desenvolvimento. Neste momento é introduzida a discussão sobre o impacto do sistema viário e dos transportes no meio ambiente e a conseqüente transformação do uso e ocupação do solo. A partir do 6º semestre, com a incorporação da disciplina Projeto de Paisagismo, forma-se o quadro geral necessário à compreensão dos complexos urbanos, abordando os sistemas de áreas verdes urbanas: parques urbanos, metropolitanos e áreas de reserva e proteção ambientais. A disciplina Técnicas

Retrospectivas propõe o estudo dos métodos de intervenção em áreas urbanas, com propostas de projetos de revitalização e adequação a novos programas.

O mesmo QUADRO 8 apresenta as ementas do conjunto HISTÓRIA E TEORIA no Currículo Novo, e elas denotam diferenças na organização dos conteúdos das disciplinas em relação ao Currículo Antigo, pois se estruturam de forma a estabelecer uma continuidade na relação espaço/tempo dos movimentos da arquitetura e do urbanismo e, também, incorporar as evoluções da arquitetura brasileira nesse período.

O que se pode depreender do referido QUADRO é que, apesar da organização existente no interior de cada conjunto, não há articulação explícita entre os conjuntos PLANEJAMENTO URBANO E HISTÓRIA E TEORIA. Entretanto, o fato de o conjunto HISTÓRIA E TEORIA incorporar a historiografia da arquitetura brasileira, certamente representa fator de facilitação para o desenvolvimento das disciplinas de PLANEJAMENTO URBANO, as quais se ocupam das propostas e projetos voltados para a solução de problemas locais.

Bibliografia

De forma análoga aos quadros montados para as ementas, foram organizados os quadros contendo as bibliografias das disciplinas dos conjuntos PLANEJAMENTO URBANO e HISTÓRIA E TEORIA (**Anexo VI**), a fim de verificar os seguintes aspectos:

- 1) Diferenças e semelhanças entre as bibliografias do conjunto PLANEJAMENTO URBANO, nos currículos Antigo e Novo (QUADRO 9).
- 2) Diferenças e semelhanças entre as bibliografias do conjunto HISTÓRIA E TEORIA, nos currículos Antigo e Novo (QUADRO 10).
- 3) Articulação entre as bibliografias dos conjuntos PLANEJAMENTO URBANO e HISTÓRIA E TEORIA, no Currículo Antigo (QUADRO 11) (**Anexo VII**).
- 4) Articulação entre as bibliografias dos conjuntos PLANEJAMENTO URBANO e HISTÓRIA E TEORIA, no Currículo Novo (QUADRO 12) (**Anexo VII**).

Conjunto PLANEJAMENTO URBANO (Currículo Antigo) x conjunto PLANEJAMENTO URBANO (Currículo Novo)

O QUADRO 9 se refere às bibliografias das disciplinas do conjunto PLANEJAMENTO URBANO, nos currículos Antigo e Novo.

QUADRO 9 – Comparativo das bibliografias das disciplinas do conjunto PLANEJAMENTO URBANO, nos currículos Antigo e Novo

CURRÍCULO ANTIGO Conjunto PLANEJAMENTO URBANO	CURRÍCULO NOVO Conjunto PLANEJAMENTO URBANO
	Projeto de Arquitetura e Urbanismo (1º Sem.) BLASER, W. Mies Van Der Rohe. FROTA, A. B. Manual de Conforto Térmico. GRAEFF, E. A. Arte e Técnica na Formação do Arquiteto. WEERDMEESTER, J. D. Ergonomia Prática.
	Projeto de Urbanismo I (2º Sem.) CAMPOS FILHO, C.M. Cidades Brasileiras: seu controle ou caos – o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. DEL RIO, V. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento. HAROUEL, J. L. História do Urbanismo. HILLMAN, J. Cidade e alma. KOHLSDOERF, M.E. A apreensão da forma da cidade. LYNCH, K. A Imagem da cidade.
Planejamento Urbano I (3º Sem.) BENEVOLO, L. História da Cidade. MUNFORD, L. A cidade na história. GOITIA, F.C. Breve História do Urbanismo. HAROUEL, J. L. História do Urbanismo. TOLEDO, B. L. São Paulo: três cidades em um século. BRUNO, E. da S. Memória da Cidade de São Paulo. LEMONS, C. A. C. Alvenaria Burguesa. ELETROPAULO. A Cidade da Light, vol.1 e 2. BRUNO, E. S. História e tradições da Cidade de São Paulo 1862-1887, Militão.	Projeto de Urbanismo II (3º Sem.) CAMPOS FILHO, C. M. Cidades Brasileiras: seu controle ou caos – o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. EMURB. Bolsão residencial, melhor qualidade de vida. HOWARD, E. Cidades-jardins do Amanhã. MASCARÓ, J. L. Manual de Loteamentos e Urbanização.
Planejamento Urbano II (4º Sem.) PRINZ, D. Urbanismo I/ Projecto Urbano. SANTOS, C. N. A cidade como um jogo de cartas. ROSSI, A. A Arquitetura da cidade. LYNCH, K. A Imagem da Cidade. FARRET, R.L. O espaço da cidade. CUTLER, S.S. Recycling Cities for People. The Urban Design Process. SEALING, M. The Architecture of Sely – Help	Projeto de Urbanismo III (4º Sem.) MASCARÓ, J. L. Desenho Urbano e custos de Urbanização. _____. Manual de Loteamentos e Urbanização. MORETTI, R. de S. Loteamentos, Manual de Recomendações para Elaboração de Projetos IPT. PORTO, A. R. História Urbanística da Cidade de São Paulo (1554 a 1988).

Communities.	REIS FILHO, N. G. São Paulo e outras cidades – Produção social e degradação dos espaços urbanos – estudos urbanos. SEMPLA. Padrões de Urbanização. SNYDER, J. C. e CATANESE A. Introdução à arquitetura. STROETER, J. R. Arquitetura & Teorias. TUAN, Yi-fu. Topofilia.
Planejamento Urbano III (5º Sem.) PRINZ, D. Urbanismo I/Projecto Urbano. PRINZ, D. Urbanismo II/Configuração Urbana. GREATER LONDON COUNCIL. Introduccíon al Dijeño Urbano em áreas residenciales. CUTLER, L. S. e CUTLER S. S. Recycling Cities for Peopple/The Urban design Process. SEALING, M. The Architecture of Sely-Help Communities.	Projeto de Urbanismo IV (5º Sem.) ARANTES, O. B. F.. Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. CULLEN, G. El paisaje urbano: tratado de estética urbanística. HALL, E. T. A dimensão oculta. JACOBS, J. Muerte y vida de las grandes ciudades JENCKS, C. & BAIRD, G. El significado em arquitectura. LAGENBUCH, J. R. A estruturação da Grande São Paulo – estudo de geografia urbana. WILHEIM, J. Projeto São Paulo: propostas para melhoria da vida urbana. Planejamento Urbano e Regional I BENEVOLO, L. História da Cidade. HAUSER, P. Estudos de Urbanização. LAMAS, J. M. R.G. Morfologia Urbana e Desenho da Cidade.
Planejamento Urbano IV (6º Sem.) CULLEN, G. El Paisaje Urbano: Tratado de estética urbanística JENCKS, C. & BAIRD. El significado em arquitectura. LAGENBUCH, J. R. A Estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana. TOLEDO, B. L. de. São Paulo: Três cidades em um século. VON ECKART, W. A crise das cidades: um lugar para se viver. WILHEIM, J. Projeto São Paulo: propostas para a melhoria da vida urbana. Engenharia de Trânsito I METRÔ. Manual de Identidade Visual do Metrô. 20 anos 1968/1988 ABNT. Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos. Revista PROJETO nº 116 1988 – Metrô chega aos 20 anos avaliando urbanismo, arquitetura e engenharia. Revista ENGENHARIA nº 469 1988 – Vinte anos	Projeto de Urbanismo V (6º Sem.) ARGAN, G. C. Historia del Arte como Historia de la Ciudad. CERVER, F. A. City Planning. FERRARA, L. D'Alessio. Ver a cidade. SANTOS, M. Pensando o Espaço do Homem. SASAKI ASSOCIATES. Integrated Environments. Planejamento Urbano e Regional II LINDGREN, C. E. S. Temas de Planejamento. EMPLASA. Por dentro da Grande São Paulo. CIA. DO METRÔ DE SÃO PAULO. Pesquisa OD 1987/1997. Transporte Humano – Cidades com Qualidade de vida Revista Engenharia – Engenho Ed. Técnica Ltda. ANTP. Associação Nacional dos Transportes Públicos REVISTA PROJETO nº 116. Projeto de Paisagismo III ABAP, DOURADO, G. e equipe. Visões de

do Metrô de São Paulo. Revista ENGENHARIA Nº 479 I990 – O Metrô chegou na Paulista Revista ENGENHARIA nº 494 – Metrô de São Paulo. Seu melhor tempo em qualquer estação.	Paisagem, um panorama do paisagismo contemporâneo no Brasil. LORENZI, H. Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. LORENZI, H. e SOUZA, H.M. Plantas ornamentais no Brasil: arbustivas herbáceas e trepadeiras. LORENZI, H. Palmeiras no Brasil: nativas e exóticas.
Planejamento Urbano V (7º Sem.) ARGAN, G. C. Historia del Arte como Historia de la Ciudad. FERRARA, L. D'Alessio. Ver a cidade. BENEVOLO, L. A cidade e o arquiteto. SANTOS, M. Pensando o espaço do homem. HARVEY, D. A justiça social e a cidade. LEDROUT, R. La forme et le sens dans la société. LE CORBUSIER. Os três estabelecimentos humanos. SINGER, P. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. CARDOSO, F. H. Abertura do Seminário Habitat, Dez/95. REIS FILHO, N. G. São Paulo e outras cidades. Engenharia de Trânsito II WALKER, T. D. and DAVIS, D. A.A. Plan Graphics. LAMAS, José Manuel R.G. Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. SETRA. Les Amenagements en faveur des piétons. PIGNATARO, L.S. Traffic Engineering: Theory and Practice. AASHO. A policy on design of Urban Highway and Arterial Sheets. O'FLAHERTY, C. A. Highways and Traffic: A guide to Land Use and Public Transportation. CET. Série boletins Técnicos da Companhia de Engenharia de Tráfego.	Projeto de Urbanismo VI (7º Sem.) FERRARA, L. D'Alessio. Ver a cidade. WILHEIM, J. Mensagem de um Futuro Próximo. PRINZ, D. Urbanismo I/ Projecto Urbano. Urbanismo II/Configuração Urbana. LONDON COUNTY COUNCIL. The Planning of New Town. CANDILIS. Toulouse Mirail. Planejamento Urbano e Regional III ARGAN, G. C. História da Arte como História da Cidade. MARX, M. Cidade Brasileira. LYNCH, K. A Imagem da Cidade. CHERMAYEFF, S. e ALEXANDER, C. Comunidad y Privacidad. MACEDO, A. C.. Idéias Preliminares para o Projeto Urbano da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira. "Espaço para o Desenho Urbano". "Arquitetura Grande". Projeto de Paisagismo IV MASCARÓ, L. Ambiência Urbana. IPLANRIO. Rio Cidade: o urbanismo de volta às ruas. SERRA, Josep M. Elementos urbanos: mobiliário e micro-arquitetura. Técnicas Retrospectivas IV ROSSI, A. A Arquitetura das Cidades. LINCH, K. A Imagem da Cidade. Revista AU nº 65/1996. "Berlim –Caleidoscópio Urbano". Revista PROJETO nº 117/1988. "O Lugar do Urbanismo no Ensino do Patrimônio". Revista PROJETO nº 143/1991. "O Chiado por Álvaro Siza" Revista OCULUM nº 9. "Christian de Portzamparc".

	Revista OCULUM nº 10/11. "Cèramique – Jo Coenen" Textos internacionais sobre valorização do patrimônio: Carta de Atenas, Carta de Veneza, Recomendação de Nairobi, Carta Internacional para Salvaguarda das Cidades Históricas.
Planejamento Urbano VI (8º Sem.) LYNCH, K. A Imagem da Cidade. HARVEY, D. A justiça social e a cidade. SANTOS, M. Pensando o espaço do homem. VILLA, B. de. O controle do uso e ocupação do solo urbano pelo município. VILLAÇA, F. A localização como mercadoria. MANCUSO, F. Las experiencias del zoning.	Projeto de Urbanismo VII (8º Sem.) CAMPOS FILHO, C. M. Cidades Brasileiras: seu controle ou caos – o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. MANCUSO, F. Las experiencias del Zoning. Planejamento Urbano e Regional IV FERRARI, Celson. Curso de Planejamento Municipal Integrado. Instituto de Pesquisa Tecnológica. IPT. Manual de Gerenciamento Integrado do Lixo Urbano. AZEVEDO NETO, J. M. de. Técnica de Abastecimento e Tratamento de Água.. PHILIPPI JR, A. Saneamento do Meio. Projeto de Paisagismo V CORREA, M. P. Dicionário das Plantas úteis do Brasil e das Exóticas Cultivadas. FRANCO, M. A. R. Desenho Ambiental. HOLDEN, R. Diseño del Espacio Público. KLIAS, Rosa G. Praças e Parques de São Paulo.
Planejamento Urbano VII (9º Sem.) BARNETT, J. An Introduction to Urban Design. CHERMAYEFF, S. e ALEXANDER C. Community and Privacy. CULLEN, G. Paisagem urbana. LYNCH, K. A Imagem da Cidade. _____ Site Planning. MACEDO, A.C. Idéias Preliminares para o Projeto Urbano da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira. _____ Espaço para o Desenho Urbano. _____ Arquitetura Grande.	
Planejamento Urbano VIII (10º Sem.) ARGAN, G.C. História del Arte como História de la Ciudad. SANTOS, M. Pensando o espaço do homem. FERRARA, L. D'Alessio. Ver a cidade. HARVEY, D. A justiça social e a cidade.	

BENEVOLO, L. A Cidade e o arquiteto. LEFBVRE, H. La Production de L'Espace. LEDRUT, R. Les Images de La Ville. REIS FILHO, N. G. São Paulo e Outras Cidades. CALDAS, W. Luz Neon: Canção e Cultura na Cidade.	
--	--

A bibliografia utilizada pelas disciplinas do conjunto PLANEJAMENTO URBANO, no Currículo Antigo, possui temática voltada para a história do urbanismo e para a evolução urbana. Desenvolvida a partir do 3º semestre, a bibliografia lança mão de autores como Benevolo L., que, sendo arquiteto e historiador da arquitetura da cidade, discute a cidade, a cidade antiga, a cidade moderna, a arquitetura, a arquitetura moderna e a conservação da cidade antiga; Munford L., um dos grandes pensadores urbanistas, que propõe uma análise histórica da cidade e das relações que o homem manteve com ela, desde a pré-história e a formação dos primeiros assentamentos, até as megalópoles. É utilizado, também, um repertório de experiências estrangeiras, Seiling M. (*The architecture of Sely – Help Communities*), Cutler L. S. e Cutler S. S. (*Recycling Cities for People The Urban Design Process*), para ilustração de planos urbanos como conhecimento teórico e instrumentação prática. No 5º semestre são indicados manuais como, por exemplo, os volumes I e II de Prinz D., sem embasamento conceitual exposto – as indicações de parâmetros não podem, portanto, ser generalizadas para qualquer contexto –, mas a organização temática é um bom enfoque de processo de planejamento físico-territorial. A partir do 6º semestre, a bibliografia introduz um dos títulos básicos de semiologia aplicada, com a colaboração de diversos autores e organização de Jencks C. & Baird G.; traz, também, exemplos de intervenções pontuais, como na obra de Wilhelm J., que focaliza a cidade de São Paulo; a bibliografia, no 7º semestre, indica obras de Singer P., que aborda a evolução urbana sob a ótica do desenvolvimento econômico e também Ledrut R., cuja contribuição é o enfoque sociológico; Argan G. C., cujo aporte é uma visão histórica global dos marcos culturais significativos para a arquitetura. Também no 6º e 7º semestres, há o acréscimo de literatura estrangeira e nacional específica de engenharia de trânsito, apresentando também manuais da Companhia do Metrô, Normas Técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), bem como o conflito entre o sistema viário, os transportes e o pedestre nas grandes metrópoles. Nos últimos três semestres do curso é proposta uma bibliografia cujo teor está voltado para a percepção ambiental, como, por exemplo, as obras de Lynch K. e Ferrara L. D'Alessio,

para a discussão sobre as formas de apropriação do território, recorrendo a autores como Santos M., Harvey D., e para a concepção de espaço social como o faz Lefebvre H. São retomados, nesses últimos semestres, autores como Benevolo L., Argan G. C., Harvey D. e Ledrut R.

No Currículo Novo, a bibliografia, no 1º semestre, lança mão de conteúdos genéricos voltados para a formação de arquitetos, como o livro de Frota A. B., que é um manual de conforto térmico que expõe como a arquitetura pode usar os recursos naturais de iluminação e ventilação; ensinamentos sobre ergonomia, no livro de Weerdmeester J. D.; com Graeff E. e a discussão sobre a obra de um grande mestre da vanguarda modernista, Mies van der Rohe, no livro de Blaser W., é introduzida a polêmica entre a arte e a técnica na formação dos arquitetos. A partir do 2º semestre até o 4º, a literatura apresenta a discussão sobre os problemas das cidades brasileiras, como em Campos Filho C. M., urbanista e antigo secretário do planejamento do Município de São Paulo; publicações de órgãos institucionais paulistanos, como EMURB (Empresa Municipal do Planejamento) e SEMPLA (Secretaria Municipal de Planejamento), que estabelecem parâmetros de urbanização; são indicados, também, manuais de loteamentos e o livro de Howard E., que propunha as cidades-jardins em 1898, porém em consonância com a discussão que se dá no momento atual; nesses semestres tem lugar também o livro de Del Rio V., um dos teóricos urbanos brasileiros de grande projeção, que discute a possibilidade de superar o fosso existente entre o planejamento urbano e a arquitetura com sua pesquisa em desenho urbano, como possibilidade de organização físico-ambiental das cidades. Os semestres seguintes recebem a contribuição de uma vasta gama de livros: dos estudos da percepção e do comportamento ambientais, da discussão sobre o desenho da cidade, da temática do planejamento urbano e regional, do paisagismo e da preservação patrimonial. Nessa direção a bibliografia utiliza as obras de: Lynch K., que assenta sua base teórica na formação de uma imagem mental clara nos usuários da cidade, a partir da estrutura e identidade, da legibilidade e “imageabilidade”; Cullen G., um dos autores mais significativos ao tratar da análise visual da cidade; Snyder J., e Catanese A., estudos de percepção e comportamento e seus rebatimentos no projeto urbanístico; Jacobs J. faz crítica contundente à prática e aos resultados do planejamento nos moldes modernistas; o contraponto desta última autora é a obra de Arantes O. B. F., cuja crítica se volta para os processos de intervenções pontuais da atualidade, a serviço das propagandas governamentais; Wilhelm J., que, por sua atuação nos organismos públicos,

traz uma carga objetiva em suas propostas de âmbito local para a organização espacial da cidade; Ferrara L. D'Alessio e Jencks C. & Baird G., que apresentam seqüências de idéias que refletem o panorama dos estudos de semiótica do ambiente urbano; Hall E. T. compõe a dimensão antropológica da análise das relações humanas no espaço da cidade. Nesse contexto se inserem os títulos sugeridos pela disciplina de Planejamento Urbano e Regional: Lamas J. M. R., que traz os estudos sobre morfologia urbana; Marx M. (*Cidade Brasileira*), Chermáeff S. e Alexander C. (*Comunidad y Privacidad*), Benevolo L. (*História da Cidade*), que versam sobre as diversas formações de cidades. Também sobre o planejamento urbano e regional, porém constituindo bibliografia de aplicação mais direta, são os trabalhos, manuais e livros sobre saneamento básico e os temas de planejamento voltados para os sistemas de circulação e transportes. No que se refere a Projeto de Paisagismo, a bibliografia traz: Lorenzi H., com vasta pesquisa da flora brasileira, Holden R., que aborda o desenho do espaço público, Klias R. G. (*Praças e Parques de São Paulo*), um trabalho de análise das áreas verdes públicas da cidade de São Paulo; Franco M. A. R., professora universitária, especialista em estruturas ambientais, que discute, na sua obra, a cidade de São Paulo. A bibliografia de Técnicas Retrospectivas, além de abordar as experiências de intervenção em setores urbanos históricos e sua preservação, realizadas em diversos países, utiliza artigos publicados em revistas especializadas, e também indica Rossi A. (*A Arquitetura da Cidade*) – um dos expoentes da arquitetura italiana contemporânea –, que propõe o estudo da cidade entendida como fenômeno arquitetônico e dependente acima de tudo de sua história e memória coletiva.

Conforme o QUADRO 9, parte da bibliografia apresentada para o Currículo Antigo possui um caráter de discussão genérica sobre a cidade; a maior parte dos títulos é de autores estrangeiros (57% do total). Distribui-se, no decorrer do curso, com conteúdos que abordam repertórios variados na escala do planejamento urbano, recorrendo a autores de grande porte na historiografia da arquitetura. No Currículo Novo, a bibliografia apresenta predominância de autores nacionais (62,5%) e se destaca por trazer novas abordagens, como do ponto de vista da antropologia, da ênfase na leitura semiótica do espaço urbano, da atenção para com as estruturas ambientais; há a inclusão de nova bibliografia em razão das novas disciplinas agrupadas, Projeto de Paisagismo e Técnicas Retrospectivas; há, também, um acréscimo de obras de autores nacionais, para o desenvolvimento das disciplinas Projeto de Urbanismo e Planejamento Urbano e

Regional, que diz respeito à solução de problemas locais, inclusive na âmbito do saneamento básico, dos transportes e sistema viário, dos padrões de urbanização e da legislação; ao trabalhar com elementos da realidade, é revelada como característica uma abordagem mais objetiva do Currículo Novo em relação ao Currículo Antigo, cuja bibliografia apresentava, em alguns semestres, um caráter de fundamentação teórica independente de questões concretas. No entanto, é importante destacar que a bibliografia do Currículo Novo engloba parte considerável dos livros e dos autores proeminentes da bibliografia do Currículo Antigo, como Benevolo L., Argan G. C., Harouel J. L., Prinz D., Rossi A., Lynch K., Cullen G., Santos M., Reis Filho N. G., Ferrara L. D'Alessio, etc., diferenciando-se pelo acréscimo de obras de autores estrangeiros tais como Blaser W., Weerdmeester J. D., Hillman J., Kohlsdorf M. E., Howard E., Snyder J. C. e Catanese A., Tuan Yi-Fu, Jacobs J., Hauser P., Cerver S. A, Sasaki Associates, Lindgren C. E. S., Holden R.; obras de novos autores brasileiros, como Stroeter J. R., Campos Filho C. M., Moretti R. S., Porto A. R., Del Rio V., Lorenzi H., Azevedo Neto, Ferrari C., Franco M. A R., Klias R.G., Mascaró L., Serra J. M., Arantes O B. F., com títulos mais recentes. Esses novos conteúdos estudam a arquitetura e o ambiente urbano a partir das relações entre a esfera privada e a esfera pública na produção do espaço; analisam os problemas das metrópoles contemporâneas, considerando questões urgentes como a concentração populacional nos centros urbanos, o uso e ocupação indiscriminados do solo, preservação ambiental, preservação patrimonial e a eficácia dos diferentes processos de intervenção.

Conjunto HISTÓRIA E TEORIA (Currículo Antigo) x conjunto HISTÓRIA E TEORIA (Currículo Novo)

O QUADRO 10 mostra as bibliografias das disciplinas do conjunto HISTÓRIA E TEORIA, nos currículos Antigo e Novo do curso.

QUADRO 10 – Comparativo das Bibliografias das disciplinas do conjunto HISTÓRIA E TEORIA, nos currículos Antigo e Novo

CURRÍCULO ANTIGO Conjunto HISTÓRIA E TEORIA	CURRÍCULO NOVO Conjunto HISTÓRIA E TEORIA
Estética e História das Artes I (1º Sem.)	História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo I (1º Sem.)
GOMBRICH. História da Arte. HAUSER, A. História Social da Literatura e da	ARGAN, G. C. História da Arte como História da Cidade.

Arte. READ, H. Significado da Arte.	BAZIN, G. A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil. BURY, J.. Arquitetura e Arte no Brasil Colonial. * São Paulo, Ed. Nobel, 1991. COLEÇÃO: AS ORIGENS DO SABER; ARTES. A arte da construção. HEYDENREICH, L. H. Architecture in Italy, 1400-1500. LOTZ, W.. Architecture in Italy: 1500-1600. PEVSNER, N.. Panorama da Arquitetura Ocidental. SUMMERSON, J.. A linguagem clássica da arquitetura. TAPIÉ, V.. Barroco e Classicismo I e II. VITRÚVIO. Os dez livros da Arquitetura. The Ten Books on Architecture. WATKIN, D.. A History of Western Architecture. ZANINI, W. (coord.). História Geral da Arte no Brasil. Tratados: Vitruvius; Alberti; Palladio; Serlio; Vignola. Estética e História das Artes I CLARK, K.. Civilização: uma visão pessoal. GOMBRICH, E. H.. História da Arte. HAUSER, A.. História Social da Literatura e da Arte. READ, H.. A arte de agora, agora. _____ O significado da Arte.
Estética e História das Artes II (2º Sem.) GOMBRICH, E. H.. História da Arte. HAUSER, A.. História Social da Literatura e Arte. READ, H. Significado da Arte.	História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo II (2º Sem.) ARGAN, G.C. A Arte Moderna. FABRIS, A.. Ecletismo na Arquitetura Brasileira. LEMOS, C.. Alvenaria Burguesa. Estética e História das Artes II BENEVOLO, L. História da Arquitetura Moderna. CLARK, K. Civilização: uma visão pessoal. GOMBRICH, E. H.. História da Arte. Rio de Janeiro. HAUSER, A.. História Social da Literatura e da Arte. NIKOS, S. Conceitos da Arte Moderna. XAVIER, A.; LEMOS, C.; CORONA, E.. Arquitetura Moderna Paulistana.
História da Arquitetura I (3º Sem.) BENEVOLO, L. História da Arquitetura Moderna. XAVIER, A., LEMOS, C., CORONA, E.. Arquitetura Moderna Paulistana. ROGERS, R. Architecture and Modern Viedo	História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo III (3º Sem.) ARGAN, G. C. A Arte Moderna. BAKER, G. H. Le Corbusier – uma análise da forma. BANHAN, R. Teoria e Projeto na Primeira Era da Máquina.

Teoria da Arquitetura I ARNHEIN, R. A dinâmica na forma arquitetônica. STROETER, J.R. Arquitetura & Teorias. TUAN, Yu-fu. Topofilia. BENEVOLO, Leonardo. Introdução à Arquitetura. RYKWERT, Joseph. La casa de Adan en el Paraíso. PEVSNER, N. Os pioneiros do desenho moderno. HALL, E. T. A Dimensão Oculta. ARGAN, G. C. História da Arte como História da Cidade. Zevi, B. Saber ver a Arquitetura. SNYDER, J. C., CATANESE, A. Introdução à Arquitetura.	BENEVOLO, L. História da Arquitetura Moderna. BRADBURY, M. e McFARLANE, (org.). Modernismo. Guia geral 1890-1930. COHEN, J. L. Mies van der Rohe. DROSTE, M. Bauhaus 1919-1933. FRAMPTON, K. História Crítica de la Arquitectura Moderna. GROPIUS, W. Bauhaus: Novarquitetura. KOPP, A. Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa. LE CORBUSIER. Por uma Arquitetura. A Carta de Atenas. MONTANER, J. M. Después del movimiento moderno – arquitectura de la segunda mitad del siglo XX. PEVSNER, N. Os Pioneiros do desenho moderno – de William Morris a Walter Gropius. TAFURI, M. & DALCO, F. Architettura contemporanea.
História da Arquitetura II (4º Sem.) História da Arte Oriental. China Clássica. Japão ontem e hoje. Teoria da Arquitetura II ARNHEIN, R. A dinâmica na forma Arquitetônica. STROETER, J. R. Arquitetura e Teorias. TUAN, YI-FU. Topofilia. BENEVOLO, L.. Introdução à Arquitetura. RYKWERT, J.. La Casa de Adán en el paraíso. ARGAN, G. C.. História da Arte como História da Cidade. Zevi, B.. Saber ver a Arquitetura. SNYDER, J. C., CATANESE A.. Introdução à Arquitetura.	História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo IV (4º Sem.) BRUAND, Y. Arquitetura Contemporânea no Brasil. COSTA, L. Lúcio Costa – Registro de uma vivência. FERRAZ, M. C. (org.). Lina Bo Bardi. REIS FILHO, N. G. Quadro da Arquitetura do Brasil. XAVIER, A. (org.). Arquitetura Moderna Brasileira. Depoimento de uma geração. ZANINI, W. (org.). História Geral da Arte no Brasil.
Arquitetura no Brasil I (5º Sem.) AMARAL, A. Hispanidade em São Paulo, da casa rural à capela de Santo Antonio. ARGAN, G.C. El concepto del espacio desde lo barroco a nuestros días. BAZIN, G. A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil. BENEVOLO, L. História de la Arquitectura del Renacimiento. BOTTINEAU, Y. La trasnsmission des sources architecturales vers le Brésil du XVIIIe. Siècle: des certitudes aux ypothèses. BURY, J. Arquitetura e Arte no Brasil Colonial. CORONA, E. e LEMOS, C. Dicionário da Arquitetura Brasileira.	História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo V (5º Sem.) IBELINGS, H. Supermodernismo. LAMPUGNANI, V. M.. Enciclopédia G. G. de la Arquitectura del siglo XX. MONTANER, J. M.. Después del movimiento Moderno - arquitectura de la segunda mitad del siglo XX. NETTO, J. T. C.. Moderno/Pós-Moderno. SANTOS, J. F. dos. O que é pós-modernismo.

CORREA, A. B. Morfologia y ciudad. CORREIA, J. E. H. Arquitectura Portuguesa, Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão. COSTA, L. A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil. GOMES, P. V. A cultura arquitectónica e artística em Portugal. GUTIERREZ, R. Arquitectura y Urbanismo em Iberoamérica. HAROUEL, J. L. História do Urbanismo. KATINSKY, J. R. Casas Bandeiristas: nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo. KUBLER, G. Arquitectura Portuguesa Chã: entre as especiarias e os diamantes 1521- 1726. LEMOS, C. Alvenaria Burguesa. _____. No Brasil, a coexistência do Maneirismo e do Barroco até o advento do Neoclássico histórico. _____. Quadro da Arquitetura no Brasil. LEVY, H. A propósito de três teorias sobre o barroco/ A pintura colonial no Rio de Janeiro/ Modelos europeus na pintura colonial. MACHADO, L. G. Barroco Mineiro. PANOFSKY, E. A História da Teoria das proporções humanas como reflexo da História dos Estilos. RIKWERT, J. Los primeros modernos: los arquitectos del siglo XVIII. SAIA, L. Morada Paulista. SILVA, G. G. Arquitetura do ferro no Brasil. VASCONCELOS, S. Vila Rica, formação e desenvolvimento – residências. VITRUVIO. Cadernos: Clássicos do Urbanismo. ZANINI, W. (org.). História Geral da Arte no Brasil.	
Arquitetura no Brasil II (6º Sem.) AMARAL, A. Arquitetura neocolonial no Brasil. ARANTES, O. O lugar da arquitetura depois dos modernos. ARGAN, G. C. A história na metodologia do projeto. ARTIGAS, J. V. Caminhos da Arquitetura. BENEVOLO, L. História da Arquitetura Moderna. BRADBURY, M. e McFARLANE, J. (org.). Modernismo. Guia Geral 1890-1930. BRUAND, Y. Arquitetura Contemporânea no Brasil. CAPANEMA, G. Depoimento sobre o edifício do Ministério da Educação e Saúde. CORONA, E. e LEMOS, C. Dicionário da Arquitetura Brasileira. COSTA, L. Sobre Arquitetura. _____. Relatório do Plano Piloto de Brasília. FARIAS, A. Gregori Warchavchik: introdutor	História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo VI (6º Sem.) ARANTES, O. O lugar da arquitetura depois dos modernos. BERMAN, M. Tudo o que é sólido desmancha no ar. JENCKS, C. Modern Movements in Architecture. ROUANET, S. P. As razões do Iluminismo. SEGAWA, H. Arquitetura no Brasil 1900-1990. VENTURI, R. Complejidad y contradicción en la arquitectura.

da arquitetura moderna no Brasil. FERRAZ, M. C. (org.). Lina Bo Bardi. FICHER, S. e ACAYABA, M. M. Arquitetura Moderna Brasileira. LE CORBUSIER. Por uma Arquitetura. A Carta de Atenas. LEMOS, C. Arquitetura Brasileira. MARTINS, C. A. Identidade Nacional e Estado no projeto modernista: modernidade, Estado e tradição. NIEMEYER, O. Minha experiência em Brasília. Conversa de Arquiteto. REIS FILHO, N.G. Quadro da Arquitetura no Brasil. Urbanismo no Brasil: séculos XIX e XX. TELLES, S. S. Oscar Niemeyer: técnica e forma. XAVIER, A. (org.). Arquitetura Moderna Brasileira: depoimento de uma geração. ZANINI, W. (org.). História Geral da Arte no Brasil.	
---	--

O QUADRO 10 mostra que, no Currículo Antigo, a bibliografia básica da disciplina Estética e História das Artes fornece uma visão geral do alcance das manifestações artísticas e do seu significado, por meio das obras de Hauser A., Gombrich E. R. e Read H., indicadas no 1º e 2º semestres. A partir do 3º semestre, quando se inicia a disciplina História da Arquitetura, a literatura se volta para as questões da arquitetura, recorrendo às obras de Benevolo L., e Rogers R., incluindo também obra de autores brasileiros tratando da arquitetura paulistana. Para a disciplina Teoria da Arquitetura, que também começa no 3º semestre, são sugeridas obras com abordagens: histórica, antropológica e analítica, e que contemplam autores como Benevolo L., Argan G. C., Zevi B., autores italianos que promoveram um intenso trabalho de crítica arquitetônica durante os anos 50; são incluídos, também, autores que trazem a visão antropológica das diferentes relações culturais que se estabelecem entre os povos e destes com o lugar que habitam, como Hall E. T., Tuan Yu-Fu e Rykwert J.; é indicada a obra de Stroeter J. R., arquiteto brasileiro, que no seu livro propõe a discussão da arquitetura como forma de linguagem, um estudo sobre a estética arquitetônica. A bibliografia indicada para a disciplina História da Arquitetura, no 4º semestre, volta-se para a história da arte e da arquitetura orientais (sem esclarecer a autoria das obras), e nesse semestre a disciplina Teoria da Arquitetura utiliza os mesmos títulos do semestre anterior. No 5º e 6º semestres, quando é ministrada a disciplina de Arquitetura no Brasil, a bibliografia indicada trata exaustivamente do contexto e das origens da arquitetura brasileira,

relacionando a arquitetura portuguesa, arquitetura ibero-americana, arquitetura barroca, ecletismo, etc., até alcançar a arquitetura moderna brasileira. No 5º semestre, quando trata dos conceitos espaciais do estilo barroco no mundo europeu, utiliza obras de autores estrangeiros, como os ensinamentos de Vitruvio, a obra analítica de Argan G. C., Panofsky E., e, mais uma vez, lança mão de Benevolo L. São usadas obras de autores portugueses, espanhóis e franceses para explicar as fontes e os modelos arquitetônicos e artísticos brasileiros, Correia, J. E. H., Gomes P. V., Gutierrez R., Bottineau Y. Essa bibliografia é entremeada com autores nacionais de extrema relevância para a historiografia da arquitetura brasileira: obras de Amaral, A., Corona, E. e Lemos, C., Costa, L., Katinsky, J. R., Machado, L. G., Saia, L., Zanini, W. Esses autores recuperam o quadro da arquitetura brasileira desde a casa bandeirista, passando pelo barroco mineiro, o neoclássico, arquitetura em ferro e os modernistas. No 6º semestre, a bibliografia dá continuidade aos estudos da arquitetura brasileira, porém com predominância de autores brasileiros, sem deixar de expor os conteúdos globais do advento do modernismo por intermédio das obras de Argan G. C., Benevolo L., Bradbury M. e Mcfarlane J. Essa etapa da arquitetura no Brasil é abordada por intermédio de livros de autoria dos arquitetos brasileiros que dela participaram ativamente, como Artigas J. V., Costa L., Niemeyer O., e dos que se engajaram nessa busca arquitetônica, compondo o acervo crítico e historiográfico: Lemos C., Reis Filho N. G., Bruand Y., Ferraz M. C., Farias A., Zanini W.

Conforme o QUADRO 10, para o Currículo Novo, a disciplina História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo, que se inicia no 1º semestre do curso, propõe uma bibliografia cujo conteúdo trata, a partir do século XV, da arquitetura renascentista, barroca e iluminista, com as obras de Argan G. C., Heydenreich L. H., Tapié V., Pevsner N., e os tratados dos grandes mestres italianos da arquitetura: Vitruvius, Alberti, Palladio, Serlio, Vignola; são propostos também, livros de autores brasileiros que dão um panorama da arte e arquitetura brasileiras desde o início da colonização, como os livros de Bazin G., Zanini W., Bury J. A disciplina Estética e História das Artes, no 1º semestre, apresenta as obras de Gombrich E. H., Hauser A. e Read H., que trazem o quadro geral das artes não restrito apenas à Antiguidade. No 2º semestre, para a disciplina História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo – cujo conteúdo trata do período que se estende do século XVIII até meados do século XIX –, são adotadas obras de autores brasileiros como Fabris A. e Lemos C., expondo a arquitetura brasileira nesse intervalo, e ao mesmo

tempo é indicado Argan G. C. Para o 2º e último semestre da disciplina Estética e História das Artes, a bibliografia utiliza alguns dos autores do semestre anterior e acrescenta obras que se referem aos caminhos da arte e arquitetura internacionais, no século XX, bem como no Brasil. No 3º semestre, o curso prossegue com a disciplina História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo, e a bibliografia trata do Movimento Moderno no contexto internacional, focalizando autores que discutem as transformações havidas na Europa e que repercutiram no mundo todo: Argan G. C., Banham R., Benevolo L., Droste M., Frampton K., Montaner J. M., Kopp A., Pevsner N., que traçam o quadro teórico e analítico desse período, enquanto outros autores como Gropius W. e Le Corbusier expõem o conteúdo e os objetivos das suas propostas e trabalhos realizados naquele momento. No 4º semestre a bibliografia se volta exclusivamente para a arquitetura brasileira do período moderno, e assim utiliza autores brasileiros: Bruand Y., Costa L., Ferraz M., Reis Filho N. G., Zanini W., que também analisam o quadro da arquitetura brasileira ou dão o depoimento de sua própria participação. O 5º e 6º semestres do curso possuem bibliografia voltada para a discussão da arquitetura e urbanismo contemporâneos, isto é, dos movimentos que procuram novos caminhos em contraposição ao Modernismo: são obras de teóricos e de arquitetos de vanguarda, na sua maioria estrangeiros, como Berman M., Jencks C., Venturi R., Lampugnani V. M., Montaner J. M.. No 6º semestre a bibliografia conduz à mesma discussão, focalizando a arquitetura brasileira por intermédio de autores nacionais, recorrendo às obras de Arantes O. B. F., Rouanet S. P., Netto J. T. C. e Santos J. F., Segawa H.

O QUADRO 10, ao expor as bibliografias correspondentes ao conjunto HISTÓRIA E TEORIA nos currículos Antigo e Novo, demonstra que, para as disciplinas Estética e História das Artes, apesar de serem utilizadas as mesmas obras e os mesmos autores nos dois currículos, há um acréscimo de autores e livros no Currículo Novo. Já para a disciplina História e Teoria da Arquitetura, no 3º e 4º semestres do Currículo Antigo, são poucas as obras selecionadas e apenas uma se refere à arquitetura brasileira; da mesma forma, isso ocorre com a disciplina Teoria da Arquitetura nesses semestres. A disciplina Arquitetura no Brasil, ministrada no 5º e 6º semestres dá ênfase aos autores nacionais, que constituem 59% da bibliografia utilizada. A disciplina História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo, por sua vez, no decorrer do curso, para o Currículo Novo, apresenta, nos semestres, com exceção do 3º – por tratar do Movimento Moderno Internacional –, uma bibliografia quantitativamente equilibrada entre autores nacionais e

estrangeiros que trata dos assuntos em etapas de tempo sequenciais, comparando as alterações havidas na arquitetura brasileira aos diversos rumos da arquitetura e urbanismo no cenário internacional. Nos dois últimos semestres da referida disciplina, no Currículo Novo, as obras indicadas são muito recentes e trazem os temas dos quais se ocupa a arquitetura contemporânea.

Conjunto PLANEJAMENTO URBANO (Currículo Antigo) x conjunto HISTÓRIA E TEORIA (Currículo Antigo)

O QUADRO 11 (Anexo VII) permite verificar a existência ou não de articulações entre os conjuntos PLANEJAMENTO URBANO e HISTÓRIA E TEORIA, no Currículo Antigo.

Conforme pode ser observado no QUADRO 11, no 1º e 2º semestres, quando as disciplinas são do curso básico, apenas o conjunto HISTÓRIA E TEORIA dispõe de bibliografia e é para a disciplina Estética e História das Artes, não permitindo, portanto, qualquer articulação. Quando se inicia a disciplina Planejamento Urbano, a partir do 3º semestre, o QUADRO mostra que são utilizados quatro autores comuns aos dois conjuntos diferentes, porém os títulos das obras não são os mesmos, nem os semestres nos quais se recorre a eles: é o caso das obras dos autores italianos Benevolo L. e Argan G. C., e dos brasileiros Lemos C. e Reis Filho N. G. Verifica-se que as obras se destinam às suas respectivas disciplinas sem explicitar qualquer articulação, isto é, a própria bibliografia do conjunto HISTÓRIA E TEORIA – voltada especificamente para as disciplinas Estética e História das Artes, História da Arquitetura, Teoria da Arquitetura, e, finalmente, Arquitetura no Brasil – não permite a articulação, pois quando, por exemplo, oferece títulos da arquitetura barroca, eclética ou da casa bandeirista, o conjunto PLANEJAMENTO URBANO lança mão de subsídios para análise do contexto urbano e viário da cidade de São Paulo.

Conjunto PLANEJAMENTO URBANO (Currículo Novo) x conjunto HISTÓRIA E TEORIA (Currículo Novo)

Assim como feito em relação ao Currículo Antigo, é possível, recorrendo-se ao QUADRO 12 (Anexo VII), verificar a existência ou não de articulação entre os conjuntos PLANEJAMENTO URBANO e HISTÓRIA E TEORIA, no Currículo Novo.

Esse QUADRO mostra que poucos são os livros e autores comuns aos conjuntos PLANEJAMENTO URBANO e HISTÓRIA E TEORIA, no Currículo Novo. Argan, G. C. é o único autor que possui o mesmo título indicado para o 5º e 6º semestres, do conjunto PLANEJAMENTO URBANO, na disciplina Projeto de Urbanismo, e, para o 1º semestre do conjunto HISTÓRIA E TEORIA, na disciplina História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo. Os outros autores, Benevolo L., Jencks C., e Reis Filho N. G., são indicados para as disciplinas dos dois conjuntos diferentes, porém são obras diversas. Neste caso, para o Currículo Novo há uma diferença em relação ao Currículo Antigo: as disciplinas do conjunto HISTÓRIA E TEORIA, por envolverem em todos os semestres a evolução da arquitetura e urbanismo no Brasil, constituem, desde o início, fontes de informação para os projetos e exercícios desenvolvidos ao longo dos semestres nas disciplinas do conjunto PLANEJAMENTO URBANO. A esse aspecto se alia a utilização de títulos mais recentes e de autores brasileiros para o desenvolvimento da disciplina História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo.

QUANTO AO CURRÍCULO

A partir dos resultados parciais obtidos com a análise dos conjuntos de disciplinas PLANEJAMENTO URBANO e HISTÓRIA E TEORIA, dos currículos estudados, foram organizadas as **Relações Encontradas**, emergentes no decorrer da pesquisa, que constituem os subsídios para os aspectos conclusivos referentes aos **Currículos Antigo e Novo** e à concepção de **Currículo como Projeto Pedagógico**.

Relações Encontradas

Nesta etapa é feita uma recapitulação das conclusões parciais, organizadas da seguinte forma:

a. Relações entre as disciplinas que compõem o conjunto PLANEJAMENTO URBANO

Quanto à Carga Horária:

- aumento de 4,7% de duração do conjunto em relação à Duração Total do Curso, considerando a inclusão das disciplinas Projeto de Paisagismo e Técnicas Retrospectivas;
- ampliação de 31,5% de duração do conjunto do Currículo Novo em relação ao conjunto do Currículo Antigo.

Quanto à Posição das Disciplinas nos Semestres:

- o conjunto PLANEJAMENTO URBANO do Currículo Novo é desenvolvido do 1º ao 8º semestre do curso, sendo que no 7º semestre abrange todas as disciplinas envolvidas no conjunto (inclusive Projeto de Paisagismo e Técnicas Retrospectivas), mantém a disciplina Planejamento Urbano e Regional do 5º ao 8º semestre, enquanto no Currículo Antigo principiava no 3º semestre (1º e 2º semestres pertenciam ao curso básico), prosseguindo até o 10º, e abordava Engenharia de Trânsito no 6º e 7º semestres.

Quanto às Ementas:

- o conjunto PLANEJAMENTO URBANO do Currículo Antigo apresentava as ementas desarticuladas durante a sequência dos semestres, com movimentos de

ampliação e redução da escala de abordagem, bem como a disciplina Engenharia de Trânsito tinha características técnicas e genéricas;

- o conjunto PLANEJAMENTO URBANO do Currículo Novo apresenta graus de complexidade crescente na abordagem do espaço urbano e regional, sendo que a disciplina Planejamento Urbano e Regional analisa o planejamento urbano em função do uso e ocupação do solo e o significado do sistema viário e de transportes nessa relação, assim como as implicações do saneamento básico no processo de planejamento;
- o acréscimo da disciplina Projeto de Paisagismo, cuja temática é a introdução de conceitos básicos do planejamento de paisagem e do projeto de espaços livres públicos urbanos, e da disciplina Técnicas Retrospectivas, cujo objetivo é o tratamento de áreas de preservação e de renovação urbanas, traz para o Currículo Novo ampliação considerável da abordagem do planejamento urbano.

Quanto à Bibliografia:

- o conjunto PLANEJAMENTO URBANO do Currículo Antigo tinha a bibliografia organizada de forma a generalizar a discussão sobre cidade e continha 57% de autores estrangeiros, com repertório variado na escala de planejamento urbano, sendo esses autores, assim como os nacionais, devidamente pertinentes à historiografia da arquitetura e urbanismo;
- o conjunto PLANEJAMENTO URBANO do Currículo Novo lança mão de 62,5% de autores nacionais e apresenta, entre autores nacionais e estrangeiros, ênfase nas abordagens do ponto de vista da antropologia, da sociologia, da semiótica, do desenho urbano – para a disciplina Projeto de Urbanismo –, abordagem direta dos fatores determinantes nos projetos de intervenção urbana – para a disciplina Planejamento Urbano e Regional –, e a bibliografia se encontra acrescida das obras específicas referentes a Projeto de Paisagismo e Técnicas Retrospectivas.

b. Relações entre as disciplinas do conjunto HISTÓRIA E TEORIA

Quanto à Carga Horária:

- no Currículo Novo é mantida a disciplina Estética e História das Artes e a sua carga horária;

- as disciplinas História da Arquitetura, Teoria da Arquitetura e Arquitetura no Brasil sofrem uma alteração de denominação e passam a constituir uma única disciplina, História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo;
- há um aumento de 0,2% da Carga Horária em relação à Duração Total do curso, que pode ser explicada pela redução da Carga Horária Total do curso.

Quanto à Posição das Disciplinas nos Semestres:

- no Currículo Novo, a disciplina Estética e História das Artes é oferecida concomitantemente, no 1º e 2º semestres, à disciplina História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo – agora agrupando as disciplinas anteriormente fracionadas –, que se desenvolve do 1º ao 6º semestre do curso.

Quanto às Ementas:

- no Currículo Novo, a disciplina Estética e História das Artes, por causa da extinção do curso básico, volta-se para as manifestações da arquitetura e urbanismo enfatizando-as como expressões artísticas. As disciplinas História da Arquitetura, Teoria da Arquitetura e Arquitetura no Brasil – anteriormente fragmentadas –, têm seus conteúdos articulados ao constituir uma única disciplina, História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo, a qual estabelece constantemente relações com a história da arquitetura brasileira ao longo dos seis semestres em que se desenvolve.

Quanto à Bibliografia:

- no Currículo Novo, para a disciplina Estética e História das Artes, há um maior número de títulos indicados e a inclusão de autores nacionais. A disciplina História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo apresenta bibliografia que contempla o equilíbrio entre o número de autores nacionais e estrangeiros, comparando as alterações havidas na arquitetura brasileira aos diversos rumos da arquitetura e urbanismo no cenário internacional. São obras recentes que abordam os temas, que colocam em discussão as tendências e a busca de novos repertórios para as propostas de edificações e para o tratamento das cidades, dos quais se ocupa a arquitetura contemporânea.

c. Relações entre os conjuntos PLANEJAMENTO URBANO e HISTÓRIA E TEORIA

Quanto às Ementas:

- no Currículo Antigo não havia articulação entre os conteúdos dos conjuntos PLANEJAMENTO URBANO e HISTÓRIA E TEORIA, pois a concomitância era apenas casual;
- o Currículo Novo também não apresenta articulação explícita entre os conteúdos dos conjuntos, apesar da organização existente no interior de cada conjunto; no entanto, o fato de a disciplina História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo incorporar a historiografia da arquitetura brasileira, ao longo dos semestres em que é oferecida, favorece o desenvolvimento das disciplinas do conjunto PLANEJAMENTO URBANO que se ocupam de propostas e projetos voltados para a solução de problemas locais, buscando uma qualificação urbana que respeite o contexto, as relações morfológicas, a funcionalidade e, ao mesmo tempo, preserve os valores locais.

Quanto à Bibliografia:

- no Currículo Antigo, as obras indicadas destinavam-se aos seus respectivos conjuntos de disciplinas sem preocupação com articulação, pois quando o conjunto HISTÓRIA E TEORIA apontava títulos da arquitetura barroca ou eclética ou da casa bandeirista, o conjunto PLANEJAMENTO URBANO indicava textos para análise dos sistemas viários e de transporte;
- no Currículo Novo, são utilizadas obras diferentes de mesmos autores para os conjuntos PLANEJAMENTO URBANO e HISTÓRIA E TEORIA. Diferencia-se do Currículo Antigo, no entanto, porque a bibliografia do conjunto HISTÓRIA E TEORIA fornece fontes de referência sobre a arquitetura brasileira, desde o início dos semestres, auxiliando o conjunto PLANEJAMENTO URBANO no seu desenvolvimento. Além disso, os dois conjuntos apresentam bibliografia de títulos recentes, de autores brasileiros, e vem ao encontro dos temas com os quais se ocupam a arquitetura e urbanismo contemporâneos.

As relações encontradas caracterizam, com certeza, a existência de uma nova grade curricular do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAP/FAAP, a partir de 1996, manifesta por todas as alterações havidas em relação ao Currículo Antigo; essas alterações, porém, não a qualificam como currículo.

Esta nova grade curricular não reflete, ainda, um projeto pedagógico claro, considerando-se que, apesar da organização interior dos conjuntos analisados, não há uma articulação precisa entre eles. Esse aspecto tem como decorrência natural a indefinição de uma concepção de curso de Arquitetura bem como do perfil do Arquiteto e Urbanista a ser formado.

Currículo como Projeto Pedagógico

De acordo com os indícios levantados no decorrer deste trabalho, tornou-se possível identificar as principais **evidências** de uma nova estrutura curricular, explicitadas a partir das relações existentes entre as disciplinas de cada conjunto e dos conjuntos entre si.

- a. **Desdobramento de disciplina:** Planejamento Urbano – pertencente ao conjunto PLANEJAMENTO URBANO do Currículo Antigo –, nas disciplinas Projeto de Arquitetura e Urbanismo, Projeto de Urbanismo e Planejamento Urbano e Regional, o que significa conteúdos específicos, abordagens específicas e bibliografias específicas para cada uma das disciplinas constantes no Currículo Novo.
- b. **Acréscimo de disciplinas:** ao Currículo Novo, como Técnicas Retrospectivas, incluída no curso do 4º ao 7º semestre – nesta pesquisa foi incorporada apenas ao 7º semestre pelo conteúdo condizente com o planejamento urbano –, e Projeto de Paisagismo, incluída no curso do 4º ao 8º semestre – nesta pesquisa incorporada do 6º ao 8º semestre, pois seus conteúdos dizem respeito aos conceitos de paisagens e às intervenções em áreas urbanas. Esses acréscimos de disciplinas constituem uma ampliação significativa de cada uma das áreas e

de abordagens indispensáveis ao planejamento urbano, que, necessariamente, possui caráter multidisciplinar.

- c. **Alteração de denominação e mudança de significado:** como é o caso da disciplina Engenharia de Trânsito, do Currículo Antigo, que ao ser incorporada, no 6º semestre, à disciplina Planejamento Urbano e Regional, no Currículo Novo, passa a ter uma abordagem diretamente relacionada às questões do planejamento urbano por tratar das implicações existentes entre os sistemas de transportes e circulação e o uso e ocupação do solo. A mudança de posição de disciplinas também se reflete no conjunto HISTÓRIA E TEORIA, com a absorção, no Currículo Novo, da disciplina Arquitetura no Brasil, do 5º e 6º semestres do Currículo Antigo, pela disciplina História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo, que expõe comparativamente a evolução da arquitetura brasileira do primeiro ao sexto semestre do curso.
- d. **Relacionamento explícito das ementas das disciplinas:** dos conjuntos PLANEJAMENTO URBANO e HISTÓRIA E TEORIA com a realidade local, sendo que esses conteúdos, nos dois conjuntos, não prescindem da exposição e análise de alternativas de soluções propostas ou utilizadas em outros contextos, sejam físicos, socioeconômicos ou políticos.
- e. **Incorporação de bibliografia:** aos conjuntos PLANEJAMENTO URBANO e HISTÓRIA E TEORIA, do Currículo Novo. A temática dessa bibliografia está atualizada conforme as reflexões que vêm, dia após dia, ganhando espaço entre os cidadãos e demais setores da sociedade envolvidos com a arquitetura e com as propostas urbanísticas no Brasil e no mundo.

Finalmente, essas evidências apontam, do ponto de vista de currículo como projeto pedagógico, que o Currículo Antigo, ao apresentar quebras de seqüências, repetições e desarticulação entre áreas de conhecimento essenciais ao ensino de Arquitetura e Urbanismo – como Planejamento Urbano e História e Teoria –, demonstrou não estar atualizado em relação aos movimentos históricos da Arquitetura e do Urbanismo, cujo panorama se descortinou com o quadro teórico traçado no Capítulo 1.

O Currículo Novo, por sua vez, tende a uma maior aproximação da concepção atual de se “fazer arquitetura”. As medidas, ainda que tímidas, no sentido de estreitar a articulação entre a fundamentação teórica necessária e os exercícios de intervenção urbana, são garantidas pela introdução de novas disciplinas no curso, pela mudança de posição de algumas disciplinas, pela indicação de bibliografia mais recente e pela definição de conteúdos e objetivos expressos nas ementas, que sempre procuram se nortear pela realidade local e pela procura de soluções renovadas.

Somando todos os aspectos analisados é perceptível um encaminhamento direcionado tanto à compreensão, quanto ao questionamento dos novos paradigmas. Os problemas colocados pelas ementas, pela bibliografia dirigem-se à busca do esclarecimento e do aprofundamento do que se discute na arquitetura e urbanismo hoje.

Essa busca refere-se, principalmente, ao significado, à permanência, às influências e à derrocada, ou transição, ou decadência das propostas e realizações do Movimento Moderno. É essencial entendê-lo seriamente no que diz respeito aos seus princípios. Refere-se também à compreensão dos mecanismos de luta para que não se assuma um pós-modernismo mal digerido por parte de todos os envolvidos – os que o formulam, os que o adotam sem dúvidas e aqueles que dele são pacientes -, pois os resultados alcançarão todos os segmentos da população e das cidades: o culturalismo, a gentrificação, a discriminação, etc.

Quantas pessoas têm consciência das novas gerações que se desenvolvem nas Brasília do mundo?

Será que já estão esgotados os conceitos modernistas de viver, de morar, de trabalhar, de se relacionar, ou será que sequer foram explicados convenientemente, nem entendidos?

A arquitetura moderna emociona, com certeza, a todos que dela usufruem momentaneamente, mas porque e pelo quê se inconformaram aqueles usuários que necessariamente tiveram que viver sob seu jugo?

Faz-se urgente multiplicar experiências e pesquisas, sobretudo no Brasil que abrigou a grande expressão do Movimento Moderno, tendo como objeto esse momento magno da arquitetura, para que ou seja aceito, assumido e introjetado pela população ou negado como um desconhecido. Assim poder-se-á partir para a busca de novas soluções.

Como se situa então a escola de arquitetura?

No mínimo deve propiciar aos alunos condições de conhecer e de se posicionar, de encontrar um rumo adequado à sua participação na vida comunitária. Todavia, isto só será possível a partir do entendimento do significado do espaço construído, do abrigo do ser humano, da apropriação do território, das sucessivas transformações e suas causas para, com adequada bagagem conceitual, ir ao encontro dos novos caminhos que se delineiam na arquitetura e urbanismo contemporâneos.

BIBLIOGRAFIA

Da Dissertação

- ABEA. **Sobre a História do Ensino de Arquitetura no Brasil**. São Paulo, Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, 1977.
- APPLE, M. **Ideologia e Currículo**. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- ARANTES, B. F. **Urbanismo em Fim de Linha e Outros Estudos sobre o Colapso da Modernização Arquitetônica**. São Paulo, Edusp, 1998.
- ARGAN, G.C. **Historia del Arte como Historia de la Ciudad**. Barcelona, Ed. Laia, 1973.
- ARTIGAS, J. B. **Caminhos da arquitetura**. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- BARBARESI, C. "Que És la Utopia", **Summarios** 100/101. Buenos Aires, Ed. Summa, 1986.
- BENEVOLO, L. **História da Cidade**. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1983.
- BENTLEY, I. **Responsive environments: a manual for designers**. Bodmin, Cornwall, MPG Books Ltd., 1998.
- BLOOMER, K.C. **Cuerpo, memoria y arquitectura**. Madrid, H. Blume Ed., 1982.
- BOGDAN, R. e BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto, Porto Editora LDA, 1994.
- BRANDÃO, I. de L. **FAAP: 50 anos**. São Paulo, DBA artes gráficas, 1997.
- CADERNOS CEDES 43. **Antropologia e Educação: Interfaces do Ensino e da Pesquisa**.
- CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades Brasileiras: seu controle ou caos – o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil**. São Paulo, Ed. Studio Nobel, 1992.
- CHOAY, F. **Le sens de la Ville**. Paris, Ed. du Seuil, 1965.
- _____. **L'Urbanisme, Utopies et Realités**. Paris, Ed. du Seuil, 1980.
- CULLEN, G. **El paisaje urbano: tratado de estética urbanística**. Barcelona, Ed. Blume, 1974.
- DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo, Ed. Pini, 1997.
- DELLE DONNE, M. **Teorias sobre a cidade**. São Paulo, Martins Fontes Ed., 1979.
- DOXIADIS, C. **Anthropopolis City for Human Development**. New York N.W. Norton, 1974.
- ECKARDT, W. von. **A Crise das Cidades: Um Lugar Para Viver**. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1975.
- ENGELS, F. "Contribuição ao Problema da Habitação", in Marx, K. e Engels, F., **Textos II**. São Paulo, Edições Sociais, 1976.
- ESPAÇO & DEBATES 1. **Revista de estudos regionais e urbanos**. São Paulo, Cortez Ed., 1981.
- ESPAÇO & DEBATES 6. **Revista de estudos regionais e urbanos**. São Paulo, Cortez Ed., 1982.
- ESPAÇO E DEBATES 13. **Revista de estudos regionais e urbanos**. São Paulo, NERU, 1984.
- FERRARA, L. d' A. **Ver a cidade**. São Paulo, Nobel, 1988.

- FERREIRA, F. W. **Planejamento sim e não: um modo de agir num mundo em permanente mudança.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- FRAMPTON, K. **História Crítica de la Arquitectura Moderna.** Barcelona, Ed. Gustavo Gili, 1983.
- FREIRE, G. **Ordem e Progresso.** Rio de Janeiro, José Olympio, 1962.
- GERALDI, C. M. G.; FIORENTINI, D.; PEREIRA, M. **Cartografias do Trabalho Docente.** Campinas, Mercado de Letras/ALB, 1998.
- GOODMAN, R. **After the Planners.** Middlesex, Penguin Books Ltd., 1972.
- HALL, E. T. **A dimensão oculta.** Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
- HALL, E. T. **Mas allá de la cultura.** Colección Punto y Línea. Barcelona. Ed. Gustavo Gili, 1978.
- HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade.** São Paulo, HUCITEC, 1980.
- HOWARD, E. **Cidades-Jardins do Amanhã.** São Paulo, Hucitec, 1996.
- JACOBS, J. **Muerte y vida de las grandes ciudades.** Madrid, Ed. Peninsula, 1973.
- JENCKS, C. **The language of post-modern architecture.** London, Academy Editions, 1978.
- JENCKS C. & BAIRD G. e outros (Org.). **El significado en arquitectura.** Madrid, H. Blume Ed., 1975.
- KOPP, A. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa.** São Paulo, Nobel: EDUSP, 1990.
- KRIER, R. **El Espacio Urbano.** Barcelona, Gustavo Gili, 1981.
- LAGENBÜCH, J. R. **A estruturação da Grande São Paulo - estudo de geografia urbana.** Rio de Janeiro, IBGE, 1971.
- LE CORBUSIER. **A Carta de Atenas.** São Paulo, HUCITEC: EDUSP, 1993.
- LEDROUT, R. **Sociologie urbaine.** Paris, PUF, 1979.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace.** Paris, Ed. Anthropos, 1981.
- _____ **La révolution urbaine.** Paris, Ed. Gallimard, 1970.
- LEME, M. C. S. **Urbanismo no Brasil: 1895 - 1965.** São Paulo, Studio Nobel, 1999.
- LINCH, K. **A imagem da cidade.** São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- _____ **The theory of Good City Form.** Cambridge, MIT Press, 1981.
- LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo, EPU, 1986.
- MARIANI, R. **A cidade moderna entre a história e a cultura.** São Paulo, Editora Nobel, 1986.
- MARICATO, E. **Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial.** São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.
- MOREIRA, A. F. e SILVA, T. T. (Orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade.** São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1995.

- MOTA, S. **Planejamento Urbano e Preservação Ambiental**. Fortaleza, Edições UFC, 1981.
- MONTANER, J. M. **Después del Movimiento Moderno**. Barcelona, Ed. Gustavo Gili, S.A., 1997.
- MUMFORD, L. **The City in History**. New York, Harcourt, Brace & Word, 1961.
- PENIN, S. T. S. **A Aula: Espaço de Conhecimento, Lugar de Cultura**. Campinas, Papirus, 1994.
- PETERS, P. (Org.). **La ciudad peatonal**. Colección Arquitectura/Perspectivas. Barcelona, Ed. Gustavo Gili, 1979.
- PEVSNER, N. **Os pioneiros do desenho moderno: de William Morris a Walter Gropius**. São Paulo, Martins Fontes, 1980.
- PIAGET, J. et al. **Traité de Psychologie Experimentale: La Perception**. Paris, Presses Universitaires de France, 1963.
- RAPOPORT, A. **House, Form and Culture**. New Jersey, Prentice Hall, Englewood Cliffs, 1969.
- _____ **Aspectos Humanos de La Forma Urbana**. Barcelona, Gustavo Gili, 1978.
- REIS FILHO, N. G. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1970.
- RICHARDSON, H. W. **Economia Urbana**. Rio de Janeiro, Interciência, 1978.
- RODRIGUES, F. M. **Desenho Urbano: Cabeça, Campo e Prancheta**. São Paulo, Projeto, 1986.
- ROGERS, R. **Cities for a small planet**. London. Faber and Faber Limited, 1997.
- SANTOMÉ, J. T. **Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1998.
- SANTOS, C. N. F. **A Cidade Como Um Jogo de Cartas**. Niterói/São Paulo, Ed. da Universidade Federal Fluminense/PROJETO Ed., 1988.
- SANTOS, M. **A Divisão do Trabalho Social como uma nova Pista para o Estudo da Organização e da Urbanização nos Países Subdesenvolvidos**. 3º ENG, Fortaleza, 1978.
- _____ **Por uma geografia nova**. São Paulo, HUCITEC, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- _____ **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo, HUCITEC, 1982.
- _____ **Pensando o espaço do homem**. São Paulo, HUCITEC, 1982.
- _____ **O espaço do cidadão**. São Paulo, Nobel, 1996.
- SANTOS, P. F. **Quatro séculos de arquitetura**. Rio de Janeiro, IAB, 1981.
- SERRA, G. **O espaço natural e a forma urbana**. São Paulo, Nobel, 1987.
- TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo, Cortez/PUC, 1996.
- TUAN, I. **Topofilia. Um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo, Difel, 1980.

VALLADARES, L. P. **Passa-se uma Casa: Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1980.

VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno Urbano.** Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1979.

WILHEIM, J. **Projeto São Paulo: propostas para a melhoria da vida urbana.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

I / II / III / IV / V / VI / VII



Perfis da Área e Padrões de Qualidade

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo

Prof. VITOR CAMPOS - FAAP

PERFIS DA ÁREA & PADRÕES DE QUALIDADE

Expansão, Reconhecimento e Verificação Periódica dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo

INTRODUÇÃO

PERFIS DA ÁREA

- NATUREZA DA PROFISSÃO DE ARQUITETO E URBANISTA: HABILITAÇÃO ÚNICA DE CARÁTER NACIONAL
- NECESSIDADES DA ÁREA: CONDIÇÕES DE ENSINO OFERECIDAS PELOS CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO

PADRÕES DE QUALIDADE

- REQUISITOS PARA A ABERTURA E FUNCIONAMENTO
- DIRETRIZES CURRICULARES GERAIS: CURRÍCULO MÍNIMO
- TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO: EXAME DE QUALIFICAÇÃO

INTRODUÇÃO

Considerando que os perfis da área e os padrões de qualidade são fundamentais para a apresentação e análise dos pedidos de autorização para abertura de novos cursos, de reconhecimento daqueles que estão em implantação e de verificação periódica dos que já se encontram em funcionamento, a CEAU, em resposta às necessidades prementes de análise dos pedidos de abertura de cursos novos em instituições isoladas, apresenta ao Conselho Nacional de Educação, documento sistematizando contribuições anteriores e novas propostas para o trabalho a ser realizado.

Estes pedidos de novos cursos, num total de 120 solicitações, se inscrevem na análise da expansão de cursos de arquitetura e urbanismo no país e dentro do processo em curso de avaliação e fortalecimento dessa área de ensino superior. Eles vêm se juntar a um número ainda desconhecido de outros novos cursos decorrentes da autorização de novas universidades nos últimos anos*1.

O processo de avaliação da área de ensino de Arquitetura e Urbanismo está estruturado em quatro tempos: reconhecimento da área, auto avaliação conjunta da área, avaliação interna dos cursos e avaliação externa dos cursos e dos estudantes a se formarem.

O primeiro tempo, iniciado em 1990, consistiu no reconhecimento (*estado da arte*) da área a partir do Inventário dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo conduzido pela Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura - ABEA. A oportunidade de ver o outro e ver-se a si próprio preparou e abriu caminho para um segundo tempo de auto avaliação. As conclusões da etapa de auto avaliação conjunta da área de ensino, desenvolvida com os cursos previamente e durante os Seminários Regionais e Nacional, realizados no período de 1993 a 1994, subsidiaram a definição dos padrões de qualidade e o enunciado dos requisitos estabelecidos para a abertura e funcionamento dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, e referenciados na publicação "Ensino de Arquitetura e Urbanismo - Condições & Diretrizes" *2

O período de 95 a 96, corresponde à avaliação interna de todos os cursos - em implantação (32 cursos) ou em funcionamento (53 cursos); cada um deles, num total dos 85 cursos existentes no país, teve a oportunidade de reavaliar internamente seu projeto pedagógico e a correspondente prática acadêmica, para poder "redesenhar" seu currículo pleno, adequando-o às exigências decorrentes de uma nova base legal expressa nas Diretrizes Curriculares e conteúdos Mínimos de 1994, e na nova legislação para o ensino superior.

A avaliação externa - quarto tempo a ser realizado, tem duas vertentes: uma correspondente à verificação periódica dos cursos, a outra, ao exame anual de qualificação dos alunos concluintes - Trabalho Final de Graduação.

As necessidades diagnosticadas e a natureza da profissão de arquiteto e urbanista definem as exigências para a educação escolarizada dos arquitetos e urbanistas e estabelecem padrões de qualidade para o ensino na área. Para tanto, foi fundamental a contribuição das entidades profissionais, de ensino e de estudantes. A legislação que regulamenta a profissão foi

*1 Os dados da CEAU indicam, somente no ano de 1995, um crescimento de 15% de novos cursos de arquitetura e urbanismo, oferecidos por universidades recém autorizadas.

*2 CEAU - Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo. Amorim, L.M.E.; Claro, A.; Meira, M.E.; Silveira, R.P.G. "Ensino de Arquitetura e Urbanismo - Condições & Diretrizes". SESu/MEC, Brasília-DF, 1994. 118.

considerada de maneira a atender às exigências legais a ela atinentes. A história da profissão serviu para reafirmar as características que ao longo dos milênios marcaram o trabalho dos arquitetos e urbanistas - das mais remotas civilizações aos dias de hoje, e que podem ser constatadas no acervo edificado, no desenho das cidades, em obras de arte e em documentos, que fazem parte do patrimônio da humanidade.

Os dois primeiros tempos deste processo de avaliação conjunta contribuíram, ainda, para a definição das novas diretrizes curriculares presentes na Portaria Ministerial nº 1770 de 21 de dezembro de 1994, onde conteúdos, diretrizes e condições essenciais, e portanto, exigíveis para todos os cursos de arquitetura e urbanismo, estão enunciadas de maneira a preservar as características da profissão, as exigências legais da regulamentação profissional e o referencial de qualidade necessário à educação e ao exercício profissional dos arquitetos e urbanistas.

As diretrizes curriculares estabelecem um princípio essencial, ou seja: **os conteúdos devem ser necessariamente oferecidos em condições adequadas**. Assim, por exemplo, sendo Informática matéria obrigatória para os alunos, obrigatória é a existência de computadores disponíveis para os estudantes.

O objetivo é a recuperação das condições materiais dos cursos, superando o fenômeno do "barateamento" detectado que compromete a essência do ensino de arquitetura e urbanismo. Considerando o longo período em que os cursos ficaram relegados, as IES - públicas ou privadas, devem considerar a área nas suas prioridades, redirecionando os investimentos dentro de uma proposta compensatória. Por outro lado, o CEAU vem desenvolvendo esforços junto à SESu/MEC para apoiar os Cursos no que se refere à adequação de laboratórios, bibliotecas e à educação continuada de professores, especialmente, nas áreas de informática, conforto ambiental, tecnologia da construção e do urbanismo, e técnicas retrospectivas.

A área apresenta demanda expressiva e crescente no vestibular. Ainda que os cursos apresentem retenção e evasão, verifica-se pela relação candidato/vaga no vestibular que os jovens buscam cada vez mais os cursos de Arquitetura e Urbanismo. Talvez este interesse crescente guarde relação com as características da profissão e com os temas por ela tratados - ao menos no imaginário que a sociedade tem da profissão. Por outro lado, esta ociosidade nas IES privadas, provoca a concorrência entre elas tendo como pré-requisito a qualidade do projeto pedagógico, instalações e equipamentos necessários, adequados e disponíveis para o uso de professores e alunos.

Aquelas Instituições de Ensino Superior de Graduação em Arquitetura e Urbanismo que mantiverem cursos sem condições de oferecimento com garantia de qualidade, terão mais cedo ou mais tarde de fechar seus cursos, em especial pela concorrência em função do prestígio que cada Instituição pode ostentar. Já é possível perceber rearranjos no "mercado", com movimento de alunos e professores em busca da qualidade, movimento fortemente relacionado com o prestígio que a instituição vai adquirindo pelo desempenho de alunos e professores em atividades de ensino, pesquisa e extensão, mencionadas em publicações, premiadas, incluídas em exposições, e referidas em outras formas de avaliação do trabalho da comunidade acadêmica e dos egressos de determinada instituição. No caso dos arquitetos e urbanistas, concursos, júris, prêmios e exposições são indicadores de prestígio, tão característicos no meio profissional, quanto nas avaliações no âmbito da escola.

A avaliação anual e de caráter nacional dos trabalhos finais de graduação dos formandos de arquitetura e urbanismo, com a exposição em circuito nacional de uma mostra dos 25 melhores e mais representativos trabalhos apresentados a cada ano, constitui, após 8 anos consecutivos, um dos mais expressivos indicadores de prestígio das instituições e dos professores orientadores

premiados; mobiliza internamente todas as IES que oferecem Cursos de Arquitetura e Urbanismo, e que anualmente, para participar do concurso, avaliam e selecionam a produção de seus formandos que irá ser cotejada, primeiro regionalmente, e em seguida, após a seleção do júri regional, a nível nacional por um outro corpo de jurados. A partir dos trabalhos relativos ao ano de 1995 os resultados passam a ser divulgados também em forma de CD-Rom. Para o formando representa um cartão de visitas para a vida profissional e um rito de passagem avaliativo das suas condições de exercício profissional; para toda a área é uma oportunidade ímpar de avaliar anualmente o conjunto da produção de todos os cursos. A área de ensino de Arquitetura e Urbanismo se antecipou às determinações legais (Lei 9131/95), que estabeleceram para o ensino superior, a partir de 1996, um exame dos alunos ao final de curso, e desde 1994, incluiu, entre as exigências curriculares obrigatórias para todos os cursos e alunos formandos, a realização do Trabalho Final de Graduação.

NATUREZA DA PROFISSÃO DE ARQUITETO E URBANISTA

Habilitação única de carácter nacional

Os registros históricos nos permitem constatar que o Código de Hamurabi, Rei da Babilônia em 2083 antes de Cristo, já previa, nos seus artigos 229 e 230, penas para os crimes do exercício profissional dos arquitetos*. Há mais de 4000 anos, portanto, a sociedade, a seu tempo e à sua maneira, controla a profissão. Este documento histórico deixa bem claro que a necessidade de regulamentação nos foi exigida pela sociedade e não construída como defesa corporativa do mercado de trabalho.

O exercício profissional dos arquitetos e urbanistas é regulamentado no Brasil por lei desde 1933. Hoje, a regulamentação se dá através da Lei 5194 /66 que define as atribuições e atividades dos arquitetos e urbanistas. A habilitação é única, ou seja não existem modalidades na profissão, e se dá pelo registro do diploma e histórico escolar, onde devem constar obrigatoriamente a aprovação nas matérias e o cumprimento das exigências do currículo mínimo que qualificam para o exercício profissional. A responsabilidade técnica está prevista na mesma lei, e a responsabilidade social no Código de Ética (letra "n" do Art. 27 da Lei nº5194 / 66 e Resolução nº 205/71 do CONFEA .

Toda a legislação de regulamentação profissional tem carácter nacional, isto é, cumpridas as diretrizes e exigências curriculares gerais e as leis de regulamentação profissional, os arquitetos podem exercer sua profissão em qualquer parte do país, independentemente do lugar onde fizeram o seu curso. Por tais razões é imprescindível o cumprimento das exigências curriculares, sob pena de prejuízos e impedimentos ao exercício profissional dos futuros arquitetos e urbanistas.

Estes profissionais guardam, entre os profissionais habilitados pelo sistema autárquico de fiscalização profissional CONFEA / CREAs, a particularidade de preferirem exercer a profissão na condição de liberais - através de seus "escritórios", que podem ser constituídos pelo próprio profissional, que desempenha todas as atividades intrínsecas a uma "empresa", até, desejo da maioria, a grandes "escritórios"- empresas de projeto e de prestação de serviços privativos do exercício do arquiteto e urbanista. O assalariamento desta categoria deu-se por imperativo econômico externo aos seus anseios. Os arquitetos procuram manter o exercício de sua profissão de forma liberal, e grande número deles desempenha a profissão em atividades paralelas como assalariado - no setor privado ou público - e como autônomo, ou seja, "patrão de si mesmo". Grande parte destes postos de trabalho se encontram no terciário, como por exemplo, a prestação de serviços de consultoria terceirizada através de grandes empresas. Registre-se no entanto que este dado é referente ao mercado das grandes cidades, muito especialmente a São Paulo e Rio de Janeiro; no interior do país, mesmo em cidades dinâmicas do ponto de vista econômico, a construção oferece, em diferentes tipos de ocupação, grande parte dos postos de trabalho.

* "art. 229 - se um arquiteto constrói para alguém e não o faz solidamente e a casa que ele construiu cai e fere de morte o proprietário, este arquiteto deverá ser morto.

art. 230 - se fere de morte o filho do proprietário deverá ser morto o filho do arquiteto."

CÓDIGO DE HAMURABI (2083 AC), descoberto por MORGAN em 1901, na cidade de Suma / Pérsia.

As profissões deste sistema gozam do privilégio do exercício privativo a uma determinada formação, que requer conhecimentos especializados sem o domínio dos quais acentuam-se os riscos de não garantir a incolumidade dos usuários dos serviços profissionais. Esta formação é também ela controlada porque tem como objetivo reproduzir o privilégio disciplinar do exercício privativo.

A respeito do tema do exercício privativo é importante mencionar a predisposição do Congresso Nacional, que confirma a tendência de restrição por parte do Legislativo a projetos de lei sobre regulamentação profissional.

As recomendações da CTASP para a elaboração de projetos de lei destinados a regulamentar o exercício das profissões são as seguintes :

- a) imprescindibilidade de que a atividade profissional a ser regulamentada - se exercida por pessoa desprovida da formação e das qualificações adequadas - possa oferecer riscos à saúde, ao bem-estar, à segurança ou aos interesses patrimoniais da população;
- b) real necessidade de conhecimentos técnico-científicos para o desenvolvimento da atividade profissional, os quais tornem indispensável a regulamentação;
- c) exigência de ser a atividade exercida exclusivamente por profissionais de nível superior, formados em curso reconhecido pelo Ministério da Educação e do Desporto;
- d) indispensável se torna ainda, com vistas a resguardar o interesse público, que o projeto de regulamentação não proponha a criação de reserva de mercado para um segmento de determinada profissão, em detrimento de outras com formação idêntica ou equivalente.

O que o legislador diz é que o Congresso regula atividades profissionais quando elas requerem conhecimentos de nível superior. A préqualificação é uma necessidade. O privilégio é dado ao conhecimento requerido para o desenvolvimento das atividades e atribuições na área. É a bagagem intelectual, a qualificação, o saber disciplinar que confere a habilitação profissional. O domínio dos saberes intrínsecos à disciplina - a Arquitetura e o Urbanismo, caracterizam os arquitetos e urbanistas. A essência da lei de regulamentação das atividades e atribuições profissionais, é evitar que um determinado tipo de prestação de serviços possa oferecer determinados riscos à população.

É necessário ajudar a esclarecer e a reafirmar a real necessidade de conhecimentos técnico-científicos para o desenvolvimento das atribuições e atividades do arquiteto e urbanista, evitando as intenções de "reserva de mercado", e apostando na responsabilidade técnica e social da profissão como a verdadeira chave do reconhecimento e valor junto à sociedade.

Do ponto de vista legal, compete ao arquiteto e urbanista o exercício de todas as atividades referentes a edificações, conjuntos arquitetônicos e monumentos, arquitetura paisagística e de interiores, urbanismo, planejamento físico, urbano e regional. É um espectro bastante amplo que exige da formação profissional um esforço capaz de qualificar o arquiteto e urbanista na abrangência de suas competências legais, com o aprofundamento indispensável para que possa assumir as responsabilidades nelas contidas.

Para exercer atividades como supervisão, orientação técnica, coordenação, planejamento, projetos, especificações, direção ou execução de obras, ensino, assessoria, consultoria, vistoria, perícia, avaliação, necessário se faz que a formação do futuro profissional contemple habilidades complexas e em campos bastante diversificados.

As diretrizes curriculares gerais têm por objetivo qualificar o estudante para o exercício profissional, proporcionando ao futuro arquiteto e urbanista o domínio essencial das matérias necessárias à sua atuação, garantindo a habilitação única e fortalecendo seus conhecimentos especializados, sem perder a noção de conjunto dos problemas da arquitetura e urbanismo e de suas relações com a sociedade.

NECESSIDADES DA ÁREA

Condições de Ensino oferecidas pelos Cursos de Arquitetura e Urbanismo

Os objetivos dos Seminários sobre Acompanhamento Institucional do Ensino de Arquitetura e Urbanismo, realizados no período de maio a agosto de 1994, em cinco regiões do país - Nordeste, Centro-Oeste/Norte, Sul, Leste e São Paulo, foram:

- propiciar a apresentação e discussão dos principais problemas identificados pelos Cursos para a educação do arquiteto e urbanista;
- subsidiar a SESu/MEC para definição de políticas de modo a superar deficiências nos Cursos de Arquitetura e Urbanismo; e
- estimular a auto-avaliação conjunta das condições de ensino oferecidas pelos cursos de Arquitetura e Urbanismo.

A CEAU elaborou um roteiro para as discussões encaminhado a todos os cursos para orientar as apresentações e os debates nos Seminários. Os participantes apresentaram as informações solicitadas sobre currículo, estrutura dos departamentos, desempenho estudantil e infraestrutura do ensino.

De maneira geral, além da especificidade de cada Curso - cada um tem um quadro de necessidades e reivindicações próprio, há uma inadequação dos espaços atualmente ocupados. Propiciar condições físicas para que a produção discente e docente se realize nas dependências da Universidade é reivindicação geral.

Alguns aspectos já haviam sido detectados pela CEAU que promoveu ações para superar as carências. Um exemplo é o Programa de Informatização do Ensino de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, antecedendo a exigência curricular da matéria, com três configurações básicas variáveis de acordo com o número de alunos a serem atendidos, e que a SESu/MEC priorizou em 1994. O financiamento do Programa de Informatização, destinado às IFES, obteve a adesão expressiva da totalidade dos cursos existentes, resultando na aprovação, pela SESu/MEC, das solicitações efetivadas nas configurações preconizadas. Infelizmente, os recursos assignados ao Programa de Informatização e liberados pela SESu, não chegaram a todos os seus destinatários - os Cursos de Arquitetura e Urbanismo. Aqueles cursos cujas instituições respeitaram os objetivos do programa quanto à aplicação de recursos demonstram, hoje, um quadro extremamente dinâmico de desenvolvimento da matéria, com processos de animação e envolvimento de alunos e professores e resultados visíveis na produção.

É possível constatar que as instituições privadas tem investido significativamente mais que as federais na introdução da informática em seus cursos. Esta decisão na aplicação de recursos é necessária porque a concorrência entre cursos, especialmente no Estado de São Paulo, obriga a oferecer aquilo que está sendo procurado pela maioria. Hoje, os estudantes já chegam à universidade familiarizados com a informática, a presença dos PCs, nos lares da classe média, naturalizou o computador e supera os fornos de microondas no desejo dos consumidores. A prioridade para a informática consta nos investimentos das IES privadas, estimulando-as a investir na área, uma vez que estes investimentos compõem a planilha de definição das mensalidades.

O fenômeno do barateamento

A evidência do fenômeno do barateamento nos Cursos de Arquitetura e Urbanismo está presente, não só na carência de espaços adequados ao trabalho de professores e alunos, ausência ou insuficiência de equipamentos básicos, currículos extensos, fragmentados e

carregados de disciplinas , como também na própria capacitação de professores comprometendo, portanto, o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na graduação.

Um dos temas do roteiro enviado aos cursos antes dos Seminários Regionais de Acompanhamento Institucional, tratou da questão da evasão e retenção de alunos. Os indicadores apresentados revelam que expressiva retenção por reprovação se dá nas disciplinas de matemática e física. Os dados são preocupantes pela repercussão da repetência nos índices de retenção e evasão de alunos. À primeira vista poderia parecer uma falta de aptidão de boa parcela dos estudantes para estas matérias. No entanto, os altos índices de reprovação não atingem disciplinas que têm como instrumental básico a matemática e a física; não se verificam, por exemplo, reprovações elevadas em estabilidade das construções ou sistemas estruturais. Por outro lado, cursos que transformaram as ementas de física e em seu lugar oferecem conforto ambiental, englobando o próprio programa da física, não mais apresentaram reprovação significativa.

Estas constatações levam à conclusão de que o método de abordagem, e não o conteúdo daquelas matérias cria dificuldades aos estudantes. Depoimentos de professores das diversas disciplinas de sistemas estruturais, concreto armado, estruturas de aço e madeira, confirmam o fato, quando afirmam não identificar deficiências expressivas de conhecimentos de física ou matemática em seus alunos. Procedimentos didáticos inaceitáveis verificam-se com surpreendente repetição nos cursos, quando se constata, por exemplo, a existência destas disciplinas - física e matemática - que sistematicamente reprovam 50% a 60% dos alunos, e que assim permanecem, semestre após semestre, sem que nenhuma providência seja tomada ou exigida.

Quanto à retenção, em decorrência da falta de condições de infra-estrutura e dificuldades nos horários, ela é disfarçada por um "pseudo" grau de exigência do curso, subentendido na reprovação, quando em verdade reflete a falta de condições de integralização, pela ausência de oferta de meios e condições adequados ao desempenho dos alunos e dos professores.

Todos os cursos são oferecidos em cinco anos. No entanto os dados demonstram que a média nacional de conclusão do curso dá-se em torno de seis a sete anos, ou seja, não há em realidade condições para integralizar o curso no tempo proposto no currículo pleno de cada curso. É fundamental impedir que cursos, que indicam prazos de cinco anos para integralização, apresentem como tempo médio de permanência dos alunos seis e sete anos, debitando o ônus da falta de condições de espaços, horários, equipamentos, professores, funcionários, títulos e periódicos, atividades de pesquisa e extensão e políticas de capacitação, no desempenho dos estudantes.

Curriculos excessivamente extensos, cargas horárias totais dos cursos que obrigam muitas vezes o estudante a matricular-se em disciplinas que ocupam freqüentemente patamares superiores a 40 horas-aula semanais, impedem um desenvolvimento adequado dos estudos e acabam por prolongar desnecessariamente a permanência dos alunos no curso.

A diferença entre o número de alunos que ingressam e aqueles que concluem o curso é expressiva, embora não tenha sido possível perceber os percentuais de retenção e evasão, uma vez que as Coordenações de Curso, na maior parte dos casos, não chegam a fazer o acompanhamento dos estudantes de forma sistematizada.

O reforço às Coordenações de Curso é imprescindível de maneira a garantir a integração das disciplinas da grade curricular e otimizar a carga de trabalhos passada aos alunos, contemplando equitativamente os diversos níveis do conhecimento essencial ao Arquiteto e Urbanista e culminando com o Trabalho Final de Graduação.

As direções dos cursos e suas mantenedoras devem refletir seriamente sobre o currículo que exigem seja cumprido e as condições de tempo, de espaço físico, de meios como laboratórios e bibliotecas, que oferecem aos estudantes para que possam integralizá-lo. A

etimologia da palavra responsabilidade nos ensina que *res* significa coisa e *sponsa*, casar. Portanto, é imprescindível casar com a coisa, ou seja assumir responsabilidade: diretor, dirige; chefe, chefia; coordenador, coordena; professores, alunos e funcionários produzem e, por fim, mantenedora, pública ou privada, mantém.

Um dos problemas fundamentais no quadro atual do ensino de Arquitetura e Urbanismo é a dissociação existente entre ensino de projeto e o ensino da arte de construir. A atividade de construção faz parte do "métier" do arquiteto, de suas atribuições legais e de sua história como profissão. Esta carência insere-se no contexto do fenômeno de "barateamento" dos cursos de Arquitetura e Urbanismo.

Existem matérias do Currículo que não devem ter seus conteúdos ministrados sem que se propiciem práticas experimentais aos estudantes. Esta necessidade está estreitamente relacionada com as próprias habilidades que devem ser desenvolvidas no curso. Os cursos de Arquitetura e Urbanismo, embora possam genericamente compartilhar certos espaços com outros cursos, necessitam de espaços qualificados, de uso exclusivo, a fim de que os estudantes possam desenvolver seus trabalhos de concepção, sem a interferência de atividades adversas ao curso. Dentre estes espaços está o Atelier (Sala) de Projetos, que não pode ser aceito como resumindo-se a uma sala com pranchetas de desenho, mas que deve ser um espaço de domínio do estudante, onde os temas em andamento possam ser objeto de exposição, de apresentação e de discussão de casos. Um espaço que proporcione estas condições não pode ser compartilhado por outros cursos.

Há consenso da desatualização e da carência de livros, documentos e periódicos disponíveis para os Cursos de Arquitetura e Urbanismo. Observou-se, também, que não há pessoal de apoio e condições físicas adequadas ao funcionamento das bibliotecas existentes. A existência de bibliotecas setoriais para a área de Arquitetura e Urbanismo foi considerada a mais apropriada, levando-se em conta sua especificidade, principalmente em relação ao acervo documental.

PRODUÇÃO ACADÊMICA

A inexpressividade, tantas vezes apontada, da produção - pesquisa e extensão na graduação de arquitetura e urbanismo - é também, em grande parte, expressão do fenômeno do barateamento. A desqualificação de um "saber" da Arquitetura e Urbanismo, próprio e intrínseco a ela, e que não é levado em conta pelos grupos de pesquisadores de áreas cujo "métier" é a própria pesquisa - grupos estes hegemônicos nas agências de fomento, e, em geral, nas próprias administrações centrais das respectivas IES - conforma um quadro de exclusão da pesquisa no campo da arquitetura e urbanismo de um conjunto de estudos considerados relevantes.

As dificuldades daí advindas vão desde recursos reduzidos para a área, passam pela desestruturação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e ainda, impedem a iniciação e formação de novos pesquisadores. Estas são barreiras muitas vezes intransponíveis para os grupos emergentes e, o mais grave, desobrigam as IES de empreender esforços sinceros para estimular a pesquisa: inclusive, disponibilizando investimentos para reverter o quadro de pouca produção.

A "impressão" difusa de que não é importante a pesquisa em Arquitetura e Urbanismo serve de alegação para que não sejam ofertados espaços, equipamentos, funcionários técnicos-administrativos, tempo remunerado, e outras condições essenciais ao desenvolvimento do trabalho de alunos e professores e às atividades de produção de novos conhecimentos através de pesquisas. Os mais prejudicados são os estudantes de Arquitetura e Urbanismo, pois lhes é retirada a possibilidade de educarem-se para aprender a resolver problemas num mundo em permanente e rápida mudança.

É necessário reafirmar o preceito constitucional da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão na graduação de arquitetura e urbanismo, entendida esta como uma atitude frente ao conhecimento e ao aprendizado. É preciso fazer as IES assumirem como sua a responsabilidade de oferecer condições de integralização de seus próprios currículos plenos, nos prazos por ela indicados.

Quando as Instituições de Ensino Superior - IES optam por, através de concursos, conseguir professores titulados como mestres ou doutores, relegam a segundo plano programas internos e condições de acesso de seus professores à capacitação docente. A falta de políticas institucionais internas que objetivem a educação continuada de seus professores dificulta a ampliação das oportunidades de pós-graduação, e por consequência prejudica a formação de novos mestres e doutores, desmotivando especialmente os docentes ainda não titulados.

Todas as instituições, públicas e privadas, estão exigindo titulação de seus professores. Ao mesmo tempo, constata-se que o número e as características dos cursos oferecidos não respondem às necessidades. Isto conduz à busca de titulação em áreas que nem sempre correspondem às aspirações do professor e menos ainda aos interesses e necessidades do próprio curso. Ao mesmo tempo cria, para os que obtêm a titulação, privilégios diferenciados. Há tratamento desigual com relação aos que conseguem se titular com afastamento e os que permanecem em atividade docente, penalizando os últimos. Nas IES públicas vão se formando castas diferenciadas pelo título, que muitas vezes, não assegura mérito; desconsidera-se portanto, a existência de docentes com mérito profissional, que não possuem títulos de pós-graduação. É o prestígio acadêmico que está em jogo. Já nas IES privadas, a perda do emprego é a ameaça mais constante. Um tempo, muitas vezes insuficiente, é dado ao professor para que este se titule em paralelo às suas atividades normais de ensino. Raras vezes os docentes conseguem licença de suas atividades, e frequentemente, quando a conseguem é sem remuneração.

Algumas iniciativas devem ser tomadas no sentido de facilitar ao professor a sua titulação; maior agilidade na criação de novos mestrados e doutorados específicos para a área, reconhecimento do trabalho projetual do arquiteto e urbanista como produção científica, acesso direto ao doutorado e tratamento diferenciado nos órgãos de fomento, porque específico da área.

A conjugação de esforços, em âmbito regional, para a organização de cursos com módulos itinerantes, integrando instituições universitárias que individualmente não teriam condições imediatas de os oferecer, privilegiaria regiões, que não contam com nenhum tipo de oferta de pós-graduação. No campo da educação continuada o estímulo deve ser dado à preparação didático-pedagógica de arquitetos-professores com o apoio da área de Educação, através de encontros locais, regionais e nacionais de Metodologia do Ensino Superior. Ao mesmo tempo, deve-se reunir esforços para ampliar a reflexão sobre a prática do ensino de Projeto de Arquitetura e Urbanismo e outras específicas da área.

No que se refere ao regime de trabalho, a pouca permanência na Escola é comum a todos os regimes. Uma das justificativas para pouca permanência de professores e alunos é a falta de condições físicas adequadas à produção do seu trabalho extra-classe. No entanto, observou-se também, que, na medida em que a permanência dos corpos docente e discente é descuidada, a reivindicação por melhores condições de trabalho é mínima, contribuindo para que as más condições se perpetuem.

Observa-se um sucateamento das instalações existentes, uma vez que os recursos de manutenção nem sempre são previstos no orçamento. Deverão ser priorizados recursos para reparo, atualização e implantação de recursos didáticos nas escolas. Com relação ao orçamento complementar da SESU, é importante que o ensino da Arquitetura e Urbanismo tenha prioridade em algumas atividades.

A CEAU considera relevante para a melhoria dos padrões de desempenho da área, a promoção de campanha de esclarecimento a respeito das necessidades, especificidades e características da especialidade, capaz de auxiliar na reversão do quadro de "barateamento" apontado.

REQUISITOS PARA ABERTURA E FUNCIONAMENTO

As Instituições de Ensino Superior de Graduação em Arquitetura e Urbanismo - públicas e privadas, universidades ou isoladas, deverão se pautar nos padrões de qualidade estabelecidos para a área. Abaixo se encontram descritos os requisitos básicos para abertura de novos cursos e funcionamento dos existentes.

Recursos Materiais

O curso deve dispor de meios suficientes e adequados para desenvolver e aplicar as diretrizes curriculares gerais e garantir a oferta do currículo pleno. Serão exigidos os recursos a seguir discriminados.

• Biblioteca

Acervo atualizado de no mínimo 3.000 títulos de arquitetura e urbanismo e de referência às matérias do curso, além de periódicos e legislação; significa dizer que os títulos devem ser adequados ao conteúdo programático do curso e deve haver suficiência do número de exemplares à demanda em um mesmo período letivo. É importante ainda constituir acervo documental, não só da produção do curso, como também de outros documentos úteis para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e extensão.

Mapas e slides devem estar disponíveis, considerando-se a importância da consulta ao acervo iconográfico para a formação do arquiteto e urbanista.

Recomenda-se a existência de bibliotecas setoriais.

• Laboratórios

Os laboratórios exigidos para a abertura e funcionamento dos cursos, de acordo com as configurações preconizadas, são os seguintes:

- **Laboratório de Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo.** obedecendo à relação dois alunos por máquina por turma, de maneira a permitir o cumprimento do conteúdo obrigatório previsto nas diretrizes curriculares e ainda disponibilidade horária para a utilização livre do corpo discente, com o objetivo de implementar a utilização do instrumental da informática no cotidiano do aprendizado.
- **Laboratório de Conforto Ambiental** que permita a utilização de modernos métodos de análise e a familiarização com equipamentos que possibilitem orientar o projeto, considerando as variáveis ambientais e sua ação sobre as construções e as cidades, e os processos físicos a elas associados, para garantir o desempenho necessário e esperado do ponto de vista da satisfação do usuário e da eficiência energética.
- **Laboratório de Tecnologia da Construção,** cujos equipamentos garantam em número e desempenho a verificação laboratorial de materiais e componentes construtivos especificados no projeto e empregados na obra; experimentação e ensaios tais como os relativos a técnicas construtivas; modelos de sistemas construtivos; patologias; equipamentos para rompimento de corpos de prova de concreto e argamassa, ensaio normalizado de agregados miúdos, ensaio não destrutivo do concreto, ensaio de tração. Estão incluídas as instalações e equipamentos prediais e a infra-estrutura urbana.

- **Laboratório de Fotografia, Vídeo e Audio-Visual** com equipamentos necessários à pesquisa e ensaio que subsidiam as atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão no campo da iconografia de arquitetura e urbanismo.
- **Salas de Projeto (atelier)**
Com pranchetas ou mesas equipadas com réguas paralelas de modo a garantir lugar para o trabalho de todos os alunos da turma reunidos no horário de aula; compressor e aerógrafos disponíveis para uso dos estudantes.
- **Oficina de Maquetes e Laboratório de Modelos**
Espaço equipado de maneira a permitir o trabalho de alunos na experimentação através de maquetes, mocapes e modelos, auxiliando todas as disciplinas no desenvolvimento dos trabalhos de curso. Número de equipamentos em função do número de usuários. Configuração de equipamentos a critério de cada curso
- **Salas para aulas teóricas**
As salas de aula devem ser em número e área suficientes para abrigar as atividades exigidas pelas propostas acadêmicas do curso. Devem estar disponíveis para uso, recursos e equipamentos que dêem suporte às atividades de professores e alunos.
- **Auditório e Sala de Projeção**
As atividades acadêmicas devem contar ainda com espaços destinados a auditório e equipamentos que permitam projeção de slides, filmes, vídeos, retroprojetores, telas para projeção, microfones.
- **Equipamentos Outros**
Equipamentos para topografia, com o uso de recursos de aerofotogrametria, topologia e foto-interpretação.

As normas de segurança e de manutenção de espaços e equipamentos devem ser observadas: incêndio, instalações elétricas, hidráulicas e hidro-sanitárias, de telefonia/fax, computadores e outras relativas a instalações e equipamentos especializados. Todos os espaços construídos devem ter insolação, iluminação artificial e aeração adequadas às necessidades humanas.

Corpo Docente

Quadro qualificado e em número suficiente para que seja respeitada a relação professor/aluno de:

a) aula teórica - 1:30

b) aula prática e de projeto - 1:15

Serão observadas as condições oferecidas pela instituição aos professores para sua educação continuada e para planos de carreira capazes de permitir a sua permanência, bem como a distribuição dos professores por disciplinas em conformidade com suas qualificações. As disciplinas de formação profissional devem ser oferecidas por profissionais habilitados na forma da lei (Lei 5194/66).

No "Roteiro para Avaliação de Proposta de Abertura de Cursos de Arquitetura e Urbanismo" estão explicitas as proporções exigidas para a titulação e formação profissional do corpo docente.

Currículo Pleno

O conjunto de atividades e disciplinas que um curso oferece aos alunos nele matriculados é denominado currículo pleno daquela instituição. O currículo pleno é composto pelo conjunto das matérias exigidas pelas diretrizes curriculares obrigatórias³ para todos os cursos, mais, o conjunto dos conteúdos que aquela determinada instituição deseja, dentro do seu projeto pedagógico, oferecer aos seus alunos.

O Currículo Mínimo deve ser metodologicamente trabalhado sob a forma de atividades, disciplinas, seminários, visitas e outras formas de implementação curricular. O Trabalho Final de Graduação não é uma disciplina, pois não se constitui em matéria a ser trabalhada pelos cursos, e sim em atividade exigida para a conclusão do curso e obtenção do diploma.

A dinâmica do processo de ensino-aprendizagem requer a utilização de múltiplas formas de apropriação do conhecimento, e não se limita à oferta de disciplinas ministradas na sala de aula. Há necessidade de buscar o conhecimento em sua fonte, com o envolvimento dos alunos nos processos construtivos, verificações laboratoriais, pesquisas bibliográficas, iconográficas e de campo, vivenciando os problemas a serem resolvidos a nível do projeto e do planejamento, e estimulando as atividades de pesquisa e extensão e a criatividade, de forma a garantir o desenvolvimento de metodologias consuetudinárias com a transformação do conhecimento no campo da construção do edifício e da cidade.

As áreas de estudo correspondentes às matérias de fundamentação e às matérias profissionais não guardam entre si qualquer exigência de precedência, e nem se constituem ciclo básico. As matérias de fundamentação constituem-se em conhecimentos fundamentais e integrativos de áreas correlatas; as matérias profissionais constituem-se em conhecimentos que caracterizam as atribuições e responsabilidades profissionais, de acordo com a regulamentação da profissão de arquiteto e urbanista.

Os conteúdos de matemática e física necessários ao aprendizado e à prática da Arquitetura e do Urbanismo, devem ser revistos e aprofundados, se necessário, nos programas relativos às matérias profissionais tais como conforto ambiental, sistemas estruturais, inclusive fundações, tecnologia da construção e do urbanismo e projeto.

O Trabalho Final de Graduação constitui atividade avaliativa das condições de qualificação para o exercício profissional; a ser realizado após a integralização do currículo pleno, para atender às diretrizes da Lei nº9131/95, e tratando as matérias do currículo mínimo (Portaria 1770/94), que geram as atribuições do arquiteto e urbanista e possibilitam a habilitação profissional (Lei 5194/66).

As visitas a obras fundamentais, a cidades e regiões e a conjuntos de arquitetura e urbanismo de caráter exemplar ou inovador, integram o currículo mínimo dos cursos de Arquitetura e Urbanismo. O tempo e os créditos destinados a esta atividade devem estar mencionados no currículo do curso e os relatórios críticos avaliados.

As matérias do currículo mínimo, que requerem espaços e equipamentos especializados, tais como tecnologia da construção, sistemas estruturais, conforto ambiental, projeto de arquitetura, de urbanismo e de paisagismo, topografia, informática aplicada à arquitetura e ao urbanismo.

³ "Ensino de Arquitetura e Urbanismo - Condições & Diretrizes". pgs 63 a 71.

têm como condição para a sua oferta a existência de laboratórios, maquetarias, salas de projeto, acervo bibliográfico, além de equipamentos a eles correspondentes.

Recomenda-se que os currículos plenos ao distribuir suas cargas horárias e número de créditos não ultrapassem o patamar de 24 hs por semana em qualquer período (semestral ou anual), a fim de que os alunos possam dispor de tempo livre para seus estudos. Aquelas instituições que mantiverem cargas horárias maiores do que 24h., devem expor as razões de tal fato e apresentar as condições de oferecimento e integralização de seus cursos. Sobrecargas maiores de 30h não serão admitidas.

A nomenclatura das matérias do currículo mínimo deve ser mantida na escrituração escolar, para efeito do cumprimento das diretrizes curriculares expressas na Portaria nº1770/94 e da Lei 5194/66; ou seja, o pleno deve registrar os conteúdos correspondentes às matérias do currículo exigido, com a mesma designação utilizada nas diretrizes curriculares.

A designação correta é: **Curso de Arquitetura e Urbanismo**. A habilitação é única (Lei 5194/66 , Parecer nº 384/69 CEF/MEC) em todo território nacional e o diploma correspondente é: **Arquiteto e Urbanista** (Parecer nº714/90 - CEF/MEC).

Atividades de Pesquisa e Extensão

Por serem indissociáveis da atividade de ensino, serão exigidos programas e projetos de pesquisa e extensão que envolvam alunos e professores do curso e relações de cooperação e intercâmbio com outros departamentos da instituição e de outras instituições, e com a sociedade.

Recomenda-se, ainda, visando apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, que sejam oferecidas oportunidades aos estudantes para participar de:

- escritórios modelo de projeto de arquitetura e urbanismo;
- canteiro de obras de arquitetura e urbanismo;
- núcleos ou laboratórios de habitação e habitat.

Pessoal Técnico-Administrativo

Os cursos devem ter funcionários em número e qualificação suficientes para dar suporte às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas. São imprescindíveis funcionários preparados para atuar em bibliotecas e laboratórios.

DIRETRIZES CURRICULARES E CONTEÚDO MÍNIMO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Para encaminhar a revisão do currículo mínimo do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, a CEAU coordenou no período de fevereiro de 93 a setembro de 94 um processo de reflexão e de avaliação baseado em exame aprofundado da problemática educacional na área.

Os trabalhos da CEAU durante o ano de 1993 tomaram por base, entre outros, os estudos em andamento na Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura - ABEA, notadamente dados e informações do Inventário dos Cursos, Escolas e Faculdades de Arquitetura e Urbanismo, realizado com o apoio do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA. Foram ainda considerados dados e informações do Conselho Federal de Educação - CFE, da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto - SESu/MEC, além de documentos de entidades profissionais de arquitetos, Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB e Federação Nacional de Arquitetos - FNA, e do Sistema de Fiscalização Profissional CREAs / CONFEA. A legislação e as questões enunciadas pelos estudantes de arquitetura e urbanismo através de sua Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura - FENEA, foram também analisadas, resultando em diagnóstico preliminar da área, apresentado no Relatório 1993 (CEAU - CEE / SESu / MEC).

Tendo em vista o quadro de ensino de arquitetura e urbanismo observado, a CEAU definiu como prioridade de ação para o ano de 1994, a realização de cinco Seminários Regionais (Natal, Cuiabá, Porto Alegre, Vitória e São Paulo) e um Seminário Nacional (Brasília) com o objetivo de promover discussão nacional sobre aperfeiçoamento de uma política nacional de educação do arquiteto e urbanista, que pudesse ter seus reflexos na qualidade de ensino, na produção científica e tecnológica e no mercado de trabalho, buscando sempre estimular a integração do sistema educacional com o desenvolvimento econômico e social.

Participaram deste processo vinte e duas Universidades Federais: Rio Grande do Norte, Pará, Brasília, Paraíba, Pernambuco, Santa Catarina, Piauí, Rio de Janeiro, Viçosa (MG), Fluminense, Mato Grosso, Pelotas (RS), Minas Gerais, Juiz de Fora (MG), Rio Grande do Sul, Ceará, Uberlândia (MG), Santa Maria (RS), Bahia, Paraná, Alagoas, Espírito Santo; cinco Estaduais e duas Municipais: Estadual de Tocantins, Estadual do Maranhão, USP - São Paulo, USP - São Carlos, Estadual Paulista - UNESP, Taubaté (SP), Regional de Blumenau (SC); quinze Universidades Privadas: da Amazônia (UNAMA), Luterana do Brasil - ULBRA/AM, Luterana do Brasil - ULBRA/RS, Univ. de Formação, Educação e Cultura - UNIFEC (S. Caetano/SP), Regional de Campanha (RS), São Judas Tadeu (SP), Paulista - UNIP (SP), Vale do Rio dos Sinos (RS), Católica de Goiás, Gama Filho (RJ), Mackenzie (SP), PUC - Paraná, PUC - Campinas, de Marília - UNIMAR (SP), de Guarulhos (SP); e nove Isoladas Privadas: Fac. Arquitetura e Urbanismo São José do Rio Preto (SP), Fac. Belas Artes (SP), Fund. Armando Álvares Penteado - FAAP (SP), Centro de Ensino Superior Plínio Mendes dos Santos - CESUP (MS), Sociedade de Educação Ritter dos Reis (RS), Sociedade Educacional da Grande Dourados - SOCIGRAN (MS), Faculdades Integradas Vale Paraibana (SP), União das Faculdades Francanas - UNIFRAN (SP), Faculdades Anhembí Morumbi - FAM (SP), num total de cinquenta e três instituições de ensino superior no conjunto das setenta e três que ofereciam em 1994 cursos de arquitetura e urbanismo. Envolveu mais de duzentos participantes entre dirigentes de cursos, direções de unidades, coordenadores de curso, chefes de departamentos e representações estudantis.

Os eventos contaram com a presença de reitores e pró-reitores; diretores de centros universitários; presidentes de Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; presidentes de departamentos do Instituto de Arquitetos do Brasil e de Sindicatos de Arquitetos.

Participaram ainda dos trabalhos o presidente da ABEA: o Coordenador e Vice Coordenador das Comissões de Especialistas de Ensino da SESU/MEC ; os presidentes da FENEA, do IAB-DN, da FNA e do CONFEA.

As questões relativas aos currículos, já em discussão na maioria dos cursos, enunciaram a necessidade da revisão do currículo mínimo em vigor. Das discussões ocorridas, a CEAU sistematizou as contribuições num primeiro documento apresentado ao Seminário Nacional (UnB - set/94), que foi analisado, debatido, e formalizado na proposta do novo currículo a seguir aprovado (Portaria 1770/94 - SESUMEC) .

TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO: EXAME DE QUALIFICAÇÃO

O Trabalho Final de Graduação é para os arquitetos e urbanistas, o mais apropriado exame dentre os "exames nacionais com base nos conteúdos mínimos estabelecidos para cada curso". Esta compreensão é unânime, tendo sido aprovada, durante o ano de 1995, no Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil - COSU.LAB/ Ouro Preto; no Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura - ENEA/ Santos; no Encontro Nacional de Sindicatos de Arquitetos - ENSA/Campo Grande e no Congresso Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura - CONABEA/ Brasília.

Foi a "cultura" profissional sobre avaliação que permitiu imaginar, bem ao feitio dos arquitetos e urbanistas, um trabalho ao final da graduação, capaz de permitir perceber a qualificação dos formandos para o futuro exercício profissional.

Aspectos da concepção adotada pelas diretrizes curriculares de dezembro de 94, já vinham sendo desenvolvidos pela maioria dos cursos, com sucesso, entre os vários segmentos das Instituições de Ensino Superior de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, permitindo constatar, além de resultados avaliáveis, a avaliação externa a estas instituições.

O Trabalho Final de Graduação é realizado individualmente, pelos alunos em fase de conclusão do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. É um trabalho que demonstra o domínio sobre os conhecimentos essenciais e a capacidade de resolver problemas de arquitetura e urbanismo. Um dos seus objetivos é avaliar previamente o domínio das competências - atividades e atribuições, para o exercício profissional e para a conseqüente responsabilidade técnica e social dele decorrente. Outro objetivo é avaliar o domínio dos conhecimentos necessários ao desempenho das atividades e ao exercício das atribuições que confere a habilitação profissional. Sendo, obrigatório para todos os formandos, e realizado com base em diretriz única e geral para todos os cursos e estudantes, é de carácter universal.

Permite ainda avaliar o desempenho do futuro profissional no que se refere ao seu "talento" - ou dom, como dizem alguns, ou criatividade como querem outros. Grande parte das profissões não tem em seu *métier* a exigência do *talento*, tão forte como ela existe na área e é considerada na avaliação. Não deve ser exarcebada em detrimento da avaliação do domínio de conhecimentos essenciais e da capacidade de resolver problemas, sem os quais não se exercita com responsabilidade técnica e social a profissão. O exercício ético da profissão deve ser visto como exigência de uma determinada criatividade, de uma estética, e de um saber técnico próprios - aos arquitetos e urbanistas, e que constituem a identidade disciplinar frente a si próprio, à sua categoria, e à sociedade à qual pertence.

Para realizar o Trabalho Final de Graduação o formando conta obrigatoriamente com a orientação de professor arquiteto e urbanista, por ele escolhido dentre os seus professores ao longo do curso. Esta concepção de orientação em muito se inspira na idéia do atelier - mestres e aprendizes juntos trabalhando, tão cara aos arquitetos e urbanistas.

O outro aspecto considerado é a defesa deste trabalho junto a uma banca com participação externa à instituição à qual o aluno e orientador pertencem, o que permite envolver e comprometer o corpo docente na avaliação, trazendo profissionais, seus pares, para avaliar o que se está desenvolvendo naquele curso. Além de que é necessário também considerar, neste

momento da avaliação, o envolvimento e a contribuição da instituição na preparação não só daquele aluno, mas também no trabalho que está ali sendo avaliado.

A proposta apresentada pela área de Arquitetura e Urbanismo, para o exame nacional previsto em lei, valoriza a conclusão do curso, fazendo dele um momento de comprovação - um rito de passagem da fase de aprendiz à fase de profissional.

Currículos Mínimos Oficiais

Currículo Mínimo de Arquitetura

Parecer n.º 384/69

Comissão Especial.

I – Introdução

1.A Arquitetura cresce em importância, quer por sua projeção social, quer pela crescente ampliação de seu campo. É, ao mesmo tempo, investigação do meio, planejamento e filosofia de vida. É integração das comunidades, no desenvolvimento, no bem-estar público. É, coroando esses objetivos, arte na mais alta acepção da palavra: aquela que busca associar a forma, no máximo de pureza, à vida, no máximo de fluência. Representa um dos mais complexos exemplos de reatividade.

2.Ao mesmo tempo que mantém sua Condição de atender ao *homem* em suas exigências de sobrevivência, trabalho e recreação, tende a tornar-se uma arte para o povo, respondendo às solicitações da comunidade, mediante soluções coletivas. Tanto se seduz pela beleza de seus projetos, como pela minoração da miséria e da falta de conforto. Não só o Centro Urbano a fascina, como a coordenação dos subúrbios, das cidades satélites e do meio rural. As favelas constituem o dramático desafio à arquitetura, clamando por fórmulas que possibilitem residências populares, não pautadas pela fatalidade dos mínimos ou submínimos, mas inspiradas na ambientação artística que, longe do luxo e do supérfluo, faz de qualquer sítio ou objeto alguma coisa de significação estática, o que representa calor humano.

3. *Forma* não significa – como nos tempos dos “estilos históricos” ou “nacionais” – um ponto de partida, a que se ajustariam (ou não ajustariam) o material e a função. Ela é antecedente e conseqüente: preside à formulação em atendimento aos requisitos funcionais e aos elementos construtivos. Tudo se funde na forma, a qual, porém, continua a ser a preocupação do arquiteto, tão simples e natural como se não existisse em si mesma. Pesquisa e análise da composição da forma ao longo do caprichoso processo plástico, envolvido no problema espacial, constituem a Plástica propriamente dita, tão fecunda à Arquitetura e à indústria, conduzindo ao estudo da fenomenologia da forma, nos domínios afins da psicologia.

4.Os materiais de tal forma se inovaram e passaram a oferecer inéditas aplicações que liberaram as soluções das *fórmulas acadêmicas* para a *forma livre*: o aço, o vidro, o alumínio, o concreto, o estuque, o plástico emprestam fluidez e leveza até então desconhecidas e convidam o arquiteto ao ímpeto da forma nova, ou seja, ao estímulo ilimitado da criatividade. Em torno a cada qual, os sistemas estruturais ou construtivos abrem

caminhos plurais à imaginação do artista. Nunca houve tanto estímulo nem tão largo campo de opções. Os ritmos se desenvolvem ao longe dos materiais e dos sistemas.

5.O programa, apresentado ao arquiteto, tem sua origem numa concepção de vida e de convívio, de função e de eficiência. No plano de estudos sociais, condiciona aos imperativos do meio a solução dos programas. De ponto em ponto alarga-se a esfera do arquiteto: a casa, o bairro, a cidade, os arredores, as vias de comunicação, e região, o país. Noutro sentido: o prédio, os interiores, os móveis, os objetos, o parque industrial. Tudo isso exige forma e planejamento. Tudo isso pode ser arte. Tudo isso deve ser arte. Tudo isso integrará um sistema de vida buscado na unidade, na variedade, na harmonia e nos ritmos.

6.Somente dentro dessas condições é que o arquiteto pode compor e projetar. Não atingindo a verdade desses argumentos, ele apenas produzirá a impostura de soluções falsas, de repetições superadas, de pastiches inexpressivos, senão mesmo irritantes. Composição e Planejamento resultam da soma de quantos aspectos foram acima aflorados. Haverá uma teoria geral a serviço de qualquer caso, mas a civilização contemporânea apresenta *programas específicos* no anseio de que uma nova Arquitetura corresponda ao mundo novo que se projeta diante de nós.

7.Os programas específicos como escolas e hospitais, estádios e teatros, parques recreativos, feiras e stands, hotéis e apartamentos, residências populares, subúrbios, cidades industriais e cidades satélites, integram o campo de atividade do arquiteto, mas podem também constituir especializações a desenvolverem em seguimento ao curso de graduação.

II – Currículo

8. O currículo *mínimo atual*, nos termos do parecer n.º 336, de 1962, está constituído das seguintes matérias:

1. Cálculo;
2. Física Aplicada;
3. Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções;
4. Desenho e Plástica;
5. Geometria Descritiva;
6. Materiais de Construção;
7. Técnica de Construção;
8. História da Arquitetura e da Arte;
9. Teoria da Arquitetura;
10. Estudos Sociais e Econômicos;
11. Sistemas Estruturais;
12. Legislação, Prática Profissional e Deontologia;
13. Evolução Urbana;

14. Composição Arquitetônica, de Interiores e Exteriores;
15. Planejamento

9. O currículo, ora oferecido pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, soma 290 disciplinas, das quais as principais, em quatro semestres. Outras sugestões da mesma fonte chegam posteriormente. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizou Seminários para o mesmo fim, preconizando no ciclo básico: I – Estudo do Desenvolvimento Brasileiro. II – Estudos de Arte. III – Estudos Técnicos. IV – Prática de Atelier. Seguem-se um ciclo profissional para Arquitetura e outro para Urbanismo. Exigem-se estágios e trabalho de diplomação. Foram ouvidos os Cons.º. Flávio Suplicy de Lacerda e T.D. de Souza Santos.

10. O currículo mínimo, cujo desenvolvimento fica a critério das escolas, deve condensar o essencial, em associação de áreas de estudos, que virão a ser atendidas, globalmente ou desdobradas, segundo a organização adotada em cada Escola. A critério desta e não como paralelismo do currículo mínimo é que serão distribuídos os professores, atendendo-se tão somente ao critério da concentração, preconizada na Lei n.º 5.540, de 1968.

11. Mais importante que a enumeração do *currículo mínimo* é o ajustamento das matérias ao espírito preconizado na introdução deste parecer.

III – Conclusões do Relator

Ante as considerações formuladas, o currículo mínimo deve compreender as seguintes áreas de estudos e atividades, assim agrupadas:

a) *Matérias Básicas*

1. Estética; História das Belas Artes e especialmente História da Arquitetura; Artes no Brasil;
2. Plástica;
3. Desenho e outros meios de expressão;
4. Matemática;
5. Física;
6. Estudos Sociais; Desenvolvimento Econômico, Social e Político do Brasil; Problemas correlatos em Arquitetura e Urbanismo e Comunicação em massa.

b) *Matérias Profissionais*

1. Teoria da Arquitetura; Arquitetura Brasileira;
2. Resistência dos Materiais;
3. Materiais de Construção e Técnicas de Construção;
4. Sistemas Estruturais;
5. Instalações;

6. Higiene de Habitação;

7. Planejamento.

Observações

- I) Estética é a disciplina comum dos currículos de arte. Seu estudo está em conexão com a história das artes do setor correspondente e dará tratamento especial às manifestações ocorridas no Brasil.
- II) O estudo da Plástica compreenderá a pesquisa, as possibilidades da criação e a psicologia de suas soluções.
- III) O estudo do Desenho Artístico e de outros meios de expressão abrangerá todas as modalidades cabíveis e úteis, inclusive o desenho para arquitetura e projetos industriais.
- IV) O estudo de Matemática e de Desenho desdobrar-se-á em cálculo, estática, geometria descritiva e suas aplicações.
- V) Os Estudos Sociais visarão à análise do desenvolvimento brasileiro e aos problemas econômicos, sociais e políticos relacionados com arquitetura e urbanismo, bem como organização específica. Sob o ponto de vista ecológico, a análise da natureza e da comunidade visará à integração dos estudos e projetos no ambiente físico e cultural.
- VI) A Teoria da Arquitetura completar-se-á com o estudo objetivo da Arquitetura Brasileira.
- VII) Materiais e Técnicas de Construção conjugarão a análise dos materiais, especialmente os de uso mais moderno, com as técnicas de sua atualização.
- VIII) Instalações envolverão todas as instalações essenciais à Arquitetura, como as elétricas, hidráulicas e de outras modalidades.
- IX) Estruturas compreenderão o concreto e outras modalidades.
- X) A Higiene da Habitação utilizar-se-á da física e outras ciências, para a solução de problemas como os de instalação, ventilação, iluminação natural, umidade, isolamento acústico, conforto térmico e outros.
- XI) O Planejamento constituirá a atividade criativa aplicada, quer quanto à arquitetura das habitações e edifícios em geral, quer quanto à projetos de objetos (arquitetura interior), quer quanto a cidades e regiões (planejamento urbano e regional). Programas específicos objetivarão problemas de maior interesse social: escolas e hospitais, estádios e teatros, clubes e parques recreativos, residências populares, subúrbios, cidades industriais e cidades satélites, e outros reclamados pela comunidade e pelo desenvolvimento, atendendo-se às preferências dos alunos e às possibilidades das escolas.
- XII) A organização de currículo pleno atribuirá as áreas didáticas de cada professor, admitindo o desdobramento das matérias do currículo mínimo, bem como os acréscimos que a escola julgar necessários. Os estudos de urbanismo continuarão em cursos de pós-graduação.

- XIII) Os cursos promoverão estágios de seus alunos em escritórios de Arquitetura credenciados, em serviços públicos e em indústrias, bem como empreenderão excursões, com a obrigação de relatório crítico, a certas obras fundamentais, a cidades históricas e a cidades e regiões que ofereçam soluções novas.
- XIV) Considerando a natureza das atividades de atelier, que demandam continuidade e disponibilidade generosa de tempo, a duração mínima não poderá ser inferior à 3600 horas para atendimento do *mínimo curricular* – duração a ser ampliada quando novos encargos o justificarem na formulação de currículo pleno. A concentração não poderá ser alcançada em menos de quatro anos, em virtude da sedimentação de conhecimentos e práticas que a profissão reclama. Nem a duração deve ser diluída por número excessivo de anos, de vez que se impõe a formação de uma consciência profissional, alicerçada nos exercícios práticos e nas atividades criativas.

IV – Conclusão do Parecer

É o 4º Grupo de opinião que as conclusões do Relator devem ser consideradas como as conclusões do Presente Parecer.

Sala das Sessões, 6 de maio de 1969

- a) Clóvis Salgado – Coordenador
Celso Kelly – Relator
Celso Cunha
José Borges dos Santos

Currículo Mínimo

Do Curso de Arquitetura

Art. 26 da Lei nº 5.540, de 28/11/68

Fixa os Mínimos de Conteúdo e Duração a Serem Observados na Organização dos Cursos de Arquitetura.

O Conselho Federal de Educação, na forma do que dispõem os artigos 26 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e tendo em vista as conclusões do parecer nº 384/69, que a este se incorpora, homologado pelo Sr. Ministro de Estado da Educação e Cultura:

Resolve

Art. 1º - O currículo mínimo do Curso de Arquitetura e Urbanismo compreende as seguintes matérias:

a) Matérias Básicas:

1. Estética e História das Artes e, especialmente Arquitetura;
2. Matemática;
3. Física;
4. Estudos Sociais;
5. Desenho e outros meios de expressão;
6. Plástica.

b) Matérias Profissionais:

1. Teoria da Arquitetura; Arquitetura Brasileira;
2. Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções;
3. Materiais de construção, detalhes e técnicas de construção;
4. Sistemas Estruturais;
5. Instalações e Equipamentos;
6. Higiene da Habitação;
7. Planejamento Arquitetônico.

1º - Estética é a disciplina comum aos currículos de arte. Seu estudo está em conexão com a história das artes do setor correspondente e dará tratamento especial às manifestações ocorridas no Brasil

2º - O Estudo de Plástica compreende a pesquisa da forma, as possibilidades da criação, e a psicologia de suas soluções.

3º - A matemática e o Desenho compreendem cálculo, estética, geometria descritiva e suas aplicações.

4º - O estudo do Desenho abrange todas as modalidades expressivas cabíveis. Modelagem e outros meios de expressão completam as áreas de estudos do Desenho e da Plástica.

Comissão Central de Revisão dos Currículos

Parecer

A comissão Central de Revisão dos Currículos, tendo examinado o projeto anexo de currículo mínimo de Arquitetura e respectiva duração apresentado pelo 4º Grupo correspondente, e relatado pelo Consº Celso Kelly, é de Parecer que o projeto atende às exigências técnicas e às normas fixadas por este Conselho para regular a matéria, recomendando sua aprovação pelo Plenário.

Sala das Sessões, 6 de maio de 1969

a) Newton Sucupira – Presidente da Comissão

Clóvis Salgado – Coordenador do 4º Grupo

Henrique Dodsworth – Coordenador da 3ª Comissão

Roberto Santos

Normas sobre Aplicação dos Novos Currículos Mínimos

Parecer nº 85/70, C.E.Su., aprovado em 2-fevereiro-1970.

Com o objetivo de instruir os estabelecimentos de ensino sobre a aplicação dos novos currículos mínimos fixados pelo Conselho Federal de Educação, a Câmara de Ensino Superior propõe à aprovação do Plenário as seguintes normas curriculares:

1. O currículo mínimo é o núcleo de matérias fixado pelo Conselho Federal de Educação, na forma do Art.26 da Lei nº 5.540, de 28-11-1968, considerado o mínimo indispensável para uma adequada formação profissional.
2. O currículo mínimo poderá ser uno, constituído de uma relação de matérias obrigatórias para todos os casos, ou admitir diversificações abrangendo nesta última hipótese uma parte fixa, comum para todas as escolas e alunos, e outra variável constante de uma lista de matérias, das quais os estabelecimentos escolherão tantas quantas forem determinadas pelo C.F.E.
3. O currículo mínimo será a matéria prima a ser trabalhada pelo estabelecimento na organização do currículo do curso, podendo ser complementado com outras matérias para atender à exigência de uma programação específica, a peculiaridades regionais e a diferenças individuais dos alunos. A complementação deverá obedecer aos princípios de flexibilidade e sobriedade e guardar relação com a natureza e objetivos do curso, evitando-se os currículos enciclopédicos.
4. A matéria do currículo mínimo, comum aos cursos agrupados na mesma área de conhecimentos, na forma da indicação nº 8/68, deverá, por sua natureza ser incluída entre as matérias do primeiro ciclo.
5. Para todos os efeitos de conteúdo e duração, o primeiro ciclo ficará incorporado ao currículo do curso de graduação profissional.
6. Na organização dos cursos deverá ser mantida a nomenclatura do currículo mínimo, admitindo-se, no entanto, que a denominação geral de uma matéria venha a ser explicitada em disciplinas.
7. Aos estabelecimentos é lícito desdobrar as matérias do currículo mínimo em disciplinas anuais ou semestrais ou, ainda, em períodos letivos especiais a serem definidos no regimento.
8. A duração dos cursos expressa em horas-aula é fixada em termos de duração mínima, com observância dos limites máximos e mínimos de execução dos cursos, estabelecidos pelo C.F.E.

9. Os currículos mínimos, uma vez homologados pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura e publicados, entrarão em vigor imediatamente no ano letivo a iniciar-se para os alunos matriculados no primeiro ano dos cursos.

Na hipótese de fácil adaptação e a juízo dos estabelecimentos, a execução do novo currículo mínimo poderá estender-se aos outros anos ou a todo curso. Nestes casos o princípio a ser observado é que a aplicação do novo currículo mínimo deverá ser feita de modo a não acarretar descontinuidade ou prejuízo para a formação profissional dos alunos que faziam o curso no regime do currículo anterior.

S.S., em 2 de fevereiro de 1970.

(aa) *Newton Sucupira*, Presidente e relator – *Rubens Maciel*, *Alberto Deodato* – *Clóvis Salgado* – *Antonio M. Filho* – *José Milano* – *Mariano da Rocha* – *Alaor de Queiroz Araújo* – *Nair Fortes Abu-Merhy*, com restrições quanto ao item 6.

Cursos de Arquitetura e Urbanismo

Diretrizes curriculares Gerais

Portaria nº 1.770 – MEC, de 21 Dezembro de 1994

O **MINISTRO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 4º da Medida Provisória nº 765, de 16 de dezembro de 1994, e considerando as recomendações dos Seminários Regionais e Nacional dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo, e da Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Educação Superior deste Ministério, resolve:

Art. 1º - Fixar as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Art. 2º - O conteúdo mínimo do Curso de Arquitetura e Urbanismo divide-se em três partes interdependentes:

I) **Matérias de Fundamentação**, constituindo-se em conhecimentos fundamentais e integrativos de áreas correlatas;

II) **Matérias Profissionais**, constituindo-se em conhecimentos que caracterizam as atribuições e responsabilidades profissionais;

III) **Trabalho Final de Graduação**.

Parágrafo único – As áreas de estudo correspondentes às matérias de fundamentação e às matérias profissionais não guardam entre si qualquer exigência de precedência.

Art. 3º - São matérias de Fundamentação:

- Estética, História das Artes.
- Estudos Sociais e Ambientais.
- Desenho.

1º - O estudo de Estética está em conexão com o da História das Artes e dará ênfase às manifestações ocorridas no Brasil.

2º - Os Estudos Sociais e Ambientais objetivam analisar o desenvolvimento econômico, social e político do País, nos aspectos vinculados à Arquitetura e Urbanismo, e despertar a atenção crítica para as questões ambientais.

3º - O estudo do Desenho abrange, além das geometrias e suas aplicações, todas as modalidades expressivas como modelagem, plástica e outros meios de expressão e representação.

Art. 4º - São Matérias Profissionais:

- História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo.
- Técnicas Retrospectivas.
- Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo.
- Tecnologia da Construção.
- Sistemas Estruturais.
- Conforto Ambiental.
- Topografia.
- Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo.
- Planejamento Urbano e Regional.

1º - O estudo da História e da Teoria de Arquitetura e Urbanismo envolve o contexto histórico da produção da arquitetura e do urbanismo, abrangendo os aspectos de fundamentação conceitual e metodológica.

2º - O estudo das Técnicas Retrospectivas inclui a conservação, restauro, reestruturação e reconstrução de edifícios e conjuntos urbanos.

3º - O Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo constitui a atividade criadora, referente à arquitetura das habitações e edifícios em geral, bem como a projetos de objetos, paisagens, cidades e regiões. Os temas abordarão problemas de maior interesse social, mediante atenção crítica às necessidades sociais.

4º - Na Tecnologia da Construção incluem-se os estudos relativos aos materiais e técnicas construtivas, instalações e equipamentos prediais e a infra-estrutura urbana.

5º - Os Sistemas Estruturais consideram, além do que lhe é peculiar, o estudo da resistência dos materiais, estabilidade das construções e do projeto estrutural, utilizando o instrumental da matemática e da física.

6º - Em Conforto Ambiental está compreendido o estudo das condições térmicas, acústicas, lumínicas e energéticas e os fenômenos físicos a elas associados, como um dos condicionantes da forma e da organização do espaço.

7º - A matéria Topografia consiste no estudo da topografia propriamente dita, com o uso de recursos de aerofotogrametria, topologia e foto-interpretção, aplicados à arquitetura e urbanismo.

8º - O estudo da Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo abrange os sistemas de tratamento da informação e representação do objeto aplicados à arquitetura e urbanismo, implementando a utilização do instrumental da informática no cotidiano do aprendizado.

9º - O Planejamento Urbano e Regional constitui a atividade de estudos, análises e intervenções no espaço urbano, metropolitano e regional.

Art. 5º - As matérias profissionais de Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo, Tecnologia da Construção, Sistemas Estruturais, Conforto Ambiental, Topografia, Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo, que requerem espaço e equipamentos especializados, têm como exigência, para sua oferta, a utilização de laboratórios, maquetarias, salas de projeto, além dos equipamentos correspondentes.

Art. 6º - Será exigido um Trabalho Final de Graduação objetivando avaliar as condições de qualificação do formando para acesso ao exercício profissional. Constitui-se em trabalho individual, de livre escolha do aluno, relacionado com as atribuições profissionais, a ser realizado ao final do curso e após a integralização das matérias do currículo mínimo. Será desenvolvido com o apoio de professor orientador escolhido pelo estudante entre os professores arquitetos e urbanistas dos departamentos do curso e submetido a uma banca de avaliação com participação externa à Instituição à qual estudante e orientador pertencam.

Art. 7º - Cada curso manterá um acervo bibliográfico atualizado de, no mínimo, 3.000 títulos de obras de arquitetura e urbanismo e de referência às matérias do curso, além de periódicos e legislação.

Art. 8º - Os cursos deverão empreender visitas a obras fundamentais, a cidades e conjuntos históricos e a cidades e regiões que ofereçam soluções novas, com exigência de apresentação de relatório crítico por parte dos alunos.

Art. 9º - A carga horária do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo será de 3.600 horas, exclusivamente destinadas ao desenvolvimento do conteúdo fixado no currículo mínimo de 5 e máximo de 9 anos.

Art. 10º - No prazo de dois anos a contar desta data, os cursos de Arquitetura e Urbanismo já existentes, proverão os meios necessários ao integral cumprimento desta Portaria.

Art. 11º - Os mínimos de conteúdo e duração fixados por esta Portaria serão obrigatórios para os alunos que ingressarem em 1996, podendo as instituições que assim o desejarem, aplicá-los imediatamente.

Art. 12º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução de nº 3/69 do extinto Conselho Federal de Educação.

Murílio de Avelar Hingel

Grade Curricular FAP/FAAP 1994/95/96/97



FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO
FACULDADE DE ARTES PLÁSTICAS

Rua Alagoas, 903 - Fone: 824-0233 - Ramal 1209 - CEP 01242-001 - São Paulo
Reconhecida pelos Decretos nº 70.956 de 9/8/72 - Parecer 679/72 do C.F.E. e
78.055 de 15/7/76 - Parecer 1187/76 do C.F.E.

HISTÓRICO ESCOLAR
CURSO ARQUITETURA - URBANISMO

Curso Reconhecido pela Portaria Ministerial nº 1.386, de 10/11/95
Publicado no D.O.U. de 13/11/95, seção 01, pág. 18.101

Nome do Aluno: _____ Nº _____
Data e local de nascimento: _____
Nacionalidade: _____ R.G. _____
Documento Militar nº _____ Série: _____ R.M. _____
Título de Eleitor nº _____ Zona: _____ Sessão: _____
DATA DO CONCURSO VESTIBULAR: _____ Média: _____

DISCIPLINAS	NOTA	CARGA HORÁRIA Semanal / Semestral
1º SEMESTRE		
Educação Física		
Estética e História da Arte I	2	30
Estudo de Problemas Brasileiros I / FECH I (Or. Prof.)	4	60
Formas de Expressão e Comunicação Artística I	2	30
Fundamentos da Expressão e Comunicação Humana I	6	90
Meios de Representação Bidimensional I	4	60
Plástica I (Metodologia Visual)	4	60
	6	90
2º SEMESTRE		
Educação Física II		
Estética e História da Arte II	2	30
Estudo de Problemas Brasileiros II / FECH II (Met. Orient.)	4	60
Formas de Expressão e Comunicação Artística II	2	30
Fundamentos da Expressão e Comunicação Humana II	6	90
Meios de Representação Bidimensional II	4	60
Plástica II (Metodologia Visual)	4	60
	6	90
3º SEMESTRE		
Desenho Técnico I		
Estatística Matemática I	4	60
Física I	3	45
Higiene de Habitação I	3	45
História da Arquitetura I	3	45
Introdução a Computação I (Informática)	2	30
Planejamento Arquitetônico I	6	90
Planejamento Urbano I	3	45
Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções I	3	45
Teoria da Arquitetura I	3	45
	2	30
4º SEMESTRE		
Desenho Técnico II		
Estatística e Matemática II	4	60
Física II	3	45
Higiene de Habitação II	3	45
História da Arquitetura II	3	45
Introdução a Computação II (Informática)	2	30
Planejamento Arquitetônico II	6	90
Planejamento Urbano II	3	45
Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções II	3	45
Teoria da Arquitetura II	3	45
	2	30

FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO
FACULDADE DE ARTES PLÁSTICAS

(Continuação) Nome do Aluno: _____

5º SEMESTRE

Arquitetura no Brasil I	2	30
Estruturas Metal e Madeira I	3	45
Instalações Elétricas I	3	45
Instalações Hidráulicas I	3	45
Introdução a Computação III	4	60
Materiais e Técnicas de Construção I	3	45
Planejamento Arquitetônico III	4	60
Planejamento Urbano III	4	60
Topografia I	3	45

6º SEMESTRE

Arquitetura no Brasil II	2	30
Estruturas Metal e Madeira II	3	45
Instalações Elétricas II	3	45
Instalações Hidráulicas II	3	45
Materiais e Técnicas de Construção II	3	45
Planejamento Arquitetônico IV	4	60
Planejamento Urbano IV	4	60
Topografia II	3	45
Engenharia de Trânsito I	4	60

7º SEMESTRE

Arquitetura de Exteriores I	3	45
Arquitetura de Interiores I	3	45
Concreto Armado I	3	45
Estágios I (Arquitetura)	2	30
Engenharia de Trânsito II	4	60
Higiene e Saneamento I	3	45
Mecânica de Solos I	2	30
Planejamento Arquitetônico V	4	60
Planejamento Urbano V	4	60
Sistemas de Construção I	3	45

8º SEMESTRE

Arquitetura de Exteriores II	3	45
Arquitetura de Interiores II	3	45
Concreto Armado II	2	30
Estágios II (Arquitetura)	2	30
Higiene e Saneamento II	3	45
Mecânica de Solos II	2	30
Planejamento Arquitetônico VI	4	60
Planejamento Urbano VI	4	60
Sistemas de Construção II	2	30

9º SEMESTRE

Assessoria Tese de Graduação I	4	60
Estudos Sociais Econômicos I	4	60
Legislação e Normas I	2	30
Organização e Administração I	2	30
Planejamento Arquitetônico VII	6	90
Planejamento Urbano VII	4	60
Sistemas Estruturais I	2	30

10º SEMESTRE

Assessoria Tese de Graduação II	4	60
Estudos Sócio Econômicos II	2	30
Legislação e Normas II	2	30
Organização e Administração II	2	30
Planejamento Arquitetônico VIII	6	90
Planejamento Urbano VIII	4	60
Sistemas Estruturais II	4	60

TOTAL GERAL CARGA HORÁRIA 4.230

Colação de Grau em:

Expedição do Diploma em:

São Paulo,

de

de 199

Diretor

Secretário

FAP/FAAP Curso de Arquitetura 2000

Editais SESu nº 4/97 MEC
Documento: Aos Cursos de Arquitetura e Urbanismo

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

Secretaria de Educação Superior

EXTRATO DE CONVÊNIO

ESPECIE: CONVÊNIO N.º 212/97

CONVENIENTES: Ministério da Educação e do Desporto, por intermédio da Secretaria de Educação Superior - SESu, C.G.C. n.º 00.394.445/0074-59 e a) UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, C.G.C. n.º 13.891.243/0001-36.

OBJETIVO: Transferência de recursos destinados a Recuperação e ampliação de acervos bibliográficos destinados ao ensino de graduação nas IES.

CREDITO ORÇAMENTÁRIO: Projeto(s): 00.844.0205.1085.0005 - Instrumental para Ensino e Pesquisa Elementos de Despesa: 4530.52 - Equipamentos e Material Permanente

NOTA DE CREDITO/EMPENHO: 475C000825, de 10 de dezembro de 1997, no(s) valor(es) de R\$ 45.372,00 (quarenta e cinco mil trezentos e setenta e dois reais).

VIGÊNCIA: O presente Convênio vigorará a partir da data da sua publicação até o dia 30 de setembro de 1998.

DATA E ASSINATURA: Em 10 de dezembro de 1997 - ABILIO AFRONSO BASTA NEVES, C.P.F. n.º 097.419.090-74, pela Secretaria de Educação Superior - SESu e REITOR RAIMUNDO ZUMBICK, C.P.F. n.º 288.859.889-20, pelo(a) UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

25. n.º 204/97)

EDITAL Nº 4, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997

O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO - MEC, por intermédio da Secretaria de Educação Superior - SESu, torna público e convoca as Instituições de Ensino Superior a apresentar propostas para as novas Diretrizes Curriculares dos cursos superiores, que serão elaboradas pelas Comissões de Especialistas da SESu/MEC.

OBJETIVO GERAL DA CHAMADA

A discussão sobre as novas Diretrizes Curriculares dos cursos superiores atende ao inciso II do artigo 53 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), e se coaduna com o disposto na Lei n.º 9.131, de 24 de novembro de 1995, que determina como atribuição da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação a deliberação sobre as Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação propostas pela SESu/MEC com o auxílio das Comissões de Especialistas. De mesma forma, tal discussão integra as Diretrizes Curriculares com a realização das avaliações de cursos de graduação, conforme o disposto no inciso II do artigo 4 do Decreto 2.206, de 10 de outubro de 1996, bem como no artigo 14 do Decreto 2.206 de 19 de agosto de 1997.

INFORMAÇÕES BÁSICAS

1. Orientação Geral para a Organização das Diretrizes Curriculares

As Diretrizes Curriculares têm por objetivo servir de referência para as IES na organização de seus programas de formação, permitindo uma flexibilidade na construção dos currículos piores e privilegiando a indicação de áreas do conhecimento a serem consideradas, ao invés de estabelecer disciplinas e cargas horárias definidas. As Diretrizes Curriculares devem contemplar ainda a demonstração de diferentes formações e habilitações para cada área do conhecimento, explicitando os objetivos e demandas existentes na sociedade. Com o objetivo de definir esta conceitualização sobre as Diretrizes Curriculares, a SESu/MEC propõe as seguintes orientações básicas:

Perfil desejado do formando

As Diretrizes Curriculares devem possibilitar às IES definir diferentes perfis profissionais para cada área de conhecimento, permitindo uma flexibilidade de cursos e carreiras e promovendo a integração do ensino de graduação com a pós-graduação. Nesse sentido, as IES devem contemplar no perfil de seus formandos as competências essenciais que refletem a heterogeneidade das demandas sociais em relação a profissionais de alto nível, consoante à inovação presente no inciso II do artigo 43 da LDB, que define como papel da educação superior o de "formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais".

Competências e habilidades desejadas

As Diretrizes Curriculares devem conferir uma maior autonomia às IES na definição dos currículos de seus cursos. Desta forma, ao invés de um sistema de currículos mínimos, onde são detalhadas as disciplinas que devem compor cada curso, deve-se propor linhas gerais capazes de definir quais as competências e habilidades que se deseja desenvolver nos mesmos. Espera-se, assim, a organização de um modelo capaz de adaptar-se às distintas condições de perfil profissional exigido pela sociedade, onde a graduação passa a ter um papel de formação inicial no processo contínuo de educação permanente que se insere no mundo do trabalho.

Conteúdos curriculares

As Diretrizes Curriculares serão uma referência para as IES definirem seus currículos piores, em termos de conteúdos básicos e conteúdos profissionais essenciais para o desenvolvimento de competências e habilidades requeridas para os egressos da área/cursos. Estes conteúdos devem ser definidos nas Diretrizes Curriculares a partir das necessidades de formação de recursos humanos de cada área de conhecimento, de acordo com a especificidade de cada IES, e justificando-se a importância de tais conteúdos em relação aos objetivos definidos na formação de diplomados em cada área. A presença de conteúdos essenciais garante uma uniformidade básica para os cursos oferecidos, porém, as Diretrizes Curriculares devem garantir que as IES tenham liberdade para definir livremente pelo menos metade da carga horária mínima necessária para a obtenção do diploma, de acordo com suas especificidades de oferta de cursos.

Duração dos cursos

Deve ser estabelecida uma duração mínima para qualquer curso de graduação, obrigatória para todas as IES, a partir do qual cada IES terá autonomia para fixar a duração total de seus cursos. A questão do tempo máximo para a integralização do curso deve ser pensada em termos de percentuais, acima de um acréscimo de até 50% sobre a duração do mesmo em cada IES.

Estruturação modular dos cursos

As Diretrizes Curriculares devem servir também para a otimização da estruturação modular dos cursos, com vistas a permitir um melhor aproveitamento dos conteúdos ministrados e flexibilizando, para o aluno, a frequência ao curso. Da mesma maneira se atende a diversidade da organização de cursos, podendo as IES definir adequadamente a oferta de cursos sequenciais, previstos no inciso I do artigo 44 da LDB, que possibilitam tanto o aproveitamento de estudos, como uma integração mais flexível entre os cursos de graduação.

Estágios e atividades complementares

As Diretrizes Curriculares devem contemplar orientações para as atividades de estágio, monografia, e demais atividades que integrem o saber acadêmico à prática profissional, incentivando o reconhecimento de habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar. Desta forma estará assegurada uma formação de acordo com as especificidades de cada curso, preservando, contudo, o princípio de flexibilização e adaptação às demandas da sociedade.

Coerência com a avaliação institucional

As Diretrizes Curriculares devem contribuir para a inovação e a qualidade do projeto pedagógico do ensino de graduação.

Desta forma, deverão ser consideradas pela SESu/MEC nos processos de credenciamento de instituições, de sua reconhecimentos de cursos, bem como nas suas renovações, a partir dos parâmetros dos indicadores de qualidade, deverão nortear o processo de avaliação institucional, notadamente no âmbito do PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (PAIUB).

2. Ambiente de Discussão

A discussão das Diretrizes Curriculares deverá ser realizada de forma a integrar uma ampla parcela da comunidade, legitimando o processo de discussão. Assim, é desejável a integração das IES com as Sociedades Científicas e associações profissionais, associações de classe, setor produtivo e outros setores envolvidos, a seminários, encontros, workshops e reuniões, de forma a garantir Diretrizes Curriculares articuladas tanto às necessidades à estrutura da oferta de cursos de graduação, quanto aos perfis profissionais demandados pela sociedade.

3. Apresentação das Propostas

As propostas de Diretrizes Curriculares poderão ser encaminhadas pelo correio ou via e-mail, para os endereços no item 6 deste edital.

3.1. Coesortamento

Para cada área/curso deve ser encaminhada uma proposta específica de Diretrizes Curriculares. Embora as propostas sejam encaminhadas de forma isolada por cada IES, é desejável que haja uma ampla integração entre diferentes áreas afins, bem como com as sociedades científicas, ordens e conselhos profissionais, de forma a se construir uma proposta comum a ser apresentada. Neste caso, as IES coesortadas poderão compartilhar a experiência de elaboração e, ao mesmo tempo, integrar suas experiências no sentido de ampliar a legitimidade das Diretrizes Curriculares.

3.2. Áreas que já contribuíram na discussão das Diretrizes

As contribuições já enviadas pelas IES e suas áreas/cursos no âmbito das Comissões de Especialistas, cuja discussão ocorreu em fase de finalização na SESu/MEC, já estão devidamente consideradas e integradas no processo de sistematização das Diretrizes Curriculares.

4. Cronograma e Caracterização das Etapas

A data limite para o envio das propostas de Diretrizes Curriculares à SESu/MEC é a de 03 de abril de 1998. As propostas serão consolidadas pelas Comissões de Especialistas de cada área do conhecimento, sendo que a SESu/MEC poderá integrar conselhos ad hoc a estas comissões, com o intuito de auxiliá-las neste processo de sistematização. Os projetos de Diretrizes Curriculares de cada área/curso. Estes, por sua vez, serão enviados à Câmara de Educação do Conselho Nacional de Educação até 04 de maio de 1998, podendo ser apresentados em audiência pública, a CNE.

5. Informações Adicionais

Esclarecimentos acerca do conteúdo deste Edital poderão ser obtidos com:

Prof. Cid Gesteira

tel. (061) 214-4687

Rubens de Oliveira Martins

tel. (061) 214-4039

Coordenador de Projetos SESu/MEC

e-mail: cid@gesu.mec.gov.br

Gestor Governamental SESu/MEC

e-mail: rubens@gesu.mec.gov.br

6. Do Endereçamento

Ministério da Educação e do Desporto

Secretaria de Educação Superior

Esplanada dos Ministérios, Bloco "L", Edifício Sede, 3º andar, sala 302

CEP 70047-901 - Brasília - DF

Telefones: (061) 214-8039

Fax: (061) 224-8920

E-mail: rubens@gesu.mec.gov.br

ABILIO AFRONSO BASTA NEVES
Secretário

(Of. n.º 204/97)

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

CONTRATADA: ADLER Assessoramento Empresarial e Representações Ltda.

00.844.597/0001-50). ESPECIE: Contrato n.º 14/97. OBJETO: Serviços de obras civis, ins-

elétricas e de telecomunicações, no 4º andar dos Anexos I e II e térreo do Edifício Sede do Mini-

stério da Educação e do Desporto, em Brasília-DF, de acordo com as especificações anexo ao

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços Nº 05/97. PROCESSO: 23036.00093/97.

VIGÊNCIA: O presente instrumento terá vigência de 90 (noventa) dias, a contar da data da

assinatura, podendo ser prorrogado por igual período DATA DA ASSINATURA: 11/04/97.

ASSINARAM: Maria Helena Guimarães de Castro - Presidente do INEP, pelo Contratante e

Ricardo Sechis CPF 975.364.748-49 pela Contratada.

(Of. n.º 67/97)

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Secretaria Executiva

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

CONTRATO Nº 2245/97 - Celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e

GERAÇÃO DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA COMERCIAL LTDA. Objeto: Aquisição de livros para o

Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE. Processo Nº 23034.00855-57.74. Programa de

08042018945410002. Fonte de Recursos 0212150072. Elemento de Despesa 46304. Em

07/04/97 de R\$ 57.000,00. Data da assinatura 09/12/97. Assinaram JOSÉ

CARLETTI - Secretário Executivo do FNDE e LUIZ FERNANDO DE SOUZA EVEDATO - Gerente

de Comunicação Integrada Comercial Ltda.

CONTRATO Nº 2250/97 - Celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e

MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO LIVRARIA LTDA. Objeto: Aquisição de livros destinados ao

1º Aos Cursos de ARQUITETURA E URBANISMO

A data limite para responder ao Edital nº 4/97 da SESu/MEC, de 10 de dezembro de 1997, publicado no DOU de 12/12/97, é dia 29 de maio de 1998.²

Este Edital convoca as IES - Instituições de Ensino Superior para apresentarem propostas a respeito das Diretrizes Curriculares - DC, conforme inciso II do artigo 53 da LDB (Lei 9.394 - 20/12/96). Estas contribuições serão sistematizadas e enviadas ao CNE - Conselho Nacional de Educação para deliberação de acordo com o disposto na Lei 9.131 de 24/11/95.

A área de ensino de arquitetura e urbanismo realizou recentemente amplo debate nacional a respeito da renovação, atualização e inserção no panorama internacional do ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil, culminando com a definição das novas Diretrizes Curriculares, essenciais para os cursos da área, em dezembro de 1994 (Portaria 1.770 - MEC de 21/12/94).

A publicação pela UNESCO em conjunto com a UIA - União Internacional dos Arquitetos, da "Charter of Architectural Education", em junho de 1996 demonstra e ratifica o acerto das decisões encaminhadas no Brasil para o aperfeiçoamento e atualização da educação dos arquitetos e urbanistas.

No entanto, persiste a necessidade, em função da nova LDB, de submeter ao CNE as diretrizes curriculares para todas as áreas. Tendo em vista que no período de 1994 a 1997 a área de arquitetura e urbanismo implantou novas diretrizes curriculares, é muito útil responder ao EDITAL nº 4/97, aproveitando a oportunidade de expressar as conclusões da avaliação do processo de implantação das Diretrizes Curriculares, apresentando sugestões e adequando pontos, eventualmente, em desacordo com a nova LDB.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

1.1. ORIENTAÇÃO GERAL PARA A ORGANIZAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES.

As diretrizes curriculares têm por objetivo proporcionar ao futuro arquiteto e urbanista o domínio essencial das matérias necessárias a sua atuação

¹ Documento dirigido às IES que oferecem cursos de arquitetura e urbanismo; também é muito útil para aqueles que desejam organizar um curso nesta mesma área.

² Prorrogado pelo Edital nº 05 de 04 de março de 1998.

Reunião Gec. São Paulo
dia 16/09 na São Judas
durante a Estrutura Geral/
estatísticas 163

Reunião do COSU
B-Horiz. 02-09/05/98.
Propostas das Escolas S/
diretrizes curriculares.

garantindo a habilitação única e fortalecendo seus conhecimentos especializados (arquitetura e urbanismo), sem perder a noção de conjunto dos problemas da arquitetura e urbanismo e de suas relações com a sociedade. (página 66 - Ensino de Arquitetura e Urbanismo - Condições & Diretrizes - CEAU / SESu-MEC - item 3)

ORIENTAÇÕES BÁSICAS:

PERFIL DESEJADO DO FORMANDO.

O inciso II do artigo 43 da LDB define como papel da educação superior o de “formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais”.

Neste documento divulgamos³ o Estatuto da UNESCO/UIA para a educação dos arquitetos e urbanistas no mundo, que reafirma as Diretrizes Curriculares de 1994, como princípios e objetivos da educação escolarizada dos arquitetos e urbanistas no Brasil

“A Arquitetura, a qualidade das edificações, o modo como elas se relacionam com seu entorno, o respeito ao ambiente natural e construído, bem como a herança cultural coletiva e individual são matérias de interesse público. (...) há conseqüentemente interesse público em assegurar que os arquitetos e urbanistas sejam profissionais aptos a compreender e dar resposta às necessidades de indivíduos , grupos sociais e comunidades, com relação ao planejamento do espaço, ao urbanismo, à construção de edifícios, bem como à conservação e valorização do patrimônio construído, proteção do equilíbrio natural e à utilização racional dos recursos disponíveis.” (pontos 2 e 3, do item I, Estatuto UNESCO/UIA/96) “.

O documento da UNESCO/UIA postula que “a visão do mundo futuro cultivada nas escolas de arquitetura deve incluir os seguintes objetivos:

- qualidade de vida decente para todos os habitantes dos assentamento humanos;
- uso tecnológico que respeite as necessidades sociais, culturais e estéticas dos povos;
- equilíbrio ecológico e desenvolvimento sustentável do ambiente construído;
- arquitetura valorizada como patrimônio e responsabilidade de todos. (ponto 8, do item I, Estatuto UNESCO/UIA/96)

³ A tradução é livre e objetiva facilitar o acesso ao documento, despertando o interesse para a leitura e com isso atingir o objetivo principal que é divulgar o documento da UNESCO

AS COMPETÊNCIAS (CONHECIMENTOS) E AS HABILIDADES.

Os métodos para a educação e para a formação dos futuros arquitetos e urbanistas são muito diversificados, isto constitui uma riqueza cultural que deve ser preservada, segundo a UNESCO/UIA.

Por outro lado a mobilidade crescente dos arquitetos em diferentes países, em decorrência da internacionalização do trabalho, especialmente no setor serviços⁴, exige o reconhecimento mútuo ou a validação individual de diplomas, certificados ou outras *evidências* de qualificação formal, o reconhecimento mútuo dos diplomas ou certificados para o exercício profissional no campo da arquitetura e urbanismo deve estar fundamentado em critérios objetivos, garantindo que os portadores de tais qualificações tenham recebido e mantido a formação exigida neste estatuto. (ponto 7, do item I, Estatuto UNESCO/UIA/96)

Assim sendo, a UNESCO/UIA considera prudente estabelecer uma base comum para a futura ação, não somente nos métodos pedagógicos usados, mas também com o propósito de adquirir um nível apropriado, estabelecendo critérios que permitam às nações, escolas e organizações profissionais avaliar e aperfeiçoar a educação oferecida aos futuros arquitetos. (...) (ponto 5, do item I, Estatuto UNESCO/UIA/96)

O exercício profissional do arquiteto e urbanista no Brasil é regulamentado por lei. A habilitação é única, ou seja, não existem modalidades na profissão. A responsabilidade técnica e a responsabilidade social (código de ética), constam da Lei 5.194/66. Toda a legislação de regulamentação profissional tem caráter nacional, isto é, os arquitetos podem exercer sua profissão em qualquer parte do país, independentemente do lugar onde fizeram o seu curso; por tais razões as diretrizes curriculares de caráter nacional são imprescindíveis sob pena de prejuízos e impedimentos ao exercício profissional dos arquitetos e urbanistas, inclusive a nível internacional. (Perfis e Padrões, SESu/MEC)

a) AS COMPETÊNCIAS:

O domínio dos saberes intrínsecos à profissão, caracterizam os arquitetos e urbanistas.

(...) Do ponto de vista legal, compete ao arquiteto e urbanista o exercício das atividades - supervisão, orientação técnica, coordenação, planejamento, projetos, especificações, direção, execução de obras, ensino, assessoria,

⁴ Ver o acordo de serviços do MERCOSUL, assinado pelos quatro países, em dezembro de 1997, em Montevideo.

consultoria, vistoria, perícia, avaliação - referentes a edificações, conjuntos arquitetônicos e monumentos, arquitetura de interiores, urbanismo, planejamento físico, urbano e regional, desenvolvimento urbano e regional, paisagismo e trânsito. Um espectro bastante amplo que exige da formação profissional um esforço capaz de qualificar o arquiteto e urbanista na abrangência de suas competências legais, com o aprofundamento indispensável para que possa assumir as responsabilidades nelas contidas. (Perfis e Padrões, SESu/MEC)

b) AS HABILIDADES:

A educação do arquiteto e urbanista, segundo a UNESCO/UIA, envolve a aquisição das seguintes habilidades e conhecimentos:

- habilidade para criar projetos de arquitetura que satisfaçam as exigências estéticas e técnicas;
- adequado conhecimento da história e teorias da arquitetura e das artes, tecnologias e ciências humanas;
- conhecimento das belas-artes como contribuição à qualidade do projeto de arquitetura;
- adequado conhecimento do desenho urbano, planejamento e das habilidades envolvidas no processo de planejamento;
- compreensão das relações entre pessoas e edifícios, entre edifícios e o seu entorno, e da necessidade de relacionar os edifícios e os espaços entre eles às necessidades e à escala humana;
- compreensão da profissão e do papel do arquiteto na sociedade em particular levando em conta os fatores sociais quando da elaboração de programas;
- compreensão dos métodos de pesquisa e de elaboração de programas de necessidades para projetos;
- compreensão do projeto estrutural, e dos problemas construtivos e de engenharia associados ao projeto dos edifícios;
- conhecimento adequado dos problemas físicos e das tecnologias, e do funcionamento dos edifícios, para provê-los de condições internas de conforto e de proteção climática;
- habilidade na resolução do projeto para conciliar as exigências dos usuários de edifícios com as restrições impostas pelas questões relativas aos custos e às exigências dos requerimentos da legislação;
- conhecimento necessário dos processos de fabricação, organização, regulamentos e procedimentos envolvidos quando da transposição dos conceitos de projeto para a construção dos edifícios e dos planos integrados para o planejamento global.

CAMPOS DE CONHECIMENTO		HABILIDADES E COMPETÊNCIAS
FUNDAMENTAÇÃO	Estética e História das artes	Adequado conhecimento da História das Artes, das Belas Artes e das exigências estéticas, com ênfase às manifestações ocorridas no Brasil, como contribuição ao projeto de Arquitetura e Urbanismo.
	Estudos Sociais	Adequado conhecimento das ciências humanas e dos fatores econômicos, sociais e políticos do país, nos aspectos vinculados à Arquitetura e Urbanismo, assim como o conhecimento das metodologias de pesquisa
	Estudos Ambientais	Compreensão das questões ambientais, das relações entre pessoas e edifícios, entre edifícios e seu entorno, e da necessidade de relacionar os edifícios e os espaços entre eles às necessidades e à escala humana.
	Desenho	Conhecimento da geometria e suas aplicações e todas as modalidades expressivas como modelagem, plástica e outros meios de expressão e representação.
PROFISSIONAIS	História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo	Adequado conhecimento da história e teorias da arquitetura e urbanismo envolvendo o contexto histórico da produção da arquitetura e urbanismo, abrangendo os aspectos de fundamentação conceitual e metodológica
	Técnicas Retrospectivas	Conhecimento de técnicas de conservação, restauro, reestruturação e reconstrução de edifícios e conjuntos urbanos
	Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo	Habilidade para criar projetos de arquitetura, de urbanismo e de paisagismo que satisfaçam às exigências estéticas e técnicas, levando em consideração: 1- o adequado conhecimento dos problemas físicos e tecnológicos; 2 - adequado conhecimento do desenho urbano, das relações entre pessoas e edifícios e do edifício e seu entorno; 3 - a compreensão dos problemas construtivos e estruturais dos edifícios; 4 - a resolução de projetos conciliando as exigências dos usuários às restrições de custos e regulamentos edilícios; 5 - a compreensão da profissão e do papel do arquiteto na sociedade e em particular levando em conta fatores sociais mediante atenção crítica às necessidades sociais
	Tecnologia da Construção	Habilidade para projetar e construir edifícios que contemplem novas tecnologias e a racionalização do uso de materiais. Conhecimento dos processos construtivos, dos sistemas estruturais e de instalações.
	Sistemas Estruturais	Compreensão adequada dos sistemas estruturais considerando os estudos de resistência dos materiais, estabilidade das construções, conhecimentos indispensáveis à compreensão do projeto estrutural que fundamenta-se nos instrumentos da matemática e da física.
	Conforto Ambiental	Conhecimento adequado das condições térmicas, acústicas, lumínicas e energéticas, dos fenômenos físicos e das tecnologias como um dos condicionantes da forma e da organização do espaço em condições de conforto humano
	Topografia	Habilidade na interpretação de estudos topográficos utilizando-se de recursos de aerofotogrametria, topologia e foto-interpretção, necessários à organização de espaços em projetos de arquitetura e urbanismo
	Informática aplicada à Arquitetura e Urbanismo	Conhecimento do instrumental da informática, dos sistemas de tratamento da informação e representação do objeto e suas aplicações à arquitetura e urbanismo
	Planejamento Urbano e Regional	Habilidade nas atividades de estudos, análises e intervenções no espaço urbano, metropolitano e regional, considerando: 1 - habilidades envolvidas no processo de planejamento; 2 - conhecimento do desenho urbano; 3 - necessidade de relacionar o edifício e os espaços entre eles à escala humana; 4 - fatores sociais, quando da elaboração de programas de intervenção; 5 - infra-estrutura urbana.

CONTEÚDOS CURRICULARES

As Diretrizes Curriculares são a referência para as IES, que oferecem cursos de arquitetura e urbanismo definirem seus currículos plenos, a partir dos campos de conhecimento - matérias - de fundamentação ou profissionais, exigidos, porque essenciais ao desenvolvimento das competências e habilidades requeridas para os egressos da área.

Em termos de abordagem didática essas matérias - campos de conhecimento, podem ser oferecidas de diversas maneiras, entre elas podemos continuar dispondo do conceito de disciplina - parcela da matéria, ofertada como conteúdo a ser percorrido pelo professor e pelo aluno em sala de aula, quase sempre teórica. Mas não é recomendável que nos limitemos a este conceito somente.

A partir da nova LDB, as diretrizes curriculares permitem dispor a oferta de um campo de conhecimento - matéria - utilizando outros métodos de aprendizado, diferentes da aula expositiva, outras formas e maneiras mais adequadas à aquisição de certas habilidades e conhecimentos, acordados com base nos objetivos , princípios e critérios da declaração da UNESCO/UIA, referência para a definição do currículo pleno - projeto pedagógico de cada instituição.

Podemos hoje dispor horas e créditos em atividades individuais ou de equipe como experimentações laboratoriais, utilização de computadores, pesquisas temáticas, bibliográficas e iconográficas de arquitetura e urbanismo, visitas a bibliotecas e arquivos, a obras e conjuntos fundamentais, visitas de campo, a obras, a bairros, a instituições e autoridades da gestão da cidade, fábricas, participação em conferências, encontros, exposições, concursos, premiações, seminários interdisciplinares internos ou externos àquela instituição, e ainda alocar horas e créditos para os estudantes desenvolverem seus trabalhos nos atelieres e laboratórios e prever atividades de prática profissional em "escritórios modelo" dentro do próprio curso.

A presença dos campos de conhecimento essenciais nas Diretrizes Curriculares, garante a equivalência básica para os cursos oferecidos, assegurando que as instituições tenham liberdade para definir os seus currículos plenos de acordo com a especificidade do projeto pedagógico de cada uma delas.

O Currículo Pleno de uma IES é composto pelo conjunto de matérias exigidas pelas diretrizes curriculares essenciais para todos os cursos, mais a expressão do conjunto de conteúdos que aquela determinada instituição deseja, dentro do seu projeto pedagógico, oferecer aos seus alunos.

Para alcançar as competências e habilidades essenciais, os campos de conhecimento a serem trabalhados dividem-se em Campos de Conhecimento de Fundamentação - conhecimentos fundamentais e integrativos de áreas correlatas e Campos de Conhecimentos Profissionais - conhecimentos que caracterizam as atribuições e responsabilidades profissionais.

No Campo de Conhecimentos de Fundamentação incluem-se a Estética e História das Artes, Estudos Sociais, Estudos Ambientais e o Desenho.

No Campo de Conhecimentos Profissionais incluem-se a História e Teoria de Arquitetura e Urbanismo, Técnicas Retrospectivas, Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo, Tecnologia da Construção, Sistemas Estruturais, Conforto Ambiental, Topografia, Informática Aplicada a Arquitetura e Urbanismo e o Planejamento Urbano e Regional. (Portaria 1.770 - MEC)

DURAÇÃO DOS CURSOS.

De acordo com a UNESCO/UIA e com as Diretrizes Curriculares de 1994, o objetivo básico da educação escolarizada é desenvolver o arquiteto e urbanista como um generalista apto a resolver contradições potenciais entre diferentes requerimentos da arquitetura e urbanismo, respondendo às necessidades ambientais de abrigo da sociedade e dos indivíduos.

A aquisição equilibrada do conhecimento e das habilidades mencionadas acima requerem um longo período de maturação; segundo o estatuto da UNESCO/UIA, o período de estudos em arquitetura nunca deve ser inferior a cinco anos de tempo integral em uma Universidade ou Instituição equivalente, mais dois anos de experiência na prática de arquitetura e urbanismo e um ano para o trabalho final de graduação.

Esse último ano deve ser dedicado a um trabalho prático de caráter profissional, após a conclusão dos estudos acadêmicos, culminando com um exame ao final do programa de estudos, com a realização individual, apresentação e defesa de um projeto de arquitetura e urbanismo que demonstre os conhecimentos adquiridos e as habilidades desenvolvidas. Para este propósito júris devem incluir profissionais arquitetos que não sejam docentes e arquitetos professores de outras escolas e, se possível, de outros países. (pontos 3 e 7, do item II, Estatuto UNESCO/UIA/96)

O documento da UNESCO/UIA ratifica o entendimento que já havia sido constatado no diagnóstico da área no Brasil: mesmo que os cursos determinem o tempo mínimo de 5 anos, em tempo parcial, para a integralização dos seus currículos plenos - propostas pedagógicas de curso,

a permanência média para a integralização dos currículos plenos propostos pelas instituições tem sido de 6 a 7 anos. Assim, considerando a necessidade do reconhecimento mútuo de diplomas, atendendo à mobilidade crescente dos arquitetos em diferentes países, é importante estar atento aos padrões internacionais; o oferecimento do curso em período inferior aos dos demais países pode vir a trazer prejuízos aos futuros profissionais brasileiros no momento da validação de seus diplomas para efeitos do exercício profissional em mercados integrados aqui e no exterior.

ESTRUTURAÇÃO MODULAR DOS CURSOS.

A dinâmica do processo de ensino-aprendizagem requer a utilização de múltiplas formas de apropriação do conhecimento, e não se limita à oferta de disciplinas ministradas em sala de aula. Há necessidade de buscar o conhecimento em sua fonte, com o envolvimento dos alunos nos processos construtivos, verificações laboratoriais, pesquisas bibliográficas, iconográficas e de campo, vivenciando os problemas a serem resolvidos a nível de projeto de do planejamento, e estimulando as atividades de pesquisa e extensão e a criatividade, de forma a garantir o desenvolvimento de metodologias consentâneas com a transformação do conhecimento no campo da construção do edifício e da cidade.

As Diretrizes Curriculares devem ser metodologicamente trabalhadas sob a forma de atividades, disciplinas, seminários, visitas e outras formas de implementação curricular.

O Trabalho Final de Graduação não se constitui em matéria ou campo de conhecimento a ser trabalhado nos cursos, e sim em atividade exigida para a conclusão do curso e obtenção do diploma. (Perfis e Padrões, CEAU/SESu/MEC).

As áreas de estudo correspondentes às matérias de fundamentação e às matérias profissionais não guardam entre si qualquer exigência de precedência, e nem constituem ciclo básico. As matérias de fundamentação constituem-se em conhecimentos fundamentais e integrativos de áreas correlatas; as matérias profissionais constituem-se em conhecimentos que caracterizam as atribuições e responsabilidades profissionais, de acordo com a regulamentação da profissão de arquiteto e urbanista no Brasil e no mundo.

Os conteúdos de matemática e física necessários ao aprendizado e à prática da Arquitetura e do Urbanismo, devem ser revistos e aprofundados nos programas relativos às matérias profissionais tais como conforto ambiental, sistemas estruturais, inclusive fundações, tecnologia da construção e do urbanismo e projeto.

As visitas a obras fundamentais, a cidades e regiões e a conjuntos de arquitetura e urbanismo de caráter exemplar ou inovador, integram as diretrizes curriculares da Arquitetura e Urbanismo. O tempo e os créditos destinados a esta atividade devem estar mencionados no currículo do curso e os relatórios críticos avaliados.

Com base no parecer nº 670/97 CES/CNE de 6/11/97, a estruturação modular proposta pelo Edital nº 4/97, que objetiva um melhor aproveitamento do curso, não pode ser relacionada com a nova noção trazida pela nova LDB, a de *campos de saber*, visto que estes não se identificam com as tradicionais *áreas de conhecimento*, com suas aplicações ou com as áreas técnico-profissionais, que se vinculam à formação no nível de graduação. As áreas de conhecimento são mencionadas no artigo 43 inciso II, que dispõe:

"II - formar diplomados em diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção profissional e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;"

Os cursos de arquitetura e urbanismo já têm tradição de organizar seus currículos plenos em módulos, como por exemplo as sequências verticais de projeto, de teoria, história ou de tecnologia da construção. Para garantir maior flexibilidade, podemos pensar que os pré-requisitos, hoje fartamente usados na integração vertical, devam ser revistos. A integração horizontal, tão perseguida, poderá ser alcançada através, inclusive, de co-requisitos que desenhem uma outra estrutura modular, mais adequada às necessidades dos alunos e dos próprios cursos, permitindo relacionar aulas de diferentes conteúdos, atividades de laboratórios, visitas, etc...

Por outro lado, cumpridas as diretrizes curriculares gerais na definição dos plenos, as IES podem deixar parte do: conteúdos para serem oferecidos como disciplinas e atividades optativas, fixando os créditos e horas a cumprir e deixando ao aluno a escolha entre o elenco ofertado; é possível ainda, oferecê-las em módulos, constituídos como *campos de saber*, em *cursos destinados ao público externo à graduação*.

ESTÁGIOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES.

No plano internacional o Estatuto da UNESCO/UIA recomenda que o período de estudos em arquitetura e urbanismo, inclua dois anos de experiência em prática de arquitetura e um ano dedicado à prática profissional após a conclusão dos estudos acadêmicos, nos moldes do Trabalho Final de Graduação já praticado pelos cursos de arquitetura e urbanismo do país.

- Trabalho Final de Graduação é realizado individualmente por alunos em fase de conclusão do curso. É um trabalho que demonstra o domínio sobre os conhecimentos essenciais e a capacidade de resolver problemas de arquitetura e urbanismo. Um dos seus objetivos é avaliar previamente o domínio dos conhecimentos e habilidades - atividades e atribuições - para o exercício profissional e para a conseqüente responsabilidade técnica e social dele decorrente. Sendo obrigatório para todos os formandos, e realizado com base em diretriz única e geral para todos os cursos e estudantes, é de caráter universal.

• O Trabalho Final de Graduação é para os arquitetos e urbanistas, o mais apropriado exame dentre os "exames nacionais com base nos conteúdos essenciais estabelecidos para cada curso".(...)

Foi a "cultura" profissional sobre avaliação que permitiu imaginar, bem ao feitio dos arquitetos e urbanistas, um trabalho ao final da graduação capaz de perceber a qualificação dos formandos para o futuro exercício profissional. Esta proposta é coincidente no Estatuto da UNESCO/UIA de 1996 e nos Padrões e Perfis CEAU/SESu - MEC de 1994.

Recomenda-se ainda, visando apoiar estas atividades sejam oferecidas oportunidades aos estudantes de participar de escritórios modelo de projeto de arquitetura e urbanismo, canteiro de obras de arquitetura e urbanismo e núcleos ou laboratórios de habitação e habitat. (Perfis e Padrões, CEAU/SESu/MEC)

De modo a beneficiar-se da ampla variedade de métodos de ensino, são desejáveis programas de intercâmbio para professores e estudantes em nível avançado. Idealmente, projetos finais devem ser compartilhados entre escolas através de premiações e exposições internacionais como maneira de facilitar a comparação entre resultados e a auto-avaliação dos estabelecimentos de ensino. (ponto 8, do item II, Estatuto UNESCO/UIA).

As relações da arquitetura e do urbanismo com o meio ambiente devem ser abordadas como parte da educação geral nas escolas fundamentais e secundárias, porque a compreensão precoce da arquitetura e do urbanismo é importante para os futuros arquitetos e especialmente para os usuários, considerando-se que a arquitetura e urbanismo são matérias de interesse público.

A educação do arquiteto e urbanista não deve ser considerada como um processo fechado, portanto sistemas de educação continuada devem estar disponíveis para estes profissionais ⁵.

CONEXÃO COM A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.

As Diretrizes Curriculares devem contribuir para a inovação e a qualidade do projeto pedagógico do ensino de graduação. Desta forma deverão ser consideradas pela SESu/MEC nos processos de credenciamento de instituições, de autorização e reconhecimento de cursos, bem como nas suas renovações, a partir dos parâmetros dos indicadores de qualidade. Além disso, deverão nortear o processo de avaliação institucional, notadamente no âmbito do PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras.

AMBIENTE DE DISCUSSÃO.

Tendo em vista a solicitação contida no EDITAL nº 4/97 de encaminhamento de sugestões sobre as Diretrizes Curriculares, a proposta é apresentar através das instituições os resultados do Seminário Nacional de Avaliação do Ensino de Arquitetura e Urbanismo, organizado pela CEAU/SESu - MEC em 1994 que deram base para as Diretrizes Curriculares promulgadas pelo Ministro da Educação em dezembro de 1994. A justificativa desta proposta, apresentada pelos cursos de São Paulo, e aprovada na reunião com o GT - Ensino de Arquitetura e Urbanismo do CONFEA⁶ durante o Seminário Nacional de Diretrizes Curriculares, promovido pelo Crea-SP e realizado em 17/3/98 em São Paulo, *"...centra-se em que tanto na letra quanto no espírito as Diretrizes Curriculares da nossa área, atendem às demandas atuais da LDB assim como às orientações gerais da UNESCO/UIA. Além disso, resultaram de um processo coletivo e nacional de discussão estruturado em um raciocínio coerente, e que eventualmente contribuições isoladas poderão não se consolidar no patamar comum de entendimento entre os cursos que vem sustentando a implantação destas diretrizes."*

⁵ a designação como arquiteto e urbanista é decorrente da designação atribuída ao curso - de arquitetura e urbanismo -, desde 1969. Por outro lado, o exercício profissional nos países em desenvolvimento, exige o posicionamento e o preparo do profissional arquiteto para a cidade - a vida urbana-, ainda mais que no passado. O domínio das habilidades e conhecimentos relativos ao urbanismo é desejável por ser essencial ao exercício da profissão nos dias de hoje, nas cidades em que vivemos, nos nossos países.

⁶ O Grupo de Trabalho de Ensino de Arquitetura e Urbanismo do CONFEA foi instituído pela Decisão Plenária nº PL-1021/97 de 24/10/97, e é composto pelos seguintes membros: Conselheira Federal Representante das Instituições de Ensino Superior do Grupo Arquitetura (coordenadora); representantes da ABEA, FENEA e da Coordenação Nacional das Camaras Especializadas de Arquitetura e quatro conselheiros federais membros de cada uma das comissões permanentes do CONFEA.

O mesmo entendimento ficou expresso no documento do Grupo de Trabalho da área de arquitetura e urbanismo da ABMES- Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior, quando de sua reunião em Brasília em 11 de março de 1998, durante o Seminário Diretrizes Curriculares para os cursos de Arquitetura, Ciências Contábeis e Comunicação Social, conforme segue:

"O grupo de trabalho da área de arquitetura e urbanismo, reunido na sede da CEUB, no período vespertino do dia 11/3/98, tendo em conta as novas diretrizes curriculares:

1- considerando que a área de arquitetura e urbanismo tem trabalhado nos últimos anos a elaboração de suas diretrizes curriculares, que resultaram na Portaria nº 1.770/94, recém implantada pelas escolas;

2- considerando que o processo de discussão das diretrizes curriculares, envolveram praticamente todas as entidades que militam na área de arquitetura e urbanismo;

3- considerando que há um Grupo de Trabalho de Ensino de Arquitetura e Urbanismo do CONFEA, aprovado pela Decisão Plenária n PL-1021/97 de 24/10/97, composto pelos seguintes membros: Maria Elisa Meira - sua Coordenadora e Conselheira Federal, representante das Instituições de Ensino Superior de Arquitetura e Urbanismo; Eduardo Bimbi - Coordenador Nacional das Câmaras de Arquitetura; Gogliardo Vieira Maragno - Presidente da ABEA; e o acadêmico Rodrigo Robido Alonso - Diretor Geral da FENEA;

decide:

1- referendar as diretrizes curriculares estabelecidas em todo o processo de discussão das entidades; e

2- enviar o trabalho, hoje apresentado pelo prof. José Roberto Merlin, para o grupo de trabalho acima citado, para que o mesmo faça parte integrante dos documentos que subsidiam suas discussões.

Ratificamos ainda, que é uma necessidade da ABMES, em relação à nossa área, fazer um inventário detalhado dos cursos de arquitetura e urbanismo , como instrumento para um melhor conhecimento do perfil da associação.

Recomendamos finalmente, que os associados da ABMES, se façam presentes nas reuniões da ABEA, quando esta for discutir as diretrizes curriculares para os cursos de arquitetura e urbanismo".

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

As propostas deverão ser consolidadas na próxima Reunião do Conselho Superior da ABEA, a se realizar no início do mês de maio/98, e em seguida encaminhadas a todos os cursos, instituições, entidades e em especial à SESu/MEC, à CEAU e à CES/CNE.

CONSORCIAMENTO

A proposta é justamente o "consorciamento" de todos.

ÁREAS QUE JÁ CONTRIBUÍRAM NA DISCUSSÃO DAS DIRETRIZES.

A área de ensino de Arquitetura e Urbanismo, deverá imediatamente iniciar contatos com a CEAU e a Câmara de Ensino Superior do CNE objetivando a realização de audiência pública pelo CNE para a área.

OBSERVAÇÃO:

Este documento é para ser encaminhado à ABEA, à FENEA e à ASBEA, é uma primeira versão para iniciar as discussões nos cursos. Novas versões irão sendo preparadas para subsidiar os futuros encaminhamentos e manter todos informados no mesmo nível. **MARIA ELISA MEIRA**

Relação bibliográfica constante nas ementas

Relação da bibliografia constante das ementas das disciplinas dos conjuntos Planejamento Urbano e História e Teoria, para os currículos Antigo e Novo do curso de Arquitetura e Urbanismo FAP/FAAP.

- A arte da construção. Coleção: As origens do Saber; Artes. Ed. Melhoramentos, 1995.
- AASHO. A policy on design of Urban Highway and Arterial Sheets. Washington, [s.n.], [198-]
- ABAP, DOURADO, G. e equipe. Visões de Paisagem, um panorama do paisagismo contemporâneo no Brasil. ABAP, 1997.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos. Normas Técnicas da ABNT, 1994.
- ACAYABA, M. M. Residências em São Paulo, 1947-1975. São Paulo, Ed. Projeto, 1986.
- AMARAL, A. Artes Plásticas na Semana de 22: subsídios para uma história da renovação das artes no Brasil. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1976.
- _____. Hispanidade em São Paulo, da casa rural à capela de Santo Antonio. São Paulo, Ed. Nobel, 1981.
- ANTP. Associação Nacional dos Transportes Públicos. [s.l.], [s.n.], [198-].
- ARANTES, O. B. F. Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. São Paulo, EDUSP, 1998.
- _____. O lugar da arquitetura depois dos modernos. São Paulo, EDUSP, Studio Nobel, 1993.
- ARGAN, G. C. A Arte Moderna. São Paulo, Cia das Letras, 1993.
- ARGAN, G. C. A história na metodologia do projeto. Caramelo, FAUUSP, 6: 156-170, 1993.
- ARGAN, G. C. História da Arte como História da Cidade. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1982.
- ARGAN, G.C. El concepto del espacio desde lo barroco a nuestros días. Buenos Aires, Ed. Nueva Vision, 1973.
- ARNHEIN, R. A dinâmica na forma arquitetônica. Lisboa, Ed. Presença, 1988.
- ARTIGAS, J. V. Caminhos da Arquitetura. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.
- AZEVEDO NETTO, J. M. de. Manual de Saneamento de Cidades e edificações. São Paulo, Ed. Pini, 1991.
- _____. Técnica de Abastecimento e Tratamento de Água. São Paulo, Fac. De Saúde Pública-USP / CETESB SUBIN – USAID – BNH, 1987.
- BAKER, G. H. Le Corbusier – uma análise da forma. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1998.
- BANHAN, R. Teoria e Projeto na Primeira Era da Máquina. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1979.
- BARNETT, J. An Introduction to Urban Design. New York, Harper & Row, 1982.
- BAZIN, G. A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1956. Vol. I e II.
- BENEVOLO, L. A cidade e o arquiteto. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1984.
- _____. História da Arquitetura Moderna. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1976.
- _____. História da Cidade. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1983

- _____ **Historia de la Arquitectura del Renacimiento: La Arquitectura Clásica (del siglo XV al siglo XVIII).** Barcelona, Ed. Gustavo Gili, 1981.
- _____ **Introdução à Arquitetura.** São Paulo, Ed. Mestre Jou, 1972.
- BERMAN, M. **Tudo o que é sólido desmancha no ar.** São Paulo, Cia das Letras, 1997.
- BLASER, W. **Mies Van Der Rohe.** Barcelona, Ed. Gustavo Gili, 1976.
- BO BARDI, L. **Solar da União, Sesc Pompéia, Teatro politheama, Centro Histórico da Bahia, Projeto Barroquinha, Casa do Benin, Casa do Olodum, Nova Prefeitura de São Paulo.** São Paulo, Instituto Lina Bo e Pietro Maria Bardi, 1995.
- Boletins Técnicos da Cia. de Engenharia de Tráfego (CET) de São Paulo. Volumes 5, 6, 11, 21, 29, 30 31, 32 e 33.
- BOTTINEAU, Y. **La transmission des sources architecturales vers le Brésil du XVIIIe. Siècle: des certitudes aux ypothèses.** Lisboa, Colóquio Artes, Fundação Calouste Gulbenkian, 34: 9-17, dez., 1975.
- BRADBURY, M. e MCFARLANE, J. (org.). **Modernismo. Guia Geral 1890-1930.** São Paulo, Cia das Letras, 1989.
- BRUAND, Y. **Arquitetura Contemporânea no Brasil.** São Paulo, Ed. Perspectiva, 1981.
- BRUNO, E. da S. **Memória da Cidade de São Paulo.** São Paulo, Pref. do Município de São Paulo, 1981.
- BRUNO, E. S. **História e tradições da Cidade de São Paulo. Album Comemorativo da Cidade de São Paulo 1862-1887, Militão.** São Paulo, Pref. Municipal de São Paulo, 1981.
- BURY, J. **Arquitetura e Arte no Brasil Colonial.** São Paulo, Ed. Nobel, 1991.
- CALDAS, W. **Luz Neon: Canção e Cultura na Cidade.** São Paulo, Studio Nobel, 1995.
- CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades Brasileiras: seu controle ou caos – o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil.** São Paulo, Ed. Nobel, 1992.
- CANDILIS. **Toulouse Mirail.** [s.l.], [s.n.], [198-].
- CAPANEMA, G. **Depoimento sobre o edifício do Ministério da Educação e Saúde.** Módulo, 85, 1987.
- CARDOSO, F. H. **Abertura do Seminário Habitat.** [s.l.], [s.n.], dez/95.
- CERVER, F. A. **City Planning.** [s.l.], [s.n.], 1995.
- CET. **Série boletins Técnicos da Companhia de Engenharia de Tráfego.** São Paulo, CET, [s.d.].
- CHERMAYEFF, S. e ALEXANDER C. **Community and Privacy.** New York, Anchor, 1965.
- CIA. DO METRÔ DE SÃO PAULO. **Pesquisa OD 1987/1997.**
- CLARK, K. **Civilização: uma visão pessoal.** São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1980.
- COHEN, J. L. **Mies van der Rohe.** Londres, Chapman & Hall, 1996.
- COLEÇÃO: AS ORIGENS DO SABER; ARTES. **A arte da construção.** São Paulo, Ed. Melhoramentos, {199-}.
- CORONA, E. e LEMOS, C. **Dicionário da Arquitetura Brasileira.** São Paulo, EDART, 1972.
- CORREA, A. B. **Morfologia y ciudad.** Barcelona, Ed. Gustavo Gili, 1978.
- CORREA, M. P. **Dicionário das Plantas úteis do Brasil e das Exóticas Cultivadas.** Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1975, 6 vol.
- CORREIA, J. E. H. **Arquitetura Portuguesa, Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão.** Lisboa, Ed. Presença, 1991.

- COSTA, L. **A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil, Arquitetura Religiosa**. São Paulo, FAU/USP/MECIPHAN, 1978.
- _____. **Lúcio Costa – Registro de uma vivência**. São Paulo, Empresa das Artes, 1995.
- _____. **Sobre Arquitetura**. Porto Alegre, Centro de Estudantes da UFRGS, 1962.
- _____. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília, 1991.
- CULLEN, G. **El paisaje urbano: tratado de estética urbanística**. Barcelona. Ed. Blume, 1974.
- CUTLER, S.S. **Recycling Cities for People. The Urban Design Process**. Boston, Calmeis Books International, 1976.
- DE CACERES, R. & FERRER, M. **Barcelona, espai públic**. Barcelona, 1993.
- DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo, Ed. Pini, 1990.
- Dicionário de Arte Barroca em Portugal**. Lisboa, Ed. Presença, 1989.
- DROSTE, M. **Bauhaus 1919-1933**. Berlim, Taschen, 1994.
- ELETROPAULO. **A Cidade da Light**, vol.1 e 2. São Paulo, Eletropaulo, 1990.
- EMPLASA. **Por dentro da Grande São Paulo**. Governo do Estado de São Paulo, 1993.
- EMURB. **Bolsão residencial, melhor qualidade de vida**. São Paulo, Emurb, 1991.
- FABRIS, A. **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo, Ed. Nobel, 1987.
- FARIAS, A. **Gregori Warchavchik: introdutor da arquitetura moderna no Brasil**. Óculum, FAU/PUCCAMP, 2: 8-22, set. 1992.
- FARRET, R.L. **O espaço da cidade**. São Paulo, Ed. Projeto, 1985.
- FERRARA, L. D'Alessio. **Ver a cidade**. São Paulo, Ed. Nobel, 1988.
- FERRARI, Celson. **Curso de Planejamento Municipal Integrado**. São Paulo, Ed. Pioneira, 1995.
- FERRAZ, M. C. (org.). **Lina Bo Bardi**. São Paulo, Empresa das Artes, 1993. (Catálogo de Exposição)
- FICHER, S. e ACAYABA, M. M. **Arquitetura Moderna Brasileira**. São Paulo, Projeto, 1982.
- FRAMPTON, K. **Historia Crítica de la Arquitectura Moderna**. Barcelona, 2ª edição, Ed. Gustavo Gili, 1983.
- FRANCO, M. A. R. **Desenho Ambiental**. São Paulo, Annablume, FAPESP, 1997.
- FREIRE, C. **Os monumentos no imaginário urbano contemporâneo**. São Paulo, Annablume/FAPESP/SESC, 1995.
- FROTA, A. B. **Manual de Conforto Térmico**. São Paulo, Ed. Nobel, 1995.
- GOITIA, F.C. **Breve História do Urbanismo**. Buenos Aires, Aliança Editorial, 1990.
- GOMBRICH, E. H. **História da Arte**. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1979.
- GOMES, P. V. **A cultura arquitectónica e artística em Portugal no século XVIII**. Lisboa, Ed. Caminho, 1988.
- GRAEFF, E. A. **Arte e Técnica na Formação do Arquiteto**. São Paulo, Ed. Nobel, 1995.
- GREATER LONDON COUNCIL. **Introducción al Diseño Urbano en áreas residenciales**. Madrid, Ed. Herman Blume, 1985.
- GROPIUS, W. **Bauhaus: Novarquitetura**. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1972.
- GUTIERREZ, R. **Arquitectura y Urbanismo em Iberoamérica**. Madrid, Ed. Cátedra, 1983.
- HALL, E. T. **A Dimensão Oculta**. São Paulo, Livraria Francisco Alves Editora S/A, 1977.
- HAROUEL, J. L. **História do Urbanismo**. Campinas, Papirus Ed., 1990.

- HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo, HUCITEC, 1980.
- HAUSER, A. *História Social da Literatura e da Arte*. São Paulo, Ed. Mestre Jou, 1972/82.
- HAUSER, P. *Estudos de Urbanização*. São Paulo, Ed. Pioneira, 1976.
- HEYDENREICH, L. H. *Architecture in Italy, 1400-1500*. New Haven, Yale University Press, 1995.
- HILLMAN, J. *Cidade e alma*. São Paulo, Ed. Nobel, 1993.
- História da Arte Oriental: *China Clássica/Japão ontem e hoje*. [s.n.t.].
- HOLDEN, R. *Diseño del Espacio Público*. Barcelona, Ed. Gustavo Gili, 1996.
- HOWARD, E. *Cidades-jardins do Amanhã*. São Paulo, HUCITEC, 1996.
- IBELINGS, H. *Supermodernismo*. Barcelona, Ed. Gustavo Gili, 1993.
- Institute of Transportation Engineers. *Transportation and Traffic Engineering Handbook*. New Jersey, Prentice Hall, Inc., Englewood Cliffs, [s.d.]
- IPLANRIO. *Rio Cidade: o urbanismo de volta às ruas*. Rio de Janeiro, Mauad, 1996.
- JACOBS, J. *Muerte y vida de las grandes ciudades*. Madrid, Ed. Peninsula, 1961.
- JENCKS, C. & BAIRD, G. *El significado em arquitectura*. Madrid, Ed. H. Blume, 1975.
- JENCKS, C. *Modern Movements in Architecture*. London, Academy Editions, 1978.
- KATINSKY, J. R. *Casas Bandeiristas: nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo*. São Paulo, IGEOG/USP, 1976.
- KLIAS, Rosa G. *Praças e Parques de São Paulo*. São Paulo, Ed. Pini, [198-].
- KOHLSDORF, M.E. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília, Editora UnB, 1996.
- KOPP, A. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo, Nobel/EDUSP, 1990.
- KUBLER, G. *Arquitectura Portuguesa Chã: entre as especiarias e os diamantes 1521-1706*. Lisboa, Vega, 1988.
- LAGENBUCH, J. R. *A estruturação da Grande São Paulo – estudo de geografia urbana*. Rio de Janeiro, IBGE, 1971.
- LAMAS, J. M. R.G. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa, JINC, 1993.
- LAMPUGNANI, V. M. *Enciclopédia G. G. de la Arquitectura del siglo XX*. Barcelona, Ed. Gustavo Gili, 1989.
- LE CORBUSIER. *Os três estabelecimentos humanos*. [s.n.t.]
- _____. *Por uma Arquitetura*. Ed. Perspectiva, 1973.
- _____. *A Carta de Atenas*. São Paulo, HUCITEC/EDUSP, 1993.
- LEDROUT, R. *La forme et le sens dans la société*. Paris, Ed. Anthropos, [197-].
- _____. *Les Images de La Ville*. Paris, Ed. Anthropos, 1975.
- LEFBVRE, H. *La Production de L'Espace*. Paris, Ed. Anthropos, 1981.
- LEMOS, C. *Alvenaria Burguesa*. São Paulo, Ed. Nobel, 1985.
- _____. *No Brasil, a coexistência do Maneirismo e do Barroco até o advento do Neoclássico histórico*. Barroco, 15: 251-256, 1990/1992.
- _____. *Arquitetura Brasileira*. São Paulo, Melhoramentos/EDUSP, 1979.
- LEVY, H. *A propósito de três teorias sobre o barroco/ A pintura colonial no Rio de Janeiro/ Modelos europeus na pintura colonial*. *Pintura e Escultura I*. São Paulo, FAU/USP/MECIPHAN, 1978.

- LINCH, K. *A Imagem da Cidade*. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1980.
- _____. *Site Planning*. Cambridge, Mit Press, 1969.
- LINDGREN, C. E. S. *Temas de Planejamento*. Editora Interciência. [s.n.t.].
- LONDON COUNTY COUNCIL. *The Planning of New Town*. [s.n.t.].
- LORENZI, H. *Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil*. São Paulo, Editora Plantarum, 1992.
- LORENZI, H. e SOUZA, H.M. *Plantas ornamentais no Brasil: arbustivas herbáceas e trepadeiras*. São Paulo, Editora Plantarum, 1995.
- LORENZI, H. *Palmeiras no Brasil: nativas e exóticas*. São Paulo, Ed. Plantarum, 1996.
- LOTZ, W. *Architecture in Italy: 1500-1600*. Hong Kong, Yale University Press, 1995.
- MACEDO, A. C. *Idéias Preliminares para o Projeto Urbano da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira*. Tese de Doutorado. FAUUSP. São Paulo, 1987.
- _____. "Espaço para o Desenho Urbano", in *Anais do I SEDUR, Projeto Brasília*, 1984.
- _____. "Arquitetura Grande", in *Anais do II SEDUR, Brasília*, Ed. Pini, 1986.
- MACHADO, L.G. *Barroco Mineiro*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1969.
- MANCUSO, F. *Las experiencias del Zoning*. [s.n.t.].
- MARTINS, C. A. *Identidade Nacional e Estado no projeto modernista: modernidade, Estado e tradição*. Óculum, FAU/PUCCAMP, 2: 71-76, set. 1992.
- MARX, M. *Cidade Brasileira*. São Paulo, Ed. Melhoramentos/EDUSP, 1980.
- MASCARÓ, J. L. *Desenho Urbano e custos de Urbanização*. Porto Alegre, Sagra-D.C. Luzzato Editores, 1989.
- MASCARÓ, J. L. *Manual de Loteamentos e Urbanização*. Porto Alegre, Sagra-D.C. Luzzato Editores, 1994.
- MASCARÓ, L. *Ambiência Urbana*. Porto Alegre, Editora Sagra-Luzzato, 1996.
- METRÔ. *Manual de Identidade Visual do Metrô*. Cia. do Metropolitano de São Paulo. [s.n.t.].
- MONTANER, J. M. *Después del movimiento moderno – arquitectura de la segunda mitad del siglo XX*. Barcelona, Ed. Gustavo Gili, 1993.
- MORETTI, R. de S. *Loteamentos, Manual de Recomendações para Elaboração de Projetos*. São Paulo, IPT, 1986.
- MUNFORD, L. *A cidade na história*. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1983.
- NETTO, J. T. C. *Moderno/Pós-Moderno*. 3ª edição, Ver Ampl. São Paulo, Iluminuras, [199-].
- NIEMEYER, O. *Minha experiência em Brasília*. São Paulo, Módulo-Arquitetura Ltda, [197-].
- _____. *Conversa de Arquiteto*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1993.
- NIKOS, S. *Conceitos da Arte Moderna*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1994.
- O'FLAHERTY, C. A. *Highways and Traffic: A guide to Land Use and Public Transportation*. Londres, Edward Arnold Publishers Ltd., vol. 1, [s.d.].
- PANOFSKY, E. *A História da Teoria das proporções humanas como reflexo da História dos Estilos in: Significado nas artes visuais*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1979.
- PEVSNER, N. *Os pioneiros do desenho moderno*. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1980.
- PEVSNER, N. *Panorama da Arquitetura Ocidental*. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1982.

- PHILIPPI JR., A. **Saneamento do Meio**. São Paulo, Fundacentro, 1998.
- PIGNATARO, L.S. **Traffic Engineering: Theory and Practice**. New Jersey, Prentice Hall, Inc., Englewood Cliffs. [s.d.].
- PORTO, A. R. **História Urbanística da Cidade de São Paulo (1554 a 1988)**. Carthago & Forte Editores Associados Ltda., 1992.
- PRINZ, D. **Urbanismo I/ Projecto Urbano**. Lisboa, Ed. Presença, 1980.
- PRINZ, D. **Urbanismo II/Configuração Urbana**. Lisboa, Ed. Presença, 1980.
- READ, H. **A arte de agora, agora**. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1972.
- _____. **O significado da Arte**. Lisboa, Ulissea, [197-].
- REIS FILHO, N. G. **São Paulo e outras cidades – Produção social e degradação dos espaços urbanos – estudos urbanos**. São Paulo, HUCITEC, 1994.
- _____. **Quadro da Arquitetura do Brasil**. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1987, pp. 15-110.
- _____. **Aspectos da História da Engenharia Civil em São Paulo, 1860-1960**. São Paulo, CBPO/Kosmos, 1989.
- Revista AU nº 65/1996. “Berlim –Caleidoscópio Urbano”.
- Revista Engenharia – Engenho Ed. Técnica Ltda.
- Revista ENGENHARIA nº 469 1988 – Vinte anos do Metrô de São Paulo.
- Revista ENGENHARIA Nº 479 1990 – O Metrô chegou na Paulista.
- Revista ENGENHARIA nº 494 – Metrô de São Paulo. Seu melhor tempo em qualquer estação.
- Revista OCULUM nº 9. “Christian de Portzamparc”.
- Revista OCULUM nº 10/11. “Cèramique – Jo Coenen”.
- Revista PROJETO nº 116 1988 – Metrô chega aos 20 anos avaliando urbanismo, arquitetura e engenharia.
- Revista PROJETO nº 117/1988. “O Lugar do Urbanismo no Ensino do Patrimônio”.
- Revista PROJETO nº 143/1991. “O Chiado por Álvaro Siza”.
- RIKWERT, J. **Los primeros modernos: los arquitectos del siglo XVIII**. [s.n.t.].
- ROGERS, R. **Architecture and Modern Viedo**. [s.n.t.].
- ROSENAU, H. **A cidade Ideal, Evolução Arquitectônica na Europa**. Lisboa, Ed. Presença, 1988.
- ROSSI, A. **A Arquitetura da cidade**. Lisboa, Ed. Martins Fontes, 1995.
- ROUANET, S. P. **As razões do Iluminismo**. São Paulo, Cia das Letras, 1987.
- RYKWERT, J. **La Casa de Adán en el paraíso**. Barcelona, Ed. Gustavo Gili, 1974.
- _____. **Los primeros modernos: los arquitectos del siglo XVIII**. Barcelona, Ed. Gustavo Gili, 1982.
- SAIA, L. **Morada Paulista**. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1978.
- SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo, HUCITEC, 1979.
- SANTOS, C. N. F. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói/São Paulo, Ed. EBUFF/Projeto, 1985.
- SANTOS, J. F. dos. **O que é pós-modernismo**. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- SASAKI ASSOCIATES. **Integrated Environments**. 1997.
- SEALING, M. **The Architecture of Sely – Help Communities**. New York, Architectural Record Books, 1978.

- SEGAWA, H. *Arquitetura no Brasil 1900-1990*. São Paulo, EDUSP, 1998.
- SEMPLA. *Padrões de Urbanização*. São Paulo, 1985.
- SERRA, J. M. *Elementos urbanos: mobiliário e micro-arquitetura*. Barcelona, Ed. Gustavo Gili, 1996.
- SILVA, G. G. *Arquitetura do ferro no Brasil*. São Paulo, Ed. Nobel, 1986.
- SMITH, R. C. *Arquitetura jesuítica no Brasil*. São Paulo, FAU/USP, 1962.
- _____. *The Colonial Architecture of Minas Gerais in Brazil*. The Art Bulletin. New York, 21, 1939.
- SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. [s.n.t.].
- SNYDER, J. C., CATANESE, A. *Introdução à Arquitetura*. Rio de Janeiro, Ed. Campus Ltda., 1979.
- STROETER, J. R. *Arquitetura & Teorias*. São Paulo, Ed. Nobel, 1986.
- SUMMERSON, J. *A linguagem clássica da arquitetura*. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1982.
- TAFURI, M. & DALCO, F. *Architettura contemporanea*. Milão, Electa, 1992.
- TAPIÉ, V. *Barroco e Classicismo I e II*. Lisboa, Ed. Presença, 1988.
- TELLES, S. S. *Oscar Niemeyer: técnica e forma*. Óculum, FAU/PUCCAMP, 2: 4-7, set. 1992.
- Textos internacionais sobre valorização do patrimônio: *Carta de Atenas, Carta de Veneza, Recomendação de Nairobi, Carta Internacional para Salvaguarda das Cidades Históricas*. [s.n.t.]
- TOLEDO, B. L. de. *São Paulo: Três cidades em um século*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1980.
- TRANSPORTE HUMANO – *Cidades com Qualidade de vida*. [s.n.t.].
- TRATADOS: Vitruvius; Alberti; Palladio; Serlio; Vignola. [s.n.t.].
- TUAN, Yi-fu. *Topofilia*. São Paulo, Ed. Difel, 1980.
- VASCONCELOS, S. *Vila Rica, formação e desenvolvimento – residências*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1977.
- VENTURI, R. *Complejidad y contradicción en la arquitectura*. Barcelona, Ed. Gustavo Gili, 1974.
- VILLA, B. de. *O controle do uso e ocupação do solo urbano pelo município*.
- VILLAÇA, F. *A localização como mercadoria*.
- Vilanova Artigas. São Paulo, Fundação Lina Bo Bardi, 1997.
- VITRUVIO. *Cadernos: Clássicos do Urbanismo*. (Tradução de Ivone Salgado e Mário Henrique Simão d'Agostinho), Material didático desenvolvido na FAU/PUCCAMP. [199-].
- VITRÚVIO. *Os dez livros da Arquitetura. The Ten Books on Architecture*. New York, Dover, 1960.
- VON ECKART, W. *A crise das cidades: um lugar para se viver*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.
- WALKER, T. D. and DAVIS, David A. *Plan Graphics*. New York, Nostrand Reinhold, 4th Edition, 1990.
- WATKIN, D. *A History of Western Architecture*. London, Laurence King, 1996.
- WEERDMEESTER, J. D. *Ergonomia Prática*. São Paulo, Ed. Edgard Blücher, 1993.
- WILHEIM, J. *Mensagem de um Futuro Próximo*. [s.n.t.].
- _____. *Projeto São Paulo: propostas para melhoria da vida urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- XAVIER, A. (org.). *Arquitetura Moderna Brasileira. Depoimento de uma geração*. São Paulo, Ed. Pini/Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura/Fundação Vilanova Artigas, 1987.
- XAVIER, A., LEMOS, C., CORONA, E. *Arquitetura Moderna Paulistana*. São Paulo, Ed. Pini, 1983.

ZANINI, W. (coord.). **História Geral da Arte no Brasil**. São Paulo, Instituto Walter Moreira Salles, 1983.

ZEVI, B. **Saber ver a Arquitetura**. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1978.

QUADROS 11 e 12

QUADROS 11 E 12

QUADRO 11 – Comparativo das bibliografias das disciplinas dos conjuntos
PLANEJAMENTO URBANO e HISTÓRIA E TEORIA no Currículo Antigo

CURRÍCULO ANTIGO CONJUNTO PLANEJAMENTO URBANO	CURRÍCULO ANTIGO CONJUNTO HISTÓRIA E TEORIA
	Estética e História das Artes I (1º Sem.) GOMBRICH. História da Arte. HAUSER, A. História Social da Literatura e da Arte. READ, H. Significado da Arte.
	Estética e História das Artes II (2º Sem.) GOMBRICH, E. H. História da Arte. HAUSER, A. História Social da Literatura e Arte. READ, H. Significado da Arte.
Planejamento Urbano I (3º Sem.) BENEVOLO, L. História da Cidade. MUNFORD, L. A cidade na história. GOITIA, F.C. Breve História do Urbanismo. HAROUEL, J. L. História do Urbanismo. TOLEDO, B. L. São Paulo: três cidades em um século. BRUNO, E. da S. Memória da Cidade de São Paulo. LEMOS, C. A. C. Alvenaria Burguesa. ELETROPAULO. A Cidade da Light, vol.1 e 2. BRUNO, E. S. História e tradições da Cidade de São Paulo 1862-1887, Militão.	História da Arquitetura I (3º Sem.) BENEVOLO, L. História da Arquitetura Moderna. XAVIER, A., LEMOS, C., CORONA, E.. Arquitetura Moderna Paulistana. ROGERS, R. Architecture and Modern Viedo Teoria da Arquitetura I ARNHEIN, R. A dinâmica na forma arquitetônica. STROETER, J.R. Arquitetura & Teorias. TUAN, Yu-fu. Topofilia. BENEVOLO, Leonardo. Introdução à Arquitetura. RYKWERT, Joseph. La casa de Adan en el Paraíso. PEVSNER, N. Os pioneiros do desenho moderno. HALL, E. T. A Dimensão Oculta. ARGAN, G. C. História da Arte como História da Cidade. ZEVI, B. Saber ver a Arquitetura. SNYDER, J. C., CATANESE, A. Introdução à Arquitetura.
Planejamento Urbano II (4º Sem.)	História da Arquitetura II (4º Sem.)

PRINZ, D. Urbanismo I/ Projecto Urbano. SANTOS, C. N. A cidade como um jogo de cartas. ROSSI, A. A Arquitetura da cidade. LINCH, K. A Imagem da Cidade. FARRET, R.L. O espaço da cidade. CUTLER, S.S. Recycling Cities for People. The Urban Design Poces. SEALING, M. The Architecture of Sely – Help Communities.	História da Arte Oriental. China Clássica. Japão ontem e hoje. Teoria da Arquitetura II ARNHEIN, R. A dinâmica na forma Arquitetônica. STROETER, J. R. Arquitetura e Teorias. TUAN, YI-FU. Topofilia. BENEVOLO, L. Introdução à Arquitetura. RYKWERT, J. La Casa de Adán en el paraíso. ARGAN, G. C. História da Arte como História da Cidade. ZEVI, B. Saber ver a Arquitetura. SNYDER, J. C., CATANESE A. Introdução à Arquitetura.
Planejamento Urbano III (5º Sem.) PRINZ, D. Urbanismo I/Projecto Urbano. PRINZ, D. Urbanismo II/Configuração Urbana. GREATER LONDON COUNCIL. Introduccón al Dijeño Urbano em áreas residenciales. CUTLER, L.S. e CUTLER S. S. Recycling Cities for Peolple/The Urban design Process. SEALING, M. The Architecture of Sely–Help Communities.	Arquitetura no Brasil I (5º Sem.) AMARAL, A. Hispanidade em São Paulo, da casa rural à capela de Santo Antonio. ARGAN, G.C. El concepto del espacio desde lo barroco a nuestros dias. BAZIN, G. A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil. BENEVOLO, L. História de la Arquitectura del Renacimiento. BOTTINEAU, Y. La trasnsmission des sources architecturales vers le Brésil du XVIIIe. Siècle: des certitudes aux ypothèses. BURY, J. Arquitetura e Arte no Brasil Colonial. CORONA, E. e LEMOS, C. Dicionário da Arquitetura Brasileira. CORREA, A. B. Morfologia y ciudad. CORREIA, J. E. H. Arquitectura Portuguesa, Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão. COSTA, L. A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil. GOMES, P. V. A cultura arquitectónica e artística em Portugal. GUTIERREZ, R. Arquitectura y Urbanismo em Iberoamérica. HAROUEL, J. L. História do Urbanismo. KATINSKY, J. R. Casas Bandeiristas: nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo. KUBLER, G. Arquitectura Portuguesa Chã: entre as especiarias e os diamantes 1521-1726. LEMOS, C. Alvenaria Burguesa. _____ No Brasil, a coexistência do Maneirismo e do Barroco até o advento do Neoclássico histórico. _____ Quadro da Arquitetura no Brasil. LEVY, H. A propósito de três teorias sobre o barroco/ A pintura colonial no Rio de Janeiro/

	Modelos europeus na pintura colonial. MACHADO, L.G. Barroco Mineiro. PANOFISKY, E. A História da Teoria das proporções humanas como reflexo da História dos Estilos. RIKWERT, J. Los primeros modernos: los arquitectos del siglo XVIII. SAIA, L. Morada Paulista. SILVA, G. G. Arquitetura do ferro no Brasil. VASCONCELOS, S. Vila Rica, formação e desenvolvimento – residências. VITRUVIO. Cadernos: Clássicos do Urbanismo. ZANINI, W. (org.). História Geral da Arte no Brasil.
Planejamento Urbano IV (6º Sem.) CULLEN, G. El Paisaje Urbano: Tratado de estética urbanística JENCKS, C. & BAIRD. El significado em arquitectura. LAGENBUCH, J. R. A Estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana. TOLEDO, B. L. de. São Paulo: Três cidades em um século. VON ECKART, W. A crise das cidades: um lugar para se viver. WILHEIM, J. Projeto São Paulo: propostas para a melhoria da vida urbana. Engenharia de Trânsito I METRÔ. Manual de Identidade Visual do Metrô. _____ . 20 anos 1968/1988 ABNT. Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos. Revista PROJETO nº 116 1988 – Metrô chega aos 20 anos avaliando urbanismo, arquitetura e engenharia.. Revista ENGENHARIA nº 469 1988 – Vinte anos do Metrô de São Paulo. Revista ENGENHARIA Nº 479 1990 – O Metrô chegou na Paulista Revista ENGENHARIA nº 494 – Metrô de São Paulo. Seu melhor tempo em qualquer	Arquitetura no Brasil II (6º Sem.) AMARAL, A. Arquitetura neocolonial no Brasil. ARANTES, O. O lugar da arquitetura depois dos modernos. ARGAN, G. C. A história na metodologia do projeto. ARTIGAS, J. V. Caminhos da Arquitetura. BENEVOLO, L. História da Arquitetura Moderna. BRADBURY, M. e McFARLANE, J. (org.). Modernismo. Guia Geral 1890-1930. BRUAND, Y. Arquitetura Contemporânea no Brasil. CAPANEMA, G. Depoimento sobre o edifício do Ministério da Educação e Saúde. CORONA, E. e LEMOS, C. Dicionário da Arquitetura Brasileira. COSTA, L. Sobre Arquitetura. _____ Relatório do Plano Piloto de Brasília. FARIAS, A. Gregori Warchavchik: introdutor da arquitetura moderna no Brasil. FERRAZ, M. C. (org.). Lina Bo Bardi. FICHER, S. e ACAYABA, M. M. Arquitetura Moderna Brasileira. LE CORBUSIER. Por uma Arquitetura. _____ A Carta de Atenas. LEMOS, C. Arquitetura Brasileira. MARTINS, C. A. Identidade Nacional e Estado no projeto modernista: modernidade, Estado e tradição. NIEMEYER, O. Minha experiência em Brasília. _____ Conversa de Arquiteto. REIS FILHO, N.G. Quadro da Arquitetura no Brasil. _____ Urbanismo no Brasil: séculos XIX e XX. TELLES, S. S. Oscar Niemeyer: técnica e forma. XAVIER, A. (org.). Arquitetura Moderna Brasileira: depoimento de uma geração.

estação.	ZANINI, W. (org.). História Geral da Arte no Brasil.
Planejamento Urbano V (7º Sem.) ARGAN, G. C. Historia del Arte como Historia de la Ciudad. FERRARA, L. D'Alessio. Ver a cidade. BENEVOLO, L. A cidade e o arquiteto. SANTOS, M. Pensando o espaço do homem. HARVEY, D. A justiça social e a cidade. LEDRUT, R. La forme et le sens dans la société. LE CORBUSIER. Os três estabelecimentos humanos. SINGER, P. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. CARDOSO, F. H. Abertura do Seminário Habitat, Dez/95. REIS FILHO, N. G. São Paulo e outras cidades. Engenharia de Trânsito II WALKER, T. D. and DAVIS, D. A.A. Plan Graphics. LAMAS, José Manuel R.G. Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. SETRA. Les Amenagements en faveur des piétons. PIGNATARO, L.S. Traffic Engineering: Theory and Practice. AASHO. A policy on design of Urban Highway and Arterial Sheets. O'FLAHERTY, C. A. Highways and Traffic: A guide to Land Use and Public Transportation. CET. Série boletins Técnicos da Companhia de Engenharia de Tráfego.	
Planejamento Urbano VI (8º Sem.) LYNCH, K. A Imagem da Cidade. HARVEY, D. A justiça social e a cidade. SANTOS, M. Pensando o espaço do homem. VILLA, B. de. O controle do uso e ocupação do	

solo urbano pelo município. VILLAÇA, F. A localização como mercadoria. MANCUSO, F. Las experiencias del zoning.	
Planejamento Urbano VII (9º Sem.) BARNETT, J. An Introduction to Urban Design. CHERMAYEFF, S. e ALEXANDER C. Community and Privacy. CULLEN, G. Paisagem urbana. LYNCH, K. A Imagem da Cidade. _____ Site Planning. MACEDO, A.C. Idéias Preliminares para o Projeto Urbano da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira. _____ Espaço para o Desenho Urbano. _____ Arquitetura Grande.	
Planejamento Urbano VIII (10º Sem.) ARGAN, G.C. História del Arte como História de la Ciudad. SANTOS, M. Pensando o espaço do homem. FERRARA, L. D'Alessio. Ver a cidade. HARVEY, D. A justiça social e a cidade. BENEVOLO, L. A Cidade e o arquiteto. LEFBVRE, H. La Production de L'Espace. LEDRUT, R. Les Images de La Ville. REIS FILHO, N. G. São Paulo e Outras Cidades. CALDAS, W. Luz Neon: Canção e Cultura na Cidade.	

**QUADRO 12 – Comparativo das Bibliografias das disciplinas dos conjuntos
Planejamento Urbano e História e Teoria no Currículo Novo**

CURRÍCULO NOVO CONJUNTO PLANEJAMENTO URBANO	CURRÍCULO NOVO Conjunto História e Teoria
Projeto de Arquitetura e Urbanismo (1º Sem.) BLASER, W. Mies Van Der Rohe. FROTA, A. B. Manual de Conforto Térmico. GRAEFF, E. A. Arte e Técnica na Formação do Arquiteto. WEERDMEESTER, J. D. Ergonomia Prática.	História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo I (1º Sem.) ARGAN, G. C. História da Arte como História da Cidade. BAZIN, G. A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil. BURY, J.. Arquitetura e Arte no Brasil Colonial. São Paulo, Ed. Nobel, 1991. COLEÇÃO: AS ORIGENS DO SABER; ARTES. A arte da construção. HEYDENREICH, L. H. Architecture in Italy, 1400-1500. LOTZ, W.. Architecture in Italy: 1500-1600. PEVSNER, N.. Panorama da Arquitetura Ocidental. SUMMERSON, J.. A linguagem clássica da arquitetura. TAPIÉ, V.. Barroco e Classicismo I e II. VITRÚVIO. Os dez livros da Arquitetura. The Ten Books on Architecture. WATKIN, D.. A History of Western Architecture. ZANINI, W. (coord.). História Geral da Arte no Brasil. Tratados: Vitruvius; Alberti; Palladio; Serlio; Vignola. Estética e História das Artes I CLARK, K.. Civilização: uma visão pessoal. GOMBRICH, E. H.. História da Arte. HAUSER, A.. História Social da Literatura e da Arte. READ, H.. A arte de agora, agora. _____ O significado da Arte.
Projeto de Urbanismo I (2º Sem.) CAMPOS FILHO, C.M. Cidades Brasileiras: seu controle ou caos – o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. DEL RIO, V. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento. HAROUEL, J. L. História do Urbanismo. HILLMAN, J. Cidade e alma. KOHLSDORF, M.E. A apreensão da forma da cidade.	História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo II (2º Sem.) ARGAN, G.C. A Arte Moderna. FABRIS, A.. Ecletismo na Arquitetura Brasileira. LEMOS, C.. Alvenaria Burguesa. Estética e História das Artes II BENEVOLO, L. História da Arquitetura Moderna. CLARK, K. Civilização: uma visão pessoal.

LYNCH, K. A Imagem da cidade.	GOMBRICH, E. H.. História da Arte. Rio de Janeiro. HAUSER, A. História Social da Literatura e da Arte. NIKOS, S. Conceitos da Arte Moderna. XAVIER, A.; LEMOS, C.; CORONA, E.. Arquitetura Moderna Paulistana.
Projeto de Urbanismo II (3º Sem.) CAMPOS FILHO, C. M. Cidades Brasileiras: seu controle ou caos – o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. EMURB. Bolsão residencial, melhor qualidade de vida. HOWARD, E. Cidades-jardins do Amanhã. MASCARÓ, J. L. Manual de Loteamentos e Urbanização.	História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo III (3º Sem.) ARGAN, G. C. A Arte Moderna. BAKER, G. H. Le Corbusier – uma análise da forma. BANHAN, R. Teoria e Projeto na Primeira Era da Máquina. BENEVOLO, L. História da Arquitetura Moderna. BRADBURY, M. e McFARLANE, (org.). Modernismo. Guia geral 1890-1930. COHEN, J. L. Mies van der Rohe. DROSTE, M. Bauhaus 1919-1933. FRAMPTON, K. História Crítica de la Arquitectura Moderna. GROPIUS, W. Bauhaus: Novarquitetura. KOPP, A. Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa. LE CORBUSIER. Por uma Arquitetura. A Carta de Atenas. MONTANER, J. M. Después del movimiento moderno – arquitectura de la segunda mitad del siglo XX. PEVSNER, N. Os Pioneiros do desenho moderno – de William Morris a Walter Gropius. TAFURI, M. & DALCO, F. Architettura contemporanea.
Projeto de Urbanismo III (4º Sem.) MASCARÓ, J. L. Desenho Urbano e custos de Urbanização. Manual de Loteamentos e Urbanização. MORETTI, R. de S. Loteamentos, Manual de Recomendações para Elaboração de Projetos IPT. PORTO, A. R. História Urbanística da Cidade de São Paulo (1554 a 1988). REIS FILHO, N. G. São Paulo e outras cidades – Produção social e degradação dos espaços urbanos – estudos urbanos. SEMPLA. Padrões de Urbanização. SNYDER, J. C. e CATANESE A. Introdução à arquitetura. STROETER, J. R. Arquitetura & Teorias. TUAN, Yi-fu. Topofilia.	História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo IV (4º Sem.) BRUAND, Y. Arquitetura Contemporânea no Brasil. COSTA, L. Lúcio Costa – Registro de uma vivência. FERRAZ, M. C. (org.). Lina Bo Bardi. REIS FILHO, N. G. Quadro da Arquitetura do Brasil. XAVIER, A. (org.). Arquitetura Moderna Brasileira. Depoimento de uma geração. ZANINI, W. (org.). História Geral da Arte no Brasil.

Projeto de Urbanismo IV (5º Sem.) ARANTES, O. B. F.. Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. CULLEN, G. El paisaje urbano: tratado de estética urbanística. HALL, E. T. A dimensão oculta. JACOBS, J. Muerte y vida de las grandes ciudades JENCKS, C. & BAIRD, G. El significado em arquitectura. LAGENBUCH, J. R. A estruturação da Grande São Paulo – estudo de geografia urbana. WILHEIM, J. Projeto São Paulo: propostas para melhoria da vida urbana. Planejamento Urbano e Regional I BENEVOLO, L. História da Cidade. HAUSER, P. Estudos de Urbanização. LAMAS, J. M. R.G. Morfologia Urbana e Desenho da Cidade.	História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo V (5º Sem.) IBELINGS, H. Supermodernismo. LAMPUGNANI, V. M.. Enciclopédia G. G. de la Arquitectura del siglo XX. MONTANER, J. M.. Después del movimiento Moderno - arquitectura de la segunda mitad del siglo XX. NETTO, J. T. C.. Moderno/Pós-Moderno. SANTOS, J. F. dos. O que é pós-modernismo.
Projeto de Urbanismo V (6º Sem.) ARGAN, G. C. Historia del Arte como Historia de la Ciudad. CERVER, F. A. City Planning. FERRARA, L. D'Alessio. Ver a cidade. SANTOS, M. Pensando o Espaço do Homem. SASAKI ASSOCIATES. Integrated Environments. Planejamento Urbano e Regional II LINDGREN, C. E. S. Temas de Planejamento. EMPLASA. Por dentro da Grande São Paulo. CIA. DO METRÔ DE SÃO PAULO. Pesquisa OD 1987/1997. Transporte Humano – Cidades com Qualidade de vida Revista Engenharia – Engenho Ed. Técnica Ltda. ANTP. Associação Nacional dos Transportes Públicos REVISTA PROJETO nº 116. Projeto de Paisagismo III ABAP, DOURADO, G. e equipe. Visões de Paisagem, um panorama do paisagismo contemporâneo no Brasil.	História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo VI (6º Sem.) ARANTES, O. O lugar da arquitetura depois dos modernos. BERMAN, M. Tudo o que é sólido desmancha no ar. JENCKS, C. Modern Movements in Architecture. ROUANET, S. P. As razões do Iluminismo. SEGAWA, H.. Arquitetura no Brasil 1900-1990. VENTURI, R. Complejidad y contradicción en la arquitectura.

LORENZI, H. Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. LORENZI, H. e SOUZA, H.M. Plantas ornamentais no Brasil: arbustivas herbáceas e trepadeiras. LORENZI, H. Palmeiras no Brasil: nativas e exóticas.	
Projeto de Urbanismo VI (7º Sem.) FERRARA, L. D'Alessio. Ver a cidade. WILHEIM, J. Mensagem de um Futuro Próximo. PRINZ, D. Urbanismo I/ Projecto Urbano. _____ Urbanismo II/Configuração Urbana. LONDON COUNTY COUNCIL. The Planning of New Town. CANDILIS. Toulouse Mirail. Planejamento Urbano e Regional III ARGAN, G. C. História da Arte como História da Cidade. MARX, M. Cidade Brasileira. LYNCH, K. A Imagem da Cidade. CHERMAYEFF, S. e ALEXANDER, C. Comunidad y Privacidad. MACEDO, A. C.. Idéias Preliminares para o Projeto Urbano da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira. _____ "Espaço para o Desenho Urbano". _____ "Arquitetura Grande". Projeto de Paisagismo IV MASCARÓ, L. Ambiência Urbana. IPLANRIO. Rio Cidade: o urbanismo de volta às ruas. SERRA, Josep M. Elementos urbanos: mobiliário e micro-arquitetura. Técnicas Retrospectivas IV ROSSI, A. A Arquitetura das Cidades. LINCH, K. A Imagem da Cidade. Revista AU nº 65/1996. "Berlim –Caleidoscópio Urbano". Revista PROJETO nº 117/1988. "O Lugar do	

Urbanismo no Ensino do Patrimônio". Revista PROJETO nº 143/1991. "O Chiado por Álvaro Siza" Revista OCULUM nº 9. "Chistian de Portzamparc". Revista OCULUM nº 10/11. "Cèramique – Jo Coenen" Textos internacionais sobre valorização do patrimônio: Carta de Atenas, Carta de Veneza, Recomendação de Nairobi, Carta Internacional para Salvaguarda das Cidades Históricas.	
Projeto de Urbanismo VII (8º Sem.) CAMPOS FILHO, C. M. Cidades Brasileiras: seu controle ou caos – o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. MANCUSO, F. Las experiencias del Zoning. Planejamento Urbano e Regional IV FERRARI, Celson. Curso de Planejamento Municipal Integrado. Instituto de Pesquisa Tecnológica. IPT. Manual de Gerenciamento Integrado do Lixo Urbano. AZEVEDO NETO, J. M. de. Técnica de Abastecimento e Tratamento de Água. PHILIPPI JR, A. Saneamento do Meio. Projeto de Paisagismo V CORREA, M. P. Dicionário das Plantas úteis do Brasil e das Exóticas Cultivadas. FRANCO, M. A. R. Desenho Ambiental. HOLDEN, R. Diseño del Espacio Público. KLIAS, Rosa G. Praças e Parques de São Paulo.	

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE